



Escola de Sociologia e Ciências Políticas Públicas

Departamento de História

Os Lugares Patrimoniais da Comunidade do Centro Histórico de Odivelas

Diana Alexandra Alves Mendes

Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo e
Estudos da Cultura – Património e Projetos Culturais

Orientador:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutora Sofia D'Almeida da Costa Macedo Magrinho, Professora Auxiliar Convidada

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017



Escola de Sociologia e Ciências Políticas Públicas

Departamento de História

Os Lugares Patrimoniais da Comunidade do Centro Histórico de Odivelas

Diana Alexandra Alves Mendes

Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo e
Estudos da Cultura – Património e Projetos Culturais

Orientador:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutora Sofia D'Almeida da Costa Macedo Magrinho, Professora Auxiliar Convidada

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Maria João Vaz, agradeço todo o acompanhamento na realização deste estudo académico. Agradeço as várias reuniões que tivemos e que me esclareceram e agradeço a confiança no meu trabalho, desde o início.

À Professora Doutora Sofia Magrinho, agradeço toda a dedicação e paciência demonstrada e todo o conhecimento que me transmitiu. Agradeço a nossa ida a Odivelas, que tanto me ajudou e me deu motivação e todas as reuniões tão esclarecedoras que tivemos ao longo do ano.

À Professora Doutora Maria Máxima Vaz, pelo carinho com que me acolheu e pelo conhecimento que me passou. É sem dúvida um exemplo e uma referência para mim, no que diz respeito à história de Odivelas.

À Câmara Municipal de Odivelas, pela possibilidade de poder contactar com técnicos tão experientes e prestáveis como aqueles que se cruzaram no meu caminho. Em especial ao Dr. Miguel Ferreira, ao Dr. João Neves, ao Arqt.º Luís Grave, à Dr.ª Helena Jardim e ao Géog. Rui Dias. Cada um teve um papel fundamental na elaboração deste estudo académico.

À Junta de Freguesia de Odivelas, pela atenção demonstrada sempre que requeri alguma informação ou material. Qualquer um dos técnicos foi sempre bastante prestável, o que facilitou a elaboração deste trabalho.

À Biblioteca Municipal de Odivelas, por me permitir consultar diversos livros e documentos que foram a base deste estudo. Um especial agradecimento à Dr.ª Filomena Viegas, que sempre se disponibilizou para me ajudar a 100%.

À Sociedade Musical Odivelense, na pessoa da Dr.ª Fernanda Moroso, pela entrevista que me facultou e pela possibilidade de visitar a SMO por dentro e conhecer este belíssimo espaço cultural.

A todos os Odivelenses que se cruzaram no meu caminho, que tão prontamente me responderam e ajudaram a construir este trabalho, que também é de todos eles. Em especial a Alice Craveiro, Madalena Malhão, Sebastião Freire, Joaquim Saúl, José Rebelo, José Brito, António Nunes, Cidália Almeida, António Coelho, Maria da Assunção Valente e tantos outros que, até mesmo indiretamente contribuíram para este estudo.

À minha família, por todo o apoio e paciência, sobretudo naqueles dias em que a vontade não era tanta. Agradecer também a ajuda que me deram em vários pontos, mesmo que não se tenham apercebido disso. Um especial agradecimento à minha avó, também ela odivelense, que fez tudo ao seu alcance para o sucesso deste trabalho.

Aos meus amigos – eles sabem quem são – que sempre perguntaram pelo andamento do trabalho, que sempre disponibilizaram ajuda, ou que simplesmente ouviram os meus desabafos, receios e anseios.

Finalmente, mas não menos importante, aos meus colegas de mestrado, aqueles que estão comigo deste o início e sempre acreditaram em mim e neste projeto. Em especial ao Rafael, à Filipa, à Maria, à Ariadne e à Catarina.

Resumo

O presente trabalho pretende ser uma reflexão sobre a temática do património e da sua relação com as comunidades. O seu principal objetivo é perceber quais são os lugares patrimoniais de uma comunidade, tendo por objeto de estudo a comunidade e o Centro Histórico de Odivelas. Ao serem analisados vários documentos bibliográficos e através de um ativo trabalho de campo, pretende-se compreender qual a importância que o património tem para esta comunidade e de que forma essa mesma comunidade protege e salvaguarda o seu património. É ainda objetivo deste trabalho apresentar uma proposta de roteiro que materialize a relação estudada entre a comunidade do Centro Histórico de Odivelas e o seu património cultural.

Para esta análise ser o mais completa possível, importa primeiro de tudo definir alguns conceitos, como o de comunidade, património, interpretação patrimonial, turismo cultural, entre outros. Posteriormente, será feito um levantamento o mais completo possível dos bens patrimoniais, móveis, imóveis e imateriais, existentes nesta área geográfica, e que constituem a base para o roteiro proposto neste trabalho.

Palavras-chave: património cultural, comunidade, interpretação, turismo cultural, identidade

Abstract

The present work intends reflects on the theme of cultural heritage and its relation with local communities. Its main objective is to understand the heritage values defined by a certain community, focusing on the Historic Centre of Odivelas as a case study. The methodology emphasizes bibliographical and documental research, as well as an active field work as means to understand the importance that cultural heritage has on a given community and how that same community protects and safeguards its heritage. Another objective of this research is to present a cultural route that materializes the studied relationship between the community from the Historical Centre of Odivelas and its cultural heritage values.

For a thorough analysis it is important to define the major concepts such as community, heritage, heritage interpretation, cultural tourism and identity. A complete inventory of cultural heritage assets, material and intangible, is prosecuted in this work, establish henceforth the basis for the proposed cultural route.

Keywords: heritage, community, interpretation, cultural tourism, identity

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
1.1. Objeto de Estudo	3
1.2. Problemáticas e Objetivos	6
1.3. Metodologia	7
1.4. Principais Conceitos Teóricos	9
1.4.1. Património, Interpretação Patrimonial e Valor Social do Património.....	9
1.4.2. Comunidade, Memória e Identidade Cultural	14
1.4.3. Turismo Cultural e Construção de Roteiros de Património	15
CAPÍTULO 2 – OS RECURSOS DO CENTRO HISTÓRICO DE ODIVELAS	17
2.1. Centros Históricos: definição e o caso do CH de Odivelas.....	17
2.2. Odivelas – as Origens e o Processo Administrativo	20
2.3. Descrição e Caracterização dos Recursos do CHO.....	23
2.3.1. Bens Culturais Móveis	23
2.3.2. Bens Culturais Imóveis	24
2.3.3. Bens Culturais Imateriais	43
2.3.4. Equipamentos e Serviços	44
2.3.5. Movimentos Associativos	46
CAPÍTULO 3 – PERCURSO “ODIVELAS INTEMPORAL”	51
3.1. Justificação do Projeto	51
3.2. Caracterização do Percurso	53
3.2.1. Nome, características e metodologias	53
3.2.2. Narrativa, pontos de passagem e paragem e complementos	58
3.2.3. Duração, principais objetivos e público-alvo	66
CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO	69
FONTES	73
BIBLIOGRAFIA	75

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1. Limites do CHO – 2010 - Imagem cedida pelo D.G.O.U. de Odivelas	4
Figura 2.1. Ficha de Inventário de Bem Móvel01 – Diana Mendes - 2017	23
Figura 2.2. Ficha de Inventário de Bem Móvel02 – Diana Mendes - 2017	23
Figura 2.3. Ficha de Inventário de Bem Móvel03 – Diana Mendes - 2017	24
Figura 2.4. Placa exterior do Coreto de Odivelas – Diana Mendes - 2016.....	27
Figura 2.5. Lápide Tumular da Capela de N. ^a S. ^a do Monte do Carmo – Diana Mendes - 2016	31
Figura 2.6. Entrada Principal da CMO, com o Brasão na Fachada Principal – Diana Mendes - 2017.....	32
Figura 2.7. Espaços constituintes da Quinta de N. ^a Sr. ^a do Monte do Carmo (Villarinho, 1997)	40
Figura 2.8. Cascata, Largo D. Dinis – Diana Mendes - 2016	41
Figura 3.1. Divisão cronológica dos Edifícios e Espaços do CHO – Diana Mendes – 2017 .	54
Figura 3.2. Divisão dos Edifícios e Espaços do CHO por Tipologias – Diana Mendes – 2017	56
Figura 3.3. Divisão dos Edifícios e Espaços do CHO por Significado – Diana Mendes – 2017	57

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1. Cronologia do Edificado (segundo os dados dos Censos 2011).....	18
Quadro 2.2. Tabela dos Equipamentos/Serviços do CHO – Diana Mendes – 2017.....	46
Quadro 3.1. Critérios de relevância para atuação no património de Odivelas. PDM Odivelas, 2015.....	52

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

BMDD – Biblioteca Municipal D. Dinis

CEO – Centro de Exposições de Odivelas

CHO – Centro Histórico de Odivelas

CIAAM – Centro de Investigação em Arquitetura e Áreas Metropolitanas

CMO – Câmara Municipal de Odivelas

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGOU – Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

ICOM - International Council of Museums

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

INE – Instituto Nacional de Estatística

JFO – Junta de Freguesia de Odivelas

MOC – Movimento Odivelas no Coração

OFC – Odivelas Futebol Clube

PDM – Plano Diretor Municipal

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

SMO – Sociedade Musical Odivelense

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Sob o título *Os Lugares Patrimoniais da Comunidade do Centro Histórico de Odivelas*, o presente estudo realizado no âmbito do Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, vertente de Património e Projetos Culturais, da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL visa refletir acerca do papel social do património e da importância que as comunidades lhe atribuem, partindo da premissa teórica que a salvaguarda do património cultural assenta, em primeiro lugar que o reconhecimento do seu valor é efetuado ao nível das comunidades locais.

Através da questão de partida *De que forma podem as comunidades ser mais ativas na preservação dos seus valores patrimoniais, gerando estes mais-valias para a comunidade próxima e alargada, bem como para o território?* procurar-se-á dar resposta a uma série de questões que, juntamente com esta, são hoje levantadas no panorama do património. Não podemos encarar o património como algo estático e cuja preservação cabe apenas aos técnicos especializados para o efeito, ou às instituições de tutela. É dever de cada cidadão dar-se conta de quando é necessário intervir e de como deve intervir neste processo de salvaguarda. E, para isso, o papel do Estado deve ser um papel ativo e preponderante na tomada de decisões. Como é referido inclusivamente na Lei de Bases n.º 107/2001,

«Através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular»¹.

O património deve ser sempre utilizado e usufruído, mas sem ser no entanto colocado em risco. Como nos diz Francisca Hernández (2002),

«Si el patrimonio de nuestras ciudades es una riqueza que ha de protegerse y conservarse de manera prioritaria, también es un bien que puede utilizarse y del que podemos servirnos para disfrute del espíritu». (Hernández, 2002: 267)

O tema da dissertação assenta numa análise da ligação dos bens patrimoniais culturais – quer sejam materiais ou imateriais – com as comunidades que com eles estão diretamente relacionados. Ou seja, de que forma as comunidades entendem e apreendem os valores patrimoniais em presença e como, a partir das suas experiências e vivências, o transformam, adaptam e recriam. No fundo, esta dissertação pretende apresentar uma reflexão sobre o papel

¹ Ver Lei de Bases n.º 107/2001, Art.º 3º, ponto 1.

social do património cultural, baseada numa análise de estudo de caso, assim como numa proposta de projeto cultural que parte das reflexões teóricas e da observação da realidade contextual realizada. Como se pode compreender, o elemento de estudo eleito para trabalhar foi a comunidade de Odivelas, mais precisamente aquela que reside no seu centro histórico. Decidi restringir o meu objeto de estudo ao centro histórico, uma vez que este

«embora tenha uma expressão muito reduzida na área total da cidade, quer em termos de dimensão, quer em termos populacionais, constitui um espaço de extrema importância na identidade do município, pelo seu carácter simbólico na memória do território e pela convergência de património classificado ou com valor cultural e arquitetónico...» (DGOU, 2015: 7).ç

No sentido de poder explorar de forma coesa e abarcar todos os temas que dizem respeito a este subtema, defini cinco áreas temáticas para o meu trabalho: valor social do património, memória, identidade cultural e comunidade, turismo patrimonial, interpretação patrimonial e construção de roteiros de património. Todas elas se relacionam e é isso que irei demonstrar no meu trabalho, ainda que a área sobre a qual me focarei com maior precisão seja a do valor social do património.

Todavia, quando falamos de património, temos de falar obrigatoriamente das envolvências físicas e humanas que com ele coexistem num determinado território e que se encontram a ele ligadas de alguma forma. A necessidade de englobar as comunidades neste processo de valorização, proteção e salvaguarda do seu património, relaciona-se e muito com a Convenção de Faro de 2005. Como é referido neste documento - que tem como objetivo o reconhecimento de “valor” para a sociedade, do património histórico e cultural – existe uma responsabilidade individual e coletiva sobre o património cultural². Este património cultural é uma fonte partilhada de memória, compreensão, identidade, coesão e criatividade e, como tal, deverá ser identificado, estudado, interpretado, protegido, conservado e apresentado, no sentido da sua valorização. Esta tarefa deve estar a cargo das próprias comunidades que com ele estão ligadas, já que uma preservação e utilização sustentável do património promove também um maior desenvolvimento humano e qualidade de vida, como é referido na mesma Convenção. Para além destes benefícios, existem outros para a própria comunidade. Vejamos o seguinte: O património e a cultura são importantes na medida em que se constituem como «fatores de diferenciação e afirmação da genuinidade dos territórios» (Boura, 2004: 117). Neste sentido, a

²Ver Europa, C. (2005), *Convenção-Quadro sobre o valor do Património Cultural para as Sociedades*. Faro: Conselho da Europa, artigo 1º, alínea b).

comunidade local tem como missão a preservação destes elementos como forma também de se distinguir perante outros territórios e dar resposta aos desafios da “concorrência”. E, mais ainda, de se mobilizar no sentido de combater o isolamento e promover a reabilitação do seu território, nomeadamente a partir do desenvolvimento do turismo cultural. Como nos diz Isabel Boura «o envolvimento das comunidades locais...é a tarefa mais difícil, mas determinante, e contribui, decisivamente, para a desejável valorização dos aglomerados.» (Boura, 2004: 126).

Esta dissertação é constituída, numa primeira fase, por uma apresentação do objeto de estudo, objetivos, metodologias e estado da arte, bem como os principais conceitos que dizem respeito à temática escolhida e a ser abordada. Numa segunda fase será feito um enquadramento mais aprofundado do objeto de estudo, nomeadamente uma contextualização histórica sobre Odivelas e particularmente sobre o seu centro histórico. Também neste ponto serão referenciados e caracterizados todos os recursos existentes no centro histórico da cidade – quer os que se encontram ao serviço da população como os serviços, quer aqueles que foram pertinentes para este trabalho e alvo de um extenso levantamento. Na terceira e última fase do trabalho, daremos a nossa contribuição para um futuro projeto a desenvolver: um percurso cultural pelo centro histórico de Odivelas, denominado “Odivelas Intemporal”. A sua narrativa, os seus objetivos, público-alvo, pontos de paragem e de passagem, bem como indicação da duração e complementos, são alguns dos aspetos a abordar nesta terceira parte.

1.1. Objeto de Estudo

O objeto de estudo do presente trabalho é o património cultural – material e imaterial - existente no centro histórico de Odivelas (CHO), tanto o património cultural formalmente reconhecido (através da aplicação das medidas que o Estado português define para estes casos), como o património que a comunidade do centro histórico³ de Odivelas criou e identifica como tal. Decidi limitá-lo à zona do centro histórico por dois motivos principais: primeiro porque é a zona de génese do atual aglomerado e possui uma grande riqueza e diversidade de bens culturais e depois, porque é uma área bastante desertificada.

Cada vez mais os centros históricos são lugares desertificados, com uma grave deterioração física e com uma taxa de envelhecimento bastante elevada. No entanto, podemos verificar que o turismo tem vindo a tentar colmatar essa falha, promovendo os centros históricos das cidades, na medida em que, segundo nos diz Francisca Hernández:

³ Ver Figura 1.1.

«...está surgindo una funcionalidade turística y cultural capaz de generar una nueva fuente de empleo y de recursos económicos que pueden convertirla en un motor de desarrollo para las ciudades que poseen un importante valor cultural e histórico.» (Hernández, 2002: 269)



Figura 1.1. Limites do CHO – 2010 - Imagem cedida pelo D.G.O.U. de Odivelas

Este estudo terá por isso como resultado final a proposta de criação de um percurso cultural naquela área, assente nos valores patrimoniais em presença, capaz de contribuir para um modelo de reabilitação urbana do centro histórico.

Esse mesmo percurso pretende ser inovador, na medida em que vai permitir a inclusão da comunidade do centro histórico no mesmo, de duas formas: primeiro, através da identificação e partilha dos lugares que considera património histórico e cultural; em segundo, pela transmissão de conhecimentos acerca desses mesmos lugares e elementos patrimoniais, na própria concretização do percurso. Pretende-se por isso que este projeto assente na construção de um roteiro patrimonial social. Que não seja apenas mais um roteiro de património, guiado por uma pessoa e destinado a um público que interage com o “guia”, mas que seja um percurso interativo, do início ao fim. Que desde o primeiro elemento patrimonial ao último se possam partilhar histórias e vivências, para além das verdades históricas identificadas, que captem a atenção do visitante. Acima de tudo, será um roteiro que vai fomentar o sentido de pertença

desta comunidade e que vai contribuir – se o objetivo for alcançado – para a reabilitação da zona do centro histórico.

O turismo cultural desempenha, nos dias de hoje, um papel cada vez mais importante na salvaguarda do património cultural de uma comunidade. A roteirização (produção de um roteiro num determinado território) é um processo cada vez mais utilizado, já que é «um instrumento ao serviço da valorização dos territórios» (Figueira, 2013: 20). Acaba por ser uma estratégia de preservação e valorização dos espaços, promovendo uma maior afluência de visitantes a determinado lugar, fazendo com que este se torne mais atrativo para todos. Como menciona aliás Luís Figueira na sua obra, é uma forma de «dar a ver o território» (Figueira, 2013: 24). Para além disso, pode reforçar ainda as identidades coletivas, aplicando processos que englobem a comunidade de determinado lugar onde será implementado. Neste sentido, a colaboração e o diálogo com os interessados – não os visitantes neste caso, mas os habitantes do território – é algo que deve sempre de se ter em conta. Afinal, quem habita o território é quem está ou deve estar, mais interessado na proteção e salvaguarda do seu património cultural, no sentido de o preservar para as gerações futuras. Considero que podemos notar a importância dos roteiros e dos espaços para a construção de identidades coletivas, citando Lousada, referido em Luís Figueira: «Os lugares turísticos não são simples espaços dotados de certas qualidades naturais ou patrimoniais, mas espaços socialmente construídos, dotados de significados e percecionados através da experiência e das representações individuais e coletivas» (Figueira, 2013: 27). Esta citação resume o que deve ser um roteiro: a possibilidade de construção e interpretação de um espaço, com base em elementos patrimoniais, naturais e imateriais da própria população.

1.2. Problemáticas e Objetivos

Ao iniciarmos um trabalho desta natureza, muitas são as questões que podem ser colocadas.

A minha primeira questão de partida, *Qual o papel das comunidades na proteção do seu património histórico?*, era bastante geral. Foi por isso necessário afiná-la e torná-la mais concreta e que fosse ao encontro do tema pensado a ser estudado. Assim, foi definida uma segunda questão de trabalho: *Qual o papel que a comunidade do centro histórico de Odivelas desempenha na proteção do património histórico e cultural classificado e naquele autointitulado pela própria comunidade?*. Ainda que se encontrasse mais próxima do pretendido, esta questão não era ainda o procurado. Como tal, decidi subdividi-la em duas questões que serão respondidas ao longo deste estudo. São elas: *Qual o papel que a comunidade do centro histórico de Odivelas desempenha na proteção do património histórico e cultural classificado?* e *Que patrimónios construiu a comunidade de Odivelas?* (os mesmos, complementares, diferentes...). Ambas as questões deram o mote para a problemática deste trabalho e para a conseqüente escolha do título do mesmo, já apresentado anteriormente.

Como objetivos principais deste trabalho, foram definidos essencialmente dois: identificar os valores patrimoniais associados à comunidade do Centro Histórico de Odivelas e compreender qual o papel da comunidade na proteção do seu património histórico e cultural. No entanto, existem também outros objetivos específicos que foram definidos e que são da maior relevância para este estudo. São eles: a inventariação dos valores patrimoniais em presença no Centro Histórico de Odivelas, em ambas as vertentes identificadas acima (classificados e não classificados); a concretização de um percurso/circuito pelo núcleo histórico da cidade, que englobe os monumentos e espaços indicados como objeto de estudo, através da articulação população-serviços-equipamentos; a possibilidade de dar a conhecer à população local o seu património, de forma mais informada; a contribuição para o aumento do conhecimento sobre o património cultural de Odivelas, bem como de contributos para uma reflexão alargada sobre o papel social do património em Portugal; e a possibilidade de criar uma ferramenta inovadora em relação às questões ligadas à Interpretação Patrimonial, sob a forma de roteiro/percurso turístico, capaz de ser aplicada no território, ou seja, que tenha definida todos os passos necessários para que possa ser efetivamente concretizada.

1.3. Metodologia

Como metodologia principal para este estudo foi definido que seria utilizado uma abordagem qualitativa ao tema.

Numa fase inicial foi realizada a revisão bibliográfica, compreendendo quais são os principais autores e quais os princípios teóricos dentro de cada área temática e conceptual definida para o estudo. Após realizada esta revisão bibliográfica o discurso sobre as temáticas em estudo é possível, uma vez que já se conhecem os principais autores das mesmas e o que se encontra escrito sobre o tema definido.

Foi também realizada observação participante, uma vez que é a técnica que permite obter mais facilmente os dados pretendidos sobre a realidade social dos atores que nela estão implicados. Importa referir que a observação participante «...contribuye a primar el punto de vista de los actores sociales por encima de la perspectiva del observador...» (Guasch, 1997: 36). Logo é uma técnica que me importou usar, já que o que pretendi acima de tudo foi compreender o lado de quem diretamente vive e convive com o património. Para complementar esta observação participante, utilizou-se um diário de pesquisa para fazer todas as anotações que se consideraram necessárias e relevantes.

Metodologicamente privilegiei a realização de entrevistas individuais, semidiretivas, a residentes do centro histórico de Odivelas. A seleção dos entrevistados teve em conta os seguintes critérios: local de residência, idade e tempo de residência em Odivelas. Para cada entrevistado foram recolhidos dados genéricos como o nome, a idade, o género, e a profissão exercida. Mais especificamente foram recolhidos dados com indicações sobre local de residência e tempo de residência em Odivelas. As entrevistas decorreram de acordo com um guião, semiestruturado, previamente definido que procurou respostas para um conjunto de questões que foram genericamente as seguintes: há quanto tempo está em Odivelas?; do património cultural de Odivelas, o que destaca (imóvel e imaterial)?; o que considera que pode/deve ser valorizado do património de Odivelas?; quais são os bens patrimoniais a que a comunidade de Odivelas dá mais importância?.

Desta forma, foram entrevistadas as seguintes pessoas enquanto residentes do CH de Odivelas: Alice Craveiro, Sebastião Freire, Fernanda Moroso, Joaquim Saúl, Beatriz Alves, Maria Máxima Vaz, Madalena Malhão, José Brito, José Rebelo, António Nunes, Helena Jardim e Miguel Ferreira. Estas entrevistas foram fulcrais para compreender que tipo de relação existia entre as pessoas e o seu património, no sentido de perceber que passos poderiam ser tomados para uma melhor divulgação e proteção do mesmo. Chegou-se aos residentes do centro histórico

através de duas formas: o contacto direto, abordando-os na rua ou nos espaços de socialização que habitualmente frequentam; e através do *Facebook*, de grupos relativos a Odivelas e à sua história.

Além das entrevistas aos habitantes de Odivelas realizaram-se outras a outros elementos relevantes da comunidade de Odivelas, embora numa valência diferente. Tal foi o caso da Câmara Municipal de Odivelas, em que se falou com João Neves do Setor do Turismo da CMO, com Fernanda Moroso do Setor do Património, com Luís Grave da Divisão de Habitação e com Helena Jardim da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas. Foram quatro contributos essenciais para compreender algumas questões nas áreas do Turismo, Património e Caracterização do Aglomerado do CHO. As suas declarações serão abordadas ao longo do presente estudo, direta e indiretamente. O mesmo modelo de guião de entrevista foi aplicado a estes intervenientes, seguindo a entrevista um molde semi-direcionado, em que se privilegiou a informação que pudesse ser obtida a partir de uma conversa menos estruturada.

Importa ainda referir que existem dois grupos nas redes sociais digitais (*Facebook*) que serviram também como base de análise de fotografias e informações respetivas à população e monumentos de Odivelas, denominados *ODIVELAS - A SUA HISTÓRIA É FEITA POR SI...* e *Odivelas de outros tempos – fotos*.

Para uma terceira parte do trabalho realizaram-se fichas de inventário para ser possível fazer o levantamento e registo dos bens culturais patrimoniais (móveis, imóveis e imateriais) presentes no CHO. Essas fichas foram construídas tendo por base o Kit de Património 01, bem como as fichas de inventário disponibilizadas pelo SIPA⁴. A execução do percurso em si foi realizada após esse levantamento e preenchimento das fichas, tendo já todos os bens seleccionados inventariados. A sua execução bem como mapeamento foi realizada no próprio corpo do trabalho, sendo posteriormente realizada uma ficha técnica final do roteiro no mesmo.

⁴ SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – é um sistema de informação e documentação sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português, gerido pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

1.4. Principais Conceitos Teóricos

1.4.1. Património, Interpretação Patrimonial e Valor Social do Património

Foram cinco as áreas temáticas definidas para este trabalho, sem esquecer no entanto aquela que é a base do mesmo: o património cultural.

Muitos são os autores que abordam o tema do património cultural. Refiro-me, por exemplo a Françoise Choay que, com os seus trabalhos *Alegoria do Património* e *As Questões do Património*, defende uma ideia que importa referir para o presente estudo desta dissertação, que é:

«O verdadeiro problema é colocado por aqueles que eu recuso chamar “as massas”: o vasto público de indivíduos para quem a visita dos monumentos não é um fim em si mesmo, para aqueles que, individualmente, esperam do património histórico mais do que uma distração...» (Choay, 2010: 243).

Esta é uma ideia com a qual me identifico e que penso que resume o que pretendo fazer. Não me considerando uma pessoa que faz parte “das massas” e que apenas visita por visitar o património histórico, mas sim alguém que procura obter uma experiência com o mesmo, pretendo não só dá-lo a conhecer, mas ir mais a fundo. Pretendo valorizá-lo através do estabelecimento de uma ponte pessoas-património concretizada num roteiro patrimonial, no sentido da sua proteção e conhecimento mais alargado do mesmo.

No panorama português destaca-se a obra *100 Anos de Património: memória e identidade*⁵, o mais recente trabalho que pretende sistematizar o que foi o tratamento dado ao património cultural desde a implantação da República. Se incidirmos especificamente sobre o património histórico e arquitetónico do objeto de estudo – Odivelas – então temos de referir os trabalhos de Maria Máxima Vaz, Miguel Sousa Ferreira, João Ramos ou Ana Paula Alves dos Santos Silva.

O património cultural (histórico, natural ou de outro tipo) corresponde a tudo aquilo que nos pertence e também ao que construímos diariamente. Etimologicamente vem do latim *patrimoniu* (*pater + monium*)⁶, que se pode traduzir por “recebido do pai”. Logo é uma herança que nos foi dada e que deve ser mantida e preservada, para também ela ser entregue às gerações

⁵ Editado em 2010 e coordenado por Jorge Custódio, reúne artigos de alguns autores portugueses, especialmente direcionados para as matérias patrimoniais.

⁶Bonomi, F., 2008, “*Patrimonio*”, disponível em <http://www.etimo.it/?term=patrimonio>

futuras nas melhores condições possíveis. Esta é uma noção que se encontra presente também na Convenção de Faro 2005⁷, quando se afirma que:

«O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução»⁸.

É também um conceito que remete para a construção de uma identidade coletiva, já que é aquilo que um conjunto de indivíduos delega como seu. Neste sentido, podemos admitir que o património é uma construção social. Como nos diz Virgolino Jorge,

«...somos remetidos não só para a necessária defesa da ordem natural da criação, como um princípio cívico e moral prático, mas também para a constância da preservação dos bens criados no decurso da história humana, conferindo-lhes um valor acrescentado...» (Jorge, 2000: 9).

Quer isto dizer que ao longo da nossa história, somos confrontados com a necessidade de preservar os bens que são criados. Esta necessidade faz com que atribuamos valor e importância ao património e, neste sentido, ele acaba por ser uma construção social, pois não se fecha em si mesmo, mas interage com os indivíduos que lhe criam valor.

O património como tendo um valor por si mesmo, é sempre uma mais-valia e uma riqueza, seja ele de que tipo for, para quem o visita e com ele se identifica; e o património que adquire valor, valor esse atribuído pela comunidade a ele relacionada e que o considera como seu. Neste último caso, falamos do valor social do património, do valor que as populações lhe dão. E neste campo é possível destacarmos alguns nomes portugueses como António Firmino da Costa, Isabel Boura e Vítor Matias Ferreira, bem como outros estrangeiros como Daniel Espartero e Pedro Leyton. Este último, aliás, transmite-nos uma máxima bastante relevante:

«El patrimonio cultural y natural sólo podrá conservarse y transmitirse a las generaciones futuras si los herederos somos responsables de su uso, de su cuidado, *si somos patrimonio*» (Leyton, 2003:53).

A construção social do património é não apenas um direito mas também um dever de todos os cidadãos, nomeadamente no que diz respeito a cuidá-lo e preservá-lo, já que faz parte da sua identidade enquanto grupo. Como refere também Pedro Leyton (2003:45), «El patrimonio cultural nos define como unicidade...nos ayuda al reconocernos en los elementos

⁷ A Convenção de Faro, proposta em 2005, ratifica o valor do património cultural para as sociedades, refletindo no papel que este desempenha nas comunidades e como forma de identidade para as mesmas.

⁸ Ver *Convenção-Quadro sobre o valor do Património Cultural para as Sociedades*, do Conselho da Europa, Faro, 2005.

comunes pero diversos respecto al reconocimiento del outro». Quer isto dizer que nos une enquanto grupo, nos ajuda a respeitar o outro e define um grupo social, já que são os valores, crenças, tradições, práticas e usos de cada grupo que conferem autenticidade e o distinguem dos demais. Mas afinal, porque é que atribuímos valor ao património? Porque é definitivamente parte da nossa história, das tradições e dos valores de uma comunidade. Sendo parte da nossa história e também o que nos distingue de outras pessoas, o património remete para a questão da identidade. Mas esta identidade – o chamado “eu identitário” – não se cria sozinha. Como nos diz Michel Agier,

«...o ponto de partida das buscas de identidade individuais ou coletivas é o facto de que somos sempre o outro de alguém, o outro de um outro». (Agier, 2001: 9)

A identidade é portanto algo coletivo, que se cria no seio de uma comunidade, tendo por base valores e práticas comuns. Um desses valores pode e deve ser o património cultural.

A função social do património é, segundo Daniel Espartero (2010), «Aportar beneficios sociales, culturales, educativos y económicos que reviertan sobre el territorio y las personas»⁹. Ou seja, é o conseguir agregar as pessoas umas às outras e, conseqüentemente ao seu território, no sentido de criar uma identidade única e comum, que traz benefícios para todos. Este é o fundamento para a base do projeto que se pretende desenvolver nesta dissertação: um roteiro patrimonial, de base comunitária, que traga mais-valias para a comunidade de Odiveelas e que leve essa mesma comunidade a compreender, primeiramente, que ao unir esforços para a defesa e salvaguarda do seu património, estará a adquirir também benefícios para si própria e para as gerações futuras. Apesar de ter um valor *per se* (em si mesmo), são as pessoas que atribuem valor ao património, já que «el patrimonio cultural no vale en sí mismo sino porque el grupo humano le da valor» (Leyton, 2003:48). O património somos nós e é por isso da responsabilidade social de todos cuidar do mesmo. Além do mais, há noções que estão profundamente ligadas e nos transportam para esta função social que o património emprega nas pessoas, já que, como nos diz Nelly Decarolis:

«...cultura, identidad, memoria y patrimonio constituyen fenómenos profundamente interrelacionados e indispensables para el desarrollo de la conciencia social de los individuos» (Decarolis, 2002: 1).

⁹ Espartero, D. G., 2010, “La función social del Patrimonio Cultural”, *Diagnosis Cultural* – Blogue, <https://diagnosiscultural.wordpress.com/2010/11/30/la-funcion-social-del-patrimonio-cultural/>

Quando falamos no valor social que o património tem – e também no que lhe é atribuído por nós – não podemos deixar de abordar novamente a questão da interpretação patrimonial, já que é uma forma de valorização do património que tem vindo a ser objeto de reflexão mais apurada nos últimos anos e que é bastante importante neste processo. Como nos diz Virgolino Jorge, «...cada vez mais, os cidadãos têm consciência comunitária do valor histórico e da riqueza etnográfica do seu património coletivo...» (Jorge, 2000: 5) e, como tal, começam a surgir novas estratégias no sentido da proteção e defesa deste mesmo património. Uma dessas estratégias defendidas pelo autor é a inventariação. Diz-nos ele que «Não se pode defender um património que não se conhece nem se compreende. (inventário=conhecimento)» (Jorge, 2000: 6). É portanto através da inventariação de todos os bens que será possível, primeiramente, identificar o que existe e, numa fase posterior, atribuir um significado a cada um desses mesmos bens: ou seja, interpretar. Há que estudar para conservar e conservar para legar às gerações futuras.

Interpretar o património é nada mais, nada menos do que atribuir-lhe um sentido, um significado. Este processo de interpretação dos bens começou nos EUA, nos parques naturais norte-americanos, com Freeman Tilden em 1957. Na sua obra *Interpreting Our Heritage*, Tilden refere seis princípios da interpretação patrimonial:

1) Qualquer interpretação que de alguma forma não relacione o que está a ser exibido ou descrito a algo dentro da personalidade ou experiência do visitante será estéril; 2) A informação não é interpretação, são coisas distintas. No entanto, toda a interpretação inclui informações; 3) A interpretação é uma arte, que combina muitas artes e qualquer arte é, em certa medida, ensinável; 4) O objetivo principal da interpretação não é instruir, mas provocar; 5) A interpretação deve ter como objetivo apresentar um todo e não uma parte e deve dirigir-se ao homem completo, como um todo; 6) A interpretação dirigida a crianças não deve ser uma simplificação da apresentação para adultos, mas deve seguir uma abordagem diferente. Para estar no seu melhor, será necessário um programa próprio. (Tilden, 1967:9)

Para além destes princípios, Tilden defende ainda que a verdadeira interpretação implica recriar o passado e ter uma relação de parentesco com ele, bem como implica que haja demonstração e participação neste processo. O autor refere que:

«...the purpose of Interpretation is to stimulate the reader or hearer toward a desire to widen his horizon of interests and knowledge, and to gain an understanding of the greater truths that lie behind any statements of fact» (Tilden, 1967:33).

Além disso, é também transmitida a ideia de que a interpretação, por muito que seja um processo de atribuição de significado a um bem ou lugar patrimonial, não dispensa a pesquisa dos factos. Factos que são essenciais para a construção de uma narrativa com sentido. O mesmo princípio se aplicará a esta dissertação, já que serão utilizados dados históricos sobre Odivelas para a construção do itinerário cultural a ser implementado, tendo depois a componente da interpretação do património. E aí sim, inserir-se-ão as histórias e memórias da comunidade do centro histórico, no sentido de enriquecer esse mesmo percurso. Essa é a particularidade do mesmo e é por isso que importa pensar a interpretação patrimonial como uma ferramenta útil à valorização do património.

No entanto Tilden não foi o único a pensar estas questões, sendo também possível destacar nomes como Sam Ham, Larry Beck e Ted Cable, Eloísa Trélez Solís ou Nicole Cruz. Em 2007 é o ICOMOS que define interpretação patrimonial como «...the full range of potential activities intended to heighten public awareness and enhance understanding of cultural heritage site.» (ICOMOS, 2007:3), ou seja, a interpretação é tida também como uma ferramenta educativa, que procura instruir o visitante e fomentar o seu interesse pelo património, para que esteja mais desperto também para a sua proteção. Trata-se assim também de uma ferramenta que valoriza não só o património, mas também o próprio indivíduo, preocupando-se com os seus interesses e motivações. Trata-se de apurar o tipo de experiência que o visitante deseja ter e dar-lhe essa experiência de visita ou de observação a um determinado espaço ou lugar, primando pela não distanciação dos factos históricos, mas não se limitando apenas aos mesmos. É ainda o ICOMOS que enuncia sete princípios orientadores para este processo de valorização do património. São eles: o Acesso e Compreensão; as Fontes de Informação; a Atenção ao Ambiente e Contexto; a Preservação da Autenticidade; o Planeamento para a Sustentabilidade; a Preocupação com a Inclusão; e a Importância da Pesquisa, Treino e Avaliação.

Aliada à interpretação patrimonial, encontra-se a noção de narrativa, a qual é fundamental já que sem uma narrativa não é possível construir um percurso com uma sequência lógica e que proporcione ao visitante uma experiência de visita verdadeira e repleta de significado. Como refere Catarina Querido (citando Barreira, 2003, p. 166), «As Narrativas são conjuntos de discursos, imagens e representações que visam apresentar a cidade e situá-la no tempo» (Querido, 2016: 19). É necessário que se crie esse tipo de discurso aquando de um projeto desta dimensão, pois sem um discurso lógico e fundamentado, a interpretação acaba por se tornar uma banalidade e esse não é de todo o objetivo desta dissertação. É sim, por sua vez, exaltar a interpretação e a narrativa enquanto construtoras de significados, que terão por base

as perceções e testemunhos de uma comunidade em parte esquecida. Isso fará com que se valorizem também os próprios habitantes do local, o que me leva ao próximo conceito: o de comunidade.

1.4.2. Comunidade, Memória e Identidade Cultural

A comunidade de qualquer lugar (e neste caso específico, de Odivelas) deve estar sempre alerta para o seu património, já que «...o património deixou há muito de estar apenas confinado ao interesse das elites ou ao dever de proteção do estado, para passar a integrar, de forma diferenciada, é certo, precipações de mais vastas camadas sociais» (Reis, 1999:79).

É cada vez mais uma preocupação que deve ser de todos, no sentido da preservação e perpetuação de um passado que nos foi legado e que deve ser protegido e mantido. Neste sentido, é essencial que se fomentem ações de sensibilização junto das comunidades, para que tomem consciência do seu património: do que existe, do que já existiu, do que necessita com urgência de cuidados específicos, etc. Este é um “trabalho” que cabe primeiro que tudo às autarquias, mas cada vez mais é também dever de cada cidadão o “passar a palavra” entre os seus familiares e conhecidos, bem como também a visitantes que possam surgir no seio da sua comunidade, para que de alguma forma consigam evitar a degradação do património. Sabemos bem que

«...as pessoas, usualmente não prestam particular atenção aos elementos do quadro sociocultural em que se movem nem é habitual que se detenham a apreciá-los como valores patrimoniais» (Costa, 1999:28).

Quantos de nós passam habitualmente pelos mesmos locais, pelas mesmas ruas e deixam passar ao lado recursos patrimoniais de grande valor? Muitas vezes o que julgamos não ter valor algum, o que pensamos ser uma simples banalidade é, grande parte das vezes, uma relíquia com muitos anos de história.

Com esta dissertação pretende-se também tentar colmatar essa falha e fomentar esta permissa. Dar a conhecer, de algum modo, à comunidade de Odivelas – sobretudo à população mais jovem – os muitos bens patrimoniais de grande valor que se encontram no centro histórico. E, por outro lado, requerer a ajuda dos mais antigos neste processo, fomentando neles um espírito de unidade e procurando reavivar a memória de tempos passados.

A memória é:

«...tudo aquilo que identifica a humanidade com algo por ela construído, que identifica os indivíduos entre si mas que, por outro lado, também os tornam únicos como comunidade» (Alves, 2009:59).

Esta ideia defendida por Dina Alves resume um dos fundamentos-base desta dissertação: o apelar à memória da comunidade, no sentido de construir uma identidade de grupo. Como refere também Llorenç Prats, «...la memoria determina los referentes en que la comunidad va a fijar sus discursos identitarios...» (Prats, 2005: 7), ou seja, sem memória não é possível construir uma identidade grupal, de comunidade, pois é ela que nos dá as ferramentas necessárias a esta construção.

Outra noção importante é a de que só conseguimos proteger e preservar aquilo que conhecemos e por isso, há que fazer o esforço de trazer à memória, lembranças e recordações de um património em tempos exaltado, muitas vezes hoje esquecido. É certo que «...quando falamos de património, nos estamos portanto a referir à memória, quer esta se apresente no plano do individual, quer se apresente no plano do colectivo» (Jorge, 2003:12) e mais, «...sem memória não seria sequer possível conceptualizar o património, essa herança que vem obviamente de trás, do que nos precedeu e que justifica aquilo que somos» (Jorge, 2003:12). A memória é portanto o que nos permite evocar o património, fazendo-nos lembrar espaços que antes pisámos, onde anteriormente brincámos e outros também que visitámos. E, através dessa lembrança, é-nos possível construir uma identidade de grupo, algo com que as pessoas se identifiquem. É a possibilidade de criar um presente mais rico e repleto de significados, uma vez que «A sociedade (e/ou grupo) constrói e reproduz a sua identidade através do apego constante ao seu passado...» (Rodrigues, 2012: 3).

1.4.3. Turismo Cultural e Construção de Roteiros de Património

Quando abordamos o tema do património e das comunidades nos dias de hoje, não podemos falar do mesmo sem referir um importante conceito (e realidade) que tem vindo a ganhar cada vez mais forma na atualidade: o turismo cultural.

No âmbito deste conceito são importantes nomes como Elsa Silva, o próprio ICOMOS com as suas *Carta Internacional do Turismo Cultural* e *Carta dos Itinerários Culturais* e Luís Figueira, com o seu *Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*. Este tipo de turismo que se caracteriza por ser um movimento de pessoas em direção a locais onde existem ou são reconhecidas atrações culturais, de natureza variada, é cada vez mais procurado pelos visitantes que vão em busca, acima de tudo, de uma experiência. São sobretudo três os impulsos

que estão na origem desta prática: a curiosidade pela diferença (ou seja, procurar o que não existe em mais lugar nenhum); a satisfação de todos os sentidos; e o poderem ver como vivem as outras sociedades. Cada vez mais os visitantes de determinado lugar procuram identificar-se com o que visitam e não apenas visitar com propósito de conhecimento. Também, mas não só. Isso já não é suficiente quando existe tanta riqueza em conhecer os hábitos e costumes de uma comunidade, aliados a um património histórico, arquitetónico e natural vastíssimo. O turista que procura estabelecer uma relação com o património cultural, procura também experiências profundas e de alta intensidade. Ainda que o turista (ou visitante) seja neste caso o foco principal, não nos podemos esquecer da comunidade de origem, pois «O turismo deve trazer benefícios às comunidades residentes e proporcionar-lhes meios importantes e motivação para cuidarem e manterem o seu património e as suas práticas culturais» (ICOMOS, 1999:3).

Um último conceito que está claramente relacionado com o de turismo cultural é o de construção de roteiros de património. Não basta existir o que visitar em determinado lugar, é necessário que se criem estruturas que auxiliem a experiência do visitante. Neste sentido, a criação de roteiros, itinerários ou circuitos é fundamental para dar a conhecer o património, já que «...o Roteiro caracteriza e dá identidade turístico-cultural a um destino ou a uma região» (Figueira, 2013:51). Tendo por base as noções apresentadas por Luís Figueira no seu *Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*, é possível verificar que a ferramenta que mais se aproxima do que pretendo estruturar e realizar, é o Circuito. Isto porque existem alguns pontos que considero-chave para a elaboração deste percurso e que o circuito contempla. São eles: o facto de ser uma viagem desenhada de modo a que o ponto de partida seja coincidente com o ponto de chegada; ser um espaço percorrido a pé ou usando diversos tipos de transporte; ser uma viagem de média-curta duração, com um determinado preço, que contemple informação para os visitantes acerca do ponto de partida, horários e atividades e ponto de chegada; e o facto de serem prestados vários serviços ao visitante. Simplificando, pretende-se a construção de um circuito com o mesmo ponto de partida e de chegada, passando por vários elementos patrimoniais presentes ao longo do centro histórico da cidade, sendo de curta-média duração e onde existirá interação da comunidade envolvente, bem como de alguns serviços presentes neste local. Mas sobre o percurso em si falaremos mais à frente, num capítulo dedicado ao mesmo.

Por fim, no campo das metodologias importa destacar nomes como Stéphane Beaud e Florence Weber com o seu *Guia para a pesquisa de campo* e Alan Bryman e Robert Burgess, com manuais no âmbito dos métodos de pesquisa social e pesquisa de terreno.

CAPÍTULO 2 – OS RECURSOS DO CENTRO HISTÓRICO DE ODIVELAS

2.1. Centros Históricos: definição e o caso do CH de Odivelas

Um centro histórico é por definição a «parte antiga duma localidade onde teria estado o seu centro geográfico, e que continua a ser centro topográfico da localidade, por ela ter crescido progressivamente por adunção de novos elementos, que o vão envolvendo» (Lixa, Pereira, Cabral, Martins, & Pires, 1997: 1).

Corresponde, por isso, à zona de génese de um qualquer aglomerado, cuja expansão se vai desenvolvendo em torno da mesma. Além de possuir esta importância geográfica e territorial, um centro histórico é também importante na medida em que agrega e promove a identidade de um local e da comunidade que nele habita. Podemos sustentar esta ideia com a definição de centro histórico apresentada no estudo realizado pelo CIAAM e ISCTE-IUL., que nos diz que o centro histórico é «o conjunto da área urbana histórica que constitui a génese e memória histórica do aglomerado, onde se hierarquiza a importância dos valores a salvaguardar inerentes ao centro histórico» (Almeida & Durão, 2012: 89).

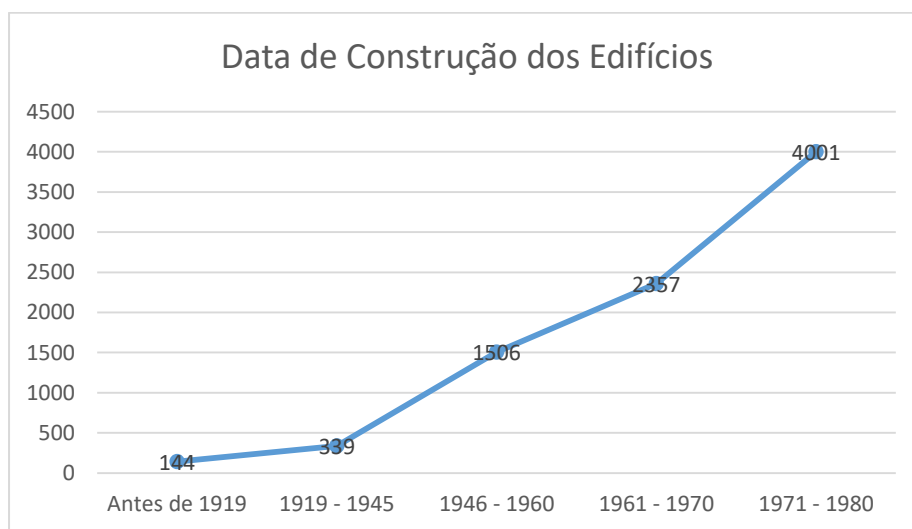
Falando especificamente do centro histórico de Odivelas (objeto do nosso estudo), doravante CHO, este possui uma área de ≈ 78 ha,

«...limitada a Norte pela urbanização da Quinta do Mendes e pelo eixo definido pela Rua Major Caldas Xavier e Rua Almeida Garret, a Nascente pela via rodoviária estruturante IC22...a Poente pela Av. Miguel Torga/Urbanização Colinas do Cruzeiro e pelo eixo definido pela Rua de Santo António e a Rua Aires Ornelas e, a Sul, pela Ribeira de Odivelas e via rodoviária estruturante IC17...» (D.G.O.U., 2015: 6).

Se nos debruçarmos sobre o mapa com os limites do centro histórico, apresentado anteriormente e presente no anexo A¹⁰, podemos compreender que os limites em termos de ruas são os seguintes: a norte, limitado pela Rua Combatentes da Grande Guerra e Rua Professor Doutor Francisco Gentil; a este, pela Rua Frei João Turiano e parte da Rua Guilherme Gomes Fernandes; a sul, pela Rua Fernão Lopes, Rua do Souto, Rua da Fonte e Rua São José; e finalmente a oeste, pela Rua Lima Basto, Alameda do Porto Pinheiro e Avenida Miguel Bombarda. Mas uma caracterização de um local – neste caso do centro histórico de Odivelas – não se prende apenas com limites geográficos. É necessário também que se faça uma caracterização do aglomerado urbano e da população residente.

¹⁰ Ver anexo A – Limites do Centro Histórico de Odivelas

Em termos de aglomerado arquitetónico há várias edificações que importa referir. Ao nível histórico e cultural o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, a Igreja Matriz de Odivelas, o Memorial, o Centro de Exposições de Odivelas, o Jardim da Música e a Biblioteca D. Dinis, são alguns exemplos. Sobre estes e outros, será feita a sua caracterização mais adiante. Importa, no entanto, referir que o Largo D. Dinis «...é o principal espaço público do núcleo antigo, confinante com o Mosteiro...» (Lixa, Pereira, Cabral, Martins, & Pires, 1997: 20), encarado como espaço de encontro, de convívio e de passagem. No entanto, existem também diferentes tipologias de edifícios no centro histórico de Odivelas que o caracterizam e lhe dão forma, como as casas de habitação multifamiliares, casas seiscentistas e setecentistas, quintas e palacetes. Para além disso, o centro histórico da cidade é também bastante rico ao nível de serviços, tais como restaurantes, cafés, farmácias, mercado, polícia, cabeleireiros, mercearias, etc. Em relação à data de construção dos edifícios, 144 foram construídos antes de 1919, 339 entre 1919 e 1945, 1506 entre 1946 e 1960, 2357 entre 1961 e 1970 e 4001 entre 1971 e 1980, isto à data de 2011, segundo os dados dos censos. Esta informação poderá ser mais perceptível no gráfico abaixo:



Quadro 2.1. Cronologia do Edificado (segundo os dados dos Censos 2011)

Em relação à população residente encontrávamos no ano de 2011, um total de 144.549 habitantes no concelho de Odivelas, sendo que 138.238 correspondiam a residentes na freguesia de Odivelas. Desse número 65.141 eram homens e 73.097 eram mulheres (INE, 2012). Em relação aos grupos etários na freguesia de Odivelas, verificamos uma maior predominância do grupo dos 25-64 anos, com 3.616 pessoas, seguido pelo grupo dos 65 e mais anos, do grupo dos 15-24 e por fim, dos 0-14 com uma menor relevância, registando um total de 1.448 pessoas

(CMO, 2013: 9). Podemos verificar que a população residente era, à data dos censos, uma população maioritariamente adulta e idosa, sendo predominante o género feminino. Apesar de ainda não existirem novos dados, parece-me que a tendência se mantém, predominando atualmente o grupo dos idosos.

No que diz respeito à nacionalidade, a maioria da população residente no concelho de Odivelas, em 2011, era portuguesa (88%), sendo que os restantes 16% correspondiam a nacionalidades estrangeiras. No panorama da escolaridade, o quadro não é muito positivo. É inclusivamente referido em estudo realizado pela CMO que «a população residente no município de Odivelas caracteriza-se por um baixo grau de qualificações académicas.» (CMO, 2013: 14), o que se comprova pelo facto de «mais de metade da população residente no concelho (51,2%)...» (CMO, 2013: 14) possuir apenas o ensino básico. Já em termos de emprego o saldo torna-se positivo uma vez que «...mais de metade da população residente no concelho de Odivelas é ativa (52,5%)» (CMO, 2013: 15).

Estes foram os últimos dados disponibilizados pelo INE, correspondentes ao recenseamento da população ocorrido em 2011. Para a atualidade não temos ainda dados estatísticos, mas através da observação direta da realidade do actual CHO é possível verificar que a população de Odivelas – e especificamente do centro histórico – é uma população mais reduzida do que aquela que se encontra na restante freguesia e concelho e é também uma população mais envelhecida.

A análise dos dados dos Censos de 1991, 2001 e 2011 conjuntamente com os estudos promovidos pela CMO¹¹, permite traçar um perfil e fazer uma leitura evolutiva da realidade, compreendendo quais as tendências demográficas do CHO nos últimos anos. Conclui-se que, no que diz respeito à evolução demográfica, verificamos um aumento da população residente ao longo dos anos, registando valores de 130.015 em 1991, de 133.847 em 2001 e de 144.549 em 2011. Não foi um aumento muito significativo, mas pelo menos foi uma tendência crescente.

¹¹ Nomeadamente o documento *Caracterização Sociodemográfica do Município de Odivelas*.

2.2. Odivelas – as Origens e o Processo Administrativo

Como concelho, Odivelas nasceu no ano de 1998 (Vaz, 2003: 7).

O topónimo de Odivelas, segundo vários investigadores, deriva dos elementos *Odi* e *Velas*. Conforme confirmamos em Fernandes, *et.al* (2011), *Odi*, de origem árabe, significa curso de água, cuja existência se verifica ainda hoje, pois encontramos uma ribeira que atravessa Odivelas. E *Velas*, de origem latina, mantém o significado no português atual e relaciona-se com as velas dos moinhos que existiam – e dos quais existem ainda vestígios – um pouco por todo o concelho. No entanto Maria Máxima Vaz, no seu mais recente estudo apresentado sobre Odivelas, dá-nos uma visão diferente. Segundo ela, Joaquim da Silveira um conhecedor da língua árabe que estudou o assunto, oferece uma outra explicação para a origem do topónimo: *Odi* e *Belaa*. *Odi* pode traduzir-se do árabe por rio e *Belaa* por remoinho. Estas duas palavras árabes juntas formariam a palavra *Odibelaa*, que significa rio do remoinho e que por um processo de evolução linguística, deu origem ao nome Odivelas (Vaz, 2016: 15). Por fim, uma outra explicação que é dada para o nome Odivelas – esta já de origem mais popular e passada por tradição oral – prende-se com a estória do “Ide vê-las” e resume-se da seguinte forma: o Rei D. Dinis gostava de visitar algumas damas em Odivelas tendo no entanto sempre o cuidado de evitar que a Rainha D. Isabel soubesse destas visitas. No entanto houve um dia que a rainha decidiu agir e, acompanhada das suas damas da corte, seguiu o rei e parou num local onde este passava. Assim que D. Dinis se aproximou do grupo a rainha disse-lhe “Ide vê-las, Senhor...” (Vaz, 2016: 15). E diz o povo que de “Ide vê-las” se formou a palavra Odivelas. Sobre qual dos pareceres recai a verdade, não me é possível dizer. Considero que há ainda muito por estudar e por descobrir no que diz respeito à origem do nome desta cidade.

Para percebermos a génese do concelho e compreendermos como se chegou até à atualidade importa recuar um pouco no tempo. Segundo nos dizem alguns documentos, como o texto *Apontamentos para a história de Odivelas* (Batista, 2014: 97) existiria uma ocupação pré-histórica no sítio onde se viria a estabelecer Odivelas. Segundo várias fontes foram encontrados diversos vestígios arqueológicos identificados um pouco por todo o concelho, que «...vêm demonstrando ter existido ocupação humana no território da região de Odivelas desde o paleolítico, passando pelo neolítico e calcolítico.» (Almeida e Durão, 2012: 13). Um desses exemplos mencionado por alguns autores é a Anta das Pedras Grandes, localizada no Casal Novo, Caneças, a qual se encontra «...classificada como Monumento Nacional desde meados do século XX...» (CMO, 2017). Este exemplo mostra-nos portanto, que este território seria já habitado e usado por pessoas desde estes tempos remotos da nossa história.

Em época medieval é referida a existência de Odivelas por vários cronistas, sustentado pelo descobrimento de uma inscrição românica na igreja do Mosteiro de Odivelas (atualmente em exposição no Museu do Carmo em Lisboa) onde se lê «João Ramires, Primeiro Prelado desta igreja, morreu a 13 de Fevereiro de 1183» (JFO, 2009).

Esta inscrição, em latim, encontra-se gravada numa lápide levada de Odivelas em 1870 pelo Arquitecto Possidónio da Silva (Vaz, 2003: 27).

No território do atual concelho, assim como em outros à volta de Lisboa predominavam as hortas. Em Odivelas esta realidade torna-se premente nos finais do século XIX, princípios do século XX (Vaz, 2001), sendo Odivelas, desde essa altura, terra de grandes quintas e de grandes terrenos. Entre estes podemos destacar a Quinta da Memória, a Quinta do Espírito Santo, a Quinta do Espanhol, a Quinta de N. S.^a do Monte do Carmo ou a Quinta do Mendes. Já na altura em que os árabes habitaram a região, «impregnaram-na de uma cultura ligada à terra e ao seu uso, à agricultura» (Batista, 2014). O denominado “povo saloio”, como consta em diversas fontes, era quem abastecia «...aos mercados da cidade, legumes e frutos...» (Vaz, 2016: 37) assim como prestava tantos outros serviços – como o caso das lavadeiras e dos carrejões¹². Os saloios são por definição «quem é dos arredores de Lisboa, a norte do rio Tejo»¹³, ou ainda «quem trabalha ou vive no campo»¹⁴, o que verificamos corresponder à realidade, já que eram pessoas que viviam nestas quintas e que utilizavam a exploração da terra como forma de subsistência e também de abastecimento da grande cidade, Lisboa.

Quando falamos de Odivelas, a questão do topónimo, verificamos que segundo vários investigadores, deriva dos elementos *Odi* e *Velas*. Conforme confirmamos em Fernandes, *et.al* (2011), *Odi*, de origem árabe, significa curso de água, o qual se verifica a existência ainda hoje, pois encontramos uma ribeira que atravessa Odivelas. E *Velas*, de origem latina, mantém o significado no português atual e relaciona-se com as velas dos moinhos que existiam – e dos quais existem ainda vestígios – um pouco por todo o concelho. No entanto, Maria Máxima Vaz no seu mais recente estudo apresentado sobre Odivelas dá-nos uma visão diferente. Segundo ela, Joaquim da Silveira, um conhecedor da língua árabe que estudou o assunto, dá uma outra explicação para a origem do topónimo: *Odi* e *Belaa*. *Odi* pode traduzir-se do árabe por rio e *Belaa* por remoinho. Estas duas palavras árabes juntas formariam a palavra *Odibelaa*, que

¹² “Carreção” – moço de fretes (atual moço de recados), disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/carrej%C3%A3o>

¹³ “Saloio”, disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/saloio>

significa rio do remoinho e que por um processo de evolução linguística, deu origem ao nome Odivelas (Vaz, 2016: 15). Por fim, uma outra explicação que é dada para o nome Odivelas – esta já de origem mais popular e passada por tradição oral – prende-se com a estória do “Ide vê-las”. Não entrando em muitos pormenores, mas sem no entanto deixar de narrar a mesma, podemos resumi-la no seguinte: segundo consta, o Rei D. Dinis gostava de visitar algumas damas em Odivelas, tendo no entanto sempre o cuidado de evitar que a rainha Santa Isabel soubesse destas visitas. No entanto, houve um dia que a rainha decidiu agir e, acompanhada das suas damas da corte, seguiu o rei e parou num local onde este passava. Assim que D. Dinis se aproximou do grupo, a rainha disse-lhe “Ide vê-las, Senhor...” (Vaz, 2016: 15). E diz o povo que de “Ide vê-las” se formou a palavra Odivelas. Sobre qual dos pareceres recai a verdade, não me é possível dizer. Considero que há ainda muito por estudar e por descobrir no que diz respeito à origem do nome desta cidade.

Odivelas pertenceu ao Termo da cidade de Lisboa. O Termo de Lisboa «era um vasto território a Norte e a Ocidente da cidade» (Vaz, 2016: 19), que continha várias vilas, aldeias e lugares. Foi criado em 1385 e extinto em 1852, como nos diz também Maria Máxima Vaz, por D. João I, como forma de agradecer à cidade de Lisboa «...pelos serviços, que lhe prestou, auxiliando-o na libertação do jugo que Castela queria impor ao reino, e na sua elevação à realeza» (Silva, 1968: 37). Enquanto freguesia que fez parte do Termo de Lisboa, Odivelas pertenceu ao concelho de Belém e ao dos Olivais. Por isso, sabemos e podemos afirmar que antes de passar a concelho, Odivelas «foi incluída no Município de Belém em 1852, tendo em 1885 passado para o Município dos Olivais e, em 1886, passou a integrar o Município de Loures, na data da criação daquele concelho» (JFO, 2009). Em 19 de novembro de 1998 foi então criado o concelho de Odivelas. À data da criação do concelho, este contava com sete freguesias: Odivelas, Póvoa de Santo Adrião, Caneças, Pontinha, Olival Basto, Famões e Ramada (Vaz, 2003). Atualmente conta apenas com quatro, uma vez que algumas foram agregadas. São elas: Odivelas; Pontinha e Famões; Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto; e Ramada e Caneças (CMO, 2017).

2.3. Descrição e Caracterização dos Recursos do CHO

2.3.1. Bens Culturais Móveis

Existem inúmeros recursos patrimoniais móveis no seio do CHO. No entanto, há fundamentalmente três que merecem ser destacados, quer pela sua beleza artística, quer por se encontrarem presentes em edifícios considerados importantes para este trabalho.

Apresenta-se de seguida a ficha identificativa e descritiva de cada um deles:

Ficha de Inventário: Escultura de Nossa Senhora do Monte do Carmo

Escultura / Escultura de vulto: estatuária / PCM01

Descrição: Nossa Senhora do Monte do Carmo encontra-se de pé, com o menino apoiado no braço esquerdo. Aos pés, três cabeças de anjos. A túnica é em tons de castanho-escuro e dourado e, o manto, em tons de azul celeste e dourado. Não tem qualquer adorno sob a cabeça. O seu estado de conservação é bom.

Localização: Encontra-se localizada dentro da BMDD, no local da antiga Capela - ainda preservada - da Quinta de Nossa Senhora do Monte do Carmo. |



Figura 2.1. Ficha de Inventário de Bem Móvel01 – Diana Mendes - 2017

Ficha de Inventário: Brasão de D. Rodrigo de Moura Teles / Brasão da Fachada da Quinta da Memória

Escultura / Escultura Heráldica / PCM02|

Descrição: Constituído pelas insígnias arcebisposais – coroa e chapéu de bispo e pelas armas da família Moura – sete castelos: três ao meio e dois de cada lado. Rodeado por moldura de floreados vegetalistas.

Localização: Encontra-se localizado na fachada principal da Quinta da Memória (atual edifício dos Paços do Concelho), na Rua Guilherme Gomes Fernandes.



Figura 2.2. Ficha de Inventário de Bem Móvel02 – Diana Mendes - 2017

Ficha de Inventário: Brasão da Casa do Cerrado de Mestre António Lino

Escultura / Escultura Heráldica / PCM03

Descrição: Constituído por alguns símbolos, como o sol, a lua e um anjo. Observa-se moldura a toda a volta.

Localização: Encontra-se localizado na fachada principal da Casa do Cerrado de Mestre António Lino, na Rua Guilherme Gomes Fernandes.



Figura 2.3. Ficha de Inventário de Bem Móvel03 – Diana Mendes - 2017

2.3.2. Bens Culturais Imóveis

Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo – Ficha de Inventário nº PCI016

Reza a lenda que “onde esta pedra for parar, um Convento se há de formar”, segundo é relatado por habitantes do CHO de Odivelas. E assim foi. A fundação do Mosteiro data do ano de 1295, tendo sido prolongada a obra até ao ano de 1305 (Fernandes, et al., 2011: 97). São sobretudo duas as motivações destacadas para a fundação do mesmo, que variam consoante os autores. A primeira, tem de ver com a lenda do urso. Importa aqui enunciá-la, para melhor ser compreendida e associada à construção do Mosteiro de Odivelas:

«Conta-se que, saindo El-Rei à caça no termo de Beja, num local chamado Belmonte, pertencente à freguesia de São Pedro de Pomares, próximo da ribeira de Odiana, viu um enorme urso, já conhecido pela sua ferocidade, naquela região. O Rei seguiu-o a cavalo e, numa quebrada, a fera escondeu-se, perdendo-o El-Rei de vista. Quando passou ao seu alcance, o urso lançou-se sobre o cavalo, atirou o cavaleiro ao chão e, segurando-o entre as patas, em breve lhe tiraria a vida se não fosse a intervenção sobrenatural. O rei apelou a S. Luís, Bispo de Tolosa, que o salvasse, e prometeu mandar contruir um mosteiro se dali saísse com vida. Tão sentida e fervorosa foi a súplica, que logo o Santo Bispo lhe apareceu, lembrando-lhe que puxasse do punhal que trazia à cintura e matasse o urso, o que D. Dinis fez sem demora e assim se livrou do feroz animal. Satisfeito o pedido, havia que cumprir a promessa, porque “palavra de Rei não volta atrás”» (Vaz, 2003: 33).

Tendo na época D. Dinis uma quinta em Odivelas, designada por Quinta de Vale de Flores, resolveu que este seria o local indicado para mandar construir o Mosteiro prometido ao

santo. No entanto não foi propriamente a S. Luís que o Mosteiro foi dedicado. O Rei decidiu mandar construir este Mosteiro dedicado à honra de S. Dinis, pois era um santo «...que sempre considerou seu protetor, visto ter nascido no dia que a Igreja consagra a S. Dinis...» (Vaz, 2016: 60). Decidiu também dedicá-lo a S. Bernardo, pois sendo para a Ordem de Cister, faria sentido na medida em que o santo foi «...o maior impulsionador da Ordem de Cister e uma das personalidades eclesiásticas mais influentes do século XII.» (Alcobaça, 2017).

A segunda motivação para a construção deste monumento foi, segundo os autores interessados no assunto, o facto de o Rei ter «...duas filhas bastardas, que desejava acomodar no estado de Religião, e a esse fim fundou junto à Corte de Lisboa este mosteiro, no qual uma delas tomou hábito...» (Vaz, 2016: 64). Certo é que à data da construção do mosteiro apenas uma das filhas de D. Dinis era nascida – a mais velha, Infanta Maria Afonso – o que nos leva a colocar ainda em dúvida esta motivação. E, por outro lado, o facto de no túmulo de D. Dinis estar representado o episódio do urso leva-nos a questionar se não terá sido essa a verdadeira motivação para a edificação do Mosteiro de Odivelas.

Inaugura Carlos Lourenço, citado por Manuela Tomé, o seu discurso sobre o Mosteiro de Odivelas no livro *Odivelas – Um Mosteiro Cisterciense*, dizendo que «O Mosteiro de S. Dinis é o coração da história do Concelho de Odivelas» (Tomé, 2001:7). Esta é uma afirmação forte, mas com a qual estou de acordo, pois ainda hoje o Mosteiro de Odivelas continua a ser o monumento mais emblemático e conhecido do CHO e de todo o concelho. Importa referir um pouco da história da sua ocupação, para ser possível também entender melhor a sua importância para a população de Odivelas e não só.

Inicialmente «...o mosteiro foi habitado por oitenta freiras bernardas...» (Tomé, 2001: 17), porém, segundo é relatado na primeira pessoa por Maria Máxima Vaz, o objetivo primordial da construção deste espaço era o de recolher as raparigas filhas de nobres que ficavam órfãs e não chegavam a casar. Algumas tomavam o hábito, mas nem todas. Também aqui ficou recolhida e tomou o hábito a filha de D. Dinis, Maria Afonso; para além desta, também a rainha D. Filipa de Lencastre passou pelo Mosteiro de S. Dinis ao que parece para procurar «...os bons ares de Odivelas tentando evitar a epidemia que ameaçava as populações...» (Tomé, 2001: 18). Após a extinção das ordens religiosas, ocorre um novo período na história do Mosteiro. No ano de 1875 ainda habitavam o edifício oito freiras, em 1886 morreu a última abadessa de Odivelas e finalmente no ano de 1909 faleceu a última freira de Odivelas (Tomé, 2001: 20), tendo assim terminado o período monástico em Odivelas. Novamente passa assim o Mosteiro por um novo período na história: em 1899 foi criado o

“Instituto Infante D. Afonso”, o qual a partir de 1988 passou a designar-se como o conhecemos atualmente por “Instituto de Odivelas”. O objetivo deste colégio era o da «...educação de órfãos de oficiais do exército e da armada...» (Tomé, 2001: 21).

Coreto – Ficha de Inventário nº PCI008

O coreto do Largo D. Dinis – atualmente colocado no jardim do mesmo largo – representa a memória do povo de Odivelas (Ramos, 1993: [1]). A sua construção, que se iniciou em 1910 e terminou em 1913, só foi possível com base na vontade «...de pouco mais de meia centena de habitantes...» (Ramos, 1993: [1]), que o idealizaram e uniram esforços para a sua concretização. Foi uma despesa suportada por subscrição pública com uma «...progressiva adesão da população à obra de equipamento coletivo em curso» (Ramos, 1993: [12]). À data da sua construção «o Coreto foi implantado no centro do espaço social mais importante de então, o atual Largo D. Dinis» (Ramos, 1993: [11]), no local onde se encontra hoje a Estátua da Rainha Santa Isabel. A sua transferência para o local onde hoje se encontra aconteceu em 1951/52, o que não foi visto com bons olhos, pois «...ao mudar de local, o coreto também deixava de ser do povo que o custeou, passando para responsabilidade da autarquia...» (Ramos, 1993: [12]).

Por definição, um coreto é um «pequeno coro», um «estrado ou palanque construído ao ar livre, para banda ou filarmónica»¹⁵ e segundo Lopes Graça, corresponde também a um «tablado fixo ou provisório, que nas praças públicas se levanta para concertos musicais, geralmente das bandas civis e militares» (Ramos, 1993: [1]). Esta é a definição que faz juz à utilização inicial do Coreto de Odivelas e à função para o qual foi construído. Realmente o coreto era o espaço privilegiado de encontro entre os odivelenses e onde estes podiam assistir às atuações das bandas filarmónicas e não só. Destaca-se aqui a banda da Sociedade Musical Odivelense (SMO), que costumava atuar neste espaço, segundo nos relatam alguns habitantes de Odivelas. Atualmente a utilização do coreto já não corresponde à inicial, uma vez que nos dias de hoje corresponde apenas a um marco histórico-cultural do CHO.

Relativamente a aspetos mais práticos de arquitetura e estrutura, o coreto de Odivelas tem uma base «...de formato octogonal, cuja altura acima do terreno é de 1,60 metros...» (Vaz e Ramos, 1997: 25); o piso é «...um octógono regular tendo de diâmetro máximo e mínimo, respetivamente, 6,00 e 5,70 metros». (Vaz e Ramos, 1997: 25). Dizem-nos ainda os autores que na face virada a sul podemos encontrar a porta de acesso ao subterrâneo e na face oposta, a

¹⁵ Informação disponível em Priberam: <https://www.priberam.pt/dlpo/coreto>

inscrição “C.M.L. RES.”. Para além disso, importa referir a altura total do coreto que é de 6,50 metros acima do solo. Podemos ainda verificar a existência, na parte exterior, de uma placa que assinala uma requalificação do coreto efetuada pela JFO, em 2007, como podemos ver na figura 2.4.



Figura 2.4. Placa exterior do Coreto de Odivelas – Diana Mendes - 2016

Em relação às motivações para a sua construção são maioritariamente apontadas duas: os «...novos hábitos e o espírito de associativismo, influenciados beneficentemente pela proximidade de Lisboa...» (Vaz e Ramos, 1997: 22). Vivia-se um período de grande transformação económica, política e tecnológica o que veio trazer também novas mudanças a nível de hábitos e de mentalidades. As pessoas já não se limitavam ao trabalho laboral, mas tinham também vontade de usufruir de outras experiências e, por isso, devido já a «...uma enraizada tradição e gosto musical...» (Vaz & Ramos, 1997: 23), criavam sociedades onde pudessem por em prática este seu gosto comum. Um exemplo disso é a Sociedade Musical Odivelense, a qual será abordada mais adiante. No entanto importa referir que a SMO está diretamente relacionada com o Coreto como pudemos já verificar e, foi em parte devido à mesma, que surgiu a necessidade de construção deste espaço de sociabilidade.

Memorial – Ficha de Inventário nº PCI009

Quando abordamos este bem patrimonial, vários são os nomes que lhe são atribuídos: cruzeiro, memorial, memória... Qualquer um deles é geralmente utilizado, mas no entanto não é possível afirmar com certeza que todas as designações estejam corretas. Apesar das incertezas quanto à sua designação, o que é certo é que este elemento marca sem dúvida a história de Odivelas. Construído em pedra lioz, sobre uma plataforma de 5,10 metros por 2,10 metros com

20 centímetros de altura, «esta relíquia do nosso património é monumento nacional desde 1881» (Vaz, 2003: 64). Apresenta dois andares – a arcada e a ogiva – e os capitéis do mesmo encontram-se decorados com elementos vegetalistas, característicos do gótico primitivo. Além disso «...para proteção tem em cada um dos cantos, um marco de pedra» (Vaz e Ramos, 2001: 17).

Quanto à sua origem e ao motivo pelo qual foi mandado construir, também aqui surgem algumas dúvidas e incertezas. São maioritariamente duas as razões apresentadas por vários autores para a construção deste monumento. Uma delas está relacionada com o próprio Rei D. Dinis. Dizem-nos os autores que poderá ter sido erguido «...para nele descansar o féretro de D. Dinis que vinha a sepultar no Mosteiro das freiras Bernardas...» (Vaz e Ramos, 2001: 16). A outra razão tem que ver com um outro Rei, D. João I sustentando que teria sido construído «...para D. João I ao ser transportado de Lisboa para a Batalha» (Vaz e Ramos, 2001: 16). Uma última explicação possível e que por vezes também é mencionada, é que poderia ser «...um simples padrão de couto demarcando limites territoriais na área jurisdicional do Mosteiro, ou um local de portagem, tendo objetivos fiscais...» (JFO, 2017). Como podemos ver, por um lado é colocada a hipótese de ter sido construído com a função de ser um monumento funerário; por outro lado, um local de passagem e de portagem; e por fim, como um possível marco que limitaria geográfica e administrativamente o território.

Igreja Matriz de Odivelas – Ficha de Inventário nº PCI011

A Igreja Matriz de Odivelas – também designada por Igreja do Santíssimo Nome de Jesus – nem sempre existiu como a conhecemos hoje. Como refere Maria Máxima Vaz, «o edifício atual é construção do século XVII, mas existiu um edifício anterior». (Vaz, 2016: 115). Sobre este último, pouco se sabe. Fica-nos a indicação de que «do antigo templo resta uma pia quinhentista integrada na capela baptismal formada a azulejos historiados com cenas de baptismo» (JFO, 2017). Para além disso note-se a existência de uma lápide com a inscrição tumular do primeiro prelado desta igreja pelo que «fica demonstrado que existiu uma igreja em Odivelas, pelo menos a partir de 1147» (Marques, 2001: 12).

Em relação ao atual edifício, é possível afirmar com base nos vários registos, que este foi alvo de sucessivas reconstruções. Para além das obras no séc. XVII que lhe conferiram a estrutura que tem atualmente, existiram também arranjos significativos no séc. XVIII. O templo é composto por «...uma só nave, iluminado por grandes janelas» (Vaz, 2003: 27). No exterior é possível destacar «...uma dupla escadaria que tem, no cimo, um cruzeiro com a data de 1626»

(Vaz, 2000: 112). Para além disso é possível verificarmos os vários acessos aos serviços disponibilizados pela igreja, como a Secretaria, as Salas de Catequese, o Centro Paroquial e a Sede dos Escuteiros. No interior destacam-se ainda os «...azulejos azuis e brancos, com figuras simbólicas...» (Vaz, 2000: 112), bem como a talha dourada dos altares, os frontões curvos e as telas que representam cenas da vida de Cristo, como nos refere ainda a mesma autora.

Quando falamos da Igreja Matriz não podemos deixar de mencionar o «...roubo dos vasos sagrados no Sacrário, em 1671, por António Ferreira» (JFO, 2017). Este episódio foi o mote para a construção do Padrão do Sr. Roubado no ano de 1744. O «...oratório de pedra assenta em 4 colunas toscanas de mármore, é coberto por abóbada e rematado por 4 fogaréus joaninos» (JFO, 2017). O monumento evocativo localizado na saída da Calçada de Carriche, já no concelho de Lisboa, narra-nos através dos seus azulejos a história deste roubo. Relata a população e a própria JFO que este furto ocorreu na noite de 10 para 11 de maio de 1671. Na manhã do dia 11 a Igreja Matriz apresentava sinais evidentes de roubo. Os itens furtados foram dois vasos sagrados «...onde estavam guardadas as hóstias; as imagens do Menino Jesus, de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora do Egito e de outros santos...» (Martins, 2002: 57). Após vários dias de investigação para tentar encontrar o culpado, no dia 16 de outubro este «...foi apanhado a roubar galinhas no Convento de Odivelas» (Simões, 2000: 17). Descobriu-se então que o autor do furto teria sido António Ferreira, um pobre que vivia sozinho em estado de miséria. Este acabou por ser condenado, sendo a sua sentença as mãos cortadas. Levado até ao lugar do suplício, cortaram-lhe então as mãos e acabou por ser morto de garrote e queimado, como podemos encontrar relatado nos painéis de azulejos do monumento e como nos confirma Jorge Martins (2002: 134-135). O mesmo autor e estudioso do assunto, acaba por levantar algumas questões pertinentes na sua obra, que deixam em aberto a veracidade desta história. Questões como:

«...quem foi o autor do roubo da Igreja Matriz de Odivelas? Quantos foram os ladrões? António Ferreira era ou não judeu? O que aconteceu primeiro: a prisão do suspeito ou a descoberta dos objetos roubados? Como decorreu o processo inquisitorial? Os painéis do monumento relatam a verdade dos acontecimentos?...» (Martins, 2002: 25).

No entanto e, apesar de o assunto não estar ainda fechado tendo em conta todas estas questões em torno do mesmo é certo que foi de extrema importância para a cidade de Odivelas (e não só) tendo em conta que, sendo os roubos de igrejas frequentes, os «ladrões ficavam-se apenas pelas esmolas e pelos candelabros e outras peças de ourivesaria sem grande importância religiosa» (Simões, 2000: 14). Tal não aconteceu no caso de Odivelas, o que promoveu a importância deste furto.

Importa finalmente referir a respeito da Igreja Matriz de Odivelas que, «pelo seu valor histórico e artístico, foi declarada Monumento de Interesse Público, no ano de 2003» (Vaz, 2016: 120).

Quinta de Nossa Senhora do Monte do Carmo – Ficha de Inventário nº PCI001

«O edifício do século XIX, onde funciona a BMDD, integrava uma quinta com 43 hectares, conhecida por Quinta de Nossa Senhora do Monte do Carmo» (CMO, 2017). Segundo nos relata a historiadora Maria Máxima Vaz na primeira pessoa, esta quinta teve vários donos e, conseqüentemente, diferentes nomes. Começou por pertencer a D. Gil Vaz Lobo, «...um dos mais incensados nomes do período da Guerra da Restauração»¹⁶. Segundo consta, é no seu testamento que ficamos a saber que este possuía uma quinta em Odivelas. Para além de deixar expresso no testamento que dexaria uma «...importância em dinheiro para que nessa quinta se construísse uma capela a N.^a S.^a do Monte do Carmo e que trasladassem para essa capela os seus restos mortais...» (Vaz, 2010), D. Gil Vaz Lobo declara ainda que «...a sua herdeira universal era a sua irmã D. Madalena da Silveira, casada com Manuel Henriques de Miranda» (Vaz, 2010). Passou então a quinta a designar-se por Quinta Nova do Miranda. Após a construção da capela, passaram a designá-la por Quinta de N.^a S.^a do Monte do Carmo. É hoje o edifício da Biblioteca Municipal D. Dinis, mas acabou por conservar, na zona da recepção, a parte correspondente à capela, onde é possível vermos a lápide tumular (figura 6.2.) que contém os restos mortais de Gil Vaz Lobo.

¹⁶ “Gil Vaz Lobo”, disponível em: <https://guerradarestauracao.wordpress.com/2012/09/30/gil-vaz-lobo-freire-heroi-e-vilao/>



Figura 2.5. Lápide Tumular da Capela de N.^a S.^a do Monte do Carmo – Diana Mendes - 2016

A quinta teve ainda outros proprietários, como Sebastião Cardoso entre 1806 e 1813 e José Rodrigues Mendes, no último quartel do século XIX. Como à data a quinta se encontrava num grande abandono foi este proprietário que mandou «...recuperar toda a herdade na traça e brilho das casas rurais da época» (Villarinho, 1997: 35). No entanto, apesar desta reabilitação da quinta, «após um incêndio em 1992, o edifício é recuperado pela Câmara Municipal de Loures, com o intuito de o transformar num espaço público de cultura e educação» (CMO, 2017). Foi então inaugurada a 22 de novembro de 1997, a BMDD.

Relativamente ao edifício propriamente dito, este tem «...uma área útil de 1620 m², e conta com vários espaços, cada um com uma funcionalidade específica dirigida a públicos distintos» (CMO, 2017). Podemos destacar espaços como a sala de leitura para adultos, a sala juvenil e multimédia, a sala infantil e a cafetaria, entre outros. Na parte lateral do atual edifício da biblioteca – espaço que pertence ainda à Quinta de N.^a S.^a do Monte do Carmo – encontra-se uma casa que é ainda habitada e um conjunto de casas caiadas a amarelo, que correspondiam às casas dos caseiros da quinta, segundo nos relata a odivelense Beatriz Alves.

Quinta da Memória – Ficha de Inventário nº PCI020

Quinta da Memória – ou Casa do Arcebispo – é o nome conferido ao atual espaço que alberga os Paços do Concelho, a Câmara Municipal de Odivelas. O brasão (ver Figura 7.2.) com as insígnias arquiépiscopais, presente sobre o frontão da entrada, foi o que despertou o

interesse e o estudo deste edifício e da sua história. «Partindo dele, podemos informar que pertenceu a D. Rodrigo de Moura Teles...» (Vaz, 1985: 1). Clérigo, reitor da Universidade de Coimbra, bispo da Guarda e arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles nasceu em 1644 e faleceu em 1728¹⁷. A justificação possível para a existência daquele brasão naquele local prende-se com o facto de que «este imóvel foi habitado nos séculos XVII/XVIII por D. Rodrigo de Moura Teles...» (Ferreira, 2009: 148). D. Rodrigo herdou da parte da mãe este bem patrimonial de arquitetura maneirista, do qual foi proprietário durante esse período.

No entanto, a Quinta da Memória nem sempre foi o que é hoje. Como nos dizem os habitantes do CHO, foi em tempos uma «estância e espécie de carpintaria; um local onde se arranjava o casco dos cavalos e onde existiam tanques onde se lavava a roupa; era também o local da denominada “chinchada”, ou seja, o local onde íamos à fruta», segundo nos relata Alice Craveiro. A moradora Madalena Malhão recorda um pouco do mesmo, nomeando a Quinta da Memória como «ferrador e estância de madeiras».



Figura 2.6. Entrada Principal da CMO, com o Brasão na Fachada Principal – Diana Mendes - 2017

¹⁷ Informação disponível em: <https://www.geni.com/people/D-Rodrigo-de-Moura-Teles-Bispo-da-Guarda-Arcebispo-de-Braga/6000000033384637535>

Casa da Juventude – Ficha de Inventário nº PCI002

Como podemos verificar na página de *Facebook* da Casa da Juventude¹⁸, este foi um espaço inaugurado em 2007 e está aberto sobretudo à população jovem do Concelho, como o próprio nome indica. Entre as várias atividades desenvolvidas no espaço, podemos destacar o apoio escolar, debates, exposições, *workshops*, atividades de tempos livres, aconselhamento e orientação, entre outras.

No entanto, antes de ser Casa da Juventude, este lugar teve outra função. Segundo nos relata a odivelense Beatriz Alves, foi um «lugar de horta e fruta».

Recinto do Instituto de Odivelas – Ficha de Inventário nº PCI023

O recinto fechado exterior do Instituto de Odivelas, atualmente palco de alguns eventos promovidos pela CMO, nem sempre foi fechado e aberto apenas em alguns momentos específicos. Era, antigamente, o «antigo quartel dos bombeiros», segundo nos relata a moradora Alice Craveiro. Esta diz-nos também que os Bombeiros se mudaram para onde estão hoje – R. Bombeiros Voluntários, nº43 – depois das primeiras cheias que ocorreram em Odivelas.

Para além de albergar o quartel dos Bombeiros Voluntários de Odivelas, este espaço foi também uma «escola primária de rapazes e de raparigas e regedoria» segundo nos relata outro habitante, Sebastião Freire.

Casa do Cerrado de Mestre António Lino – Ficha de Inventário nº PCI005

Em Odivelas, existe também uma casa que passa um tanto ou quanto despercebida, pelo seu estado devoluto. Uma «casa que se encontra abandonada, em frente ao Memorial», como nos diz em entrevista a historiadora Maria Máxima Vaz.

Miguel Ferreira acaba por ser ainda mais específico, referindo que a Casa do Cerrado se localiza em frente à Quinta da Memória e pertenceu a Mestre António Lino. Refere ainda que a sua tutela é da Fundação Mestre António Lino. Para além disso, acrescenta: «Esta Casa é constituída por rés-do-chão alto, para habitação...um terraço...quintal...um anexo...e 3 anexos pré-fabricados.» (Ferreira, 2009: 202). Atualmente, dado o seu estado devoluto, não nos é possível identificar todos esses espaços.

António Lino da Veiga Pedras nasceu em Guimarães a 9 de março de 1914, tendo sido educado no seio de uma família transmontana de origem muito antiga, juntamente com seis

¹⁸ Informação disponível em: <https://www.facebook.com/Casajuventudeodivelas/>

irmãos (BMDD, 2000: 55). No ano de 1916, fez o curso de Magistério Primário. Foi professor efetivo na Afurada, em Gaia. A sua primeira exposição individual foi em Lisboa em 1922 e, o seu êxito colocou-o na linha dos melhores artistas da pintura portuguesa contemporânea¹⁹. No ano de 1936-37 frequentou desenho na Escola de Belas Artes do Porto e, em 1941, terminou o curso de pintura. Em 1949 foi para o estrangeiro, passando por países como Espanha, França, Alemanha e Itália, onde estudou tapeçaria, fresco, vitral e mosaico. Foi no ano de 1952 que «...começou a desenvolver as expressões de pintura mural: fresco, vitral, tapeçaria e mosaico.» (Biblioteca Municipal D. Dinis, 2000: 58). Em 1954, aquando da morte do escultor Rogério de Andrade, ascendeu a diretor da Escola de Artes Decorativas António Arroio. No ano de 1957 visitou a Escandinávia, a Suécia, a Dinamarca, a Alemanha, a Holanda, a Bélgica, a Áustria e a Suíça. Visitou ainda outros países ao longo da sua vida, onde também expôs os seus trabalhos, como Turquia, Inglaterra, Israel ou Grécia. Mas não foi só no estrangeiro que fez exposições. Também em Portugal expôs os seus trabalhos. Para além disso, foi um dos fundadores do Grupo Independentes do Porto, que promovia exposições no Porto, Braga, Coimbra e Lisboa e, do Movimento de Renovação de Arte Religiosa. Entre 1971-1990 foi professor na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (atual Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa). Foi condecorado pelo Presidente da República no ano de 1990, com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique. Acabou por falecer a 19 de dezembro de 1996, tendo vivido os últimos meses na Casa do Cerrado (BMDD, 2000: 59).

A ideia era que esta casa, por vontade do próprio, pudesse ser a sede da casa-museu na qual seriam reunidas as obras de arte que legou à sua irmã e à Fundação com o seu nome; era também desejo de António Lino que a Casa do Cerrado pudesse ser uma Escola de Restauro (Ferreira, 2009: 203). No entanto, condições adversas tornaram impossível este sonho. Devido a um incêndio em dezembro de 2008 ficou destruído grande parte do conteúdo da casa.

Anos mais tarde, em maio de 2011, existiu na Casa do Cerrado um novo incêndio – cujas causas são ainda desconhecidas – deixando-a devoluta. Precisamente por essa razão, segundo informação de um técnico superior da CMO, parte do espólio foi retirado há algum tempo da casa²⁰.

¹⁹ Disponível em: <http://www.geocities.ws/atoleiros/Linoantonio.htm>

²⁰ Informação disponível em: <http://odivelas.com/2011/05/12/odivelas-casa-do-pintor-antonio-lino-consumida-pelas-chamas-video/>

Palacete da Rua Dr. Alexandre Braga – Ficha de Inventário nº PCI017

Também por vezes designado como Quinta do Espírito Santo é pelo nome de Palacete da Rua Dr. Alexandre Braga que habitualmente é conhecido. Localiza-se junto à Ribeira de Odivelas, na rua com o mesmo nome e, «de 1971 até 2005, este palacete foi lar das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas.» (Ferreira, 2009: 138).

Quanto à sua origem, pouco se sabe. Foi construído possivelmente no decorrer do século XVIII e que o edifício integrava a designada Quinta do Espanhol, nome que se relaciona com a origem do seu proprietário, António Maria Bravo, nascido em Sevilha²¹. A propriedade confrontava a Sudeste com uma outra quinta – a do Espírito Santo – o que deu origem a uma certa confusão na atribuição do nome.

António Bravo adquiriu o palacete em 1849 para sua casa de campo e casa de férias da família, acabando no entanto por falecer pouco depois em 1858, passando a propriedade para um filho com o mesmo nome. António Bravo filho ficou conhecido como um grande benemérito de Odivelas, sendo o responsável pela fundação de uma escola dentro do próprio palacete e ainda da SMO. Um inventário realizado no Mosteiro de Odivelas em 1887 refere que a Quinta era propriedade do Mosteiro, passando por isso o edifício a integrar o Instituto de Odivelas. Em 1967 o palacete foi atingido pelas cheias, tendo a água chegado ao primeiro piso. Em 2003 o imóvel foi adquirido pela CMO, tendo no entanto continuado a albergar, pelo menos até 2005, a Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas. A partir de 2007 desenvolveram-se algumas ações de reabilitação, nomeadamente ao nível da cobertura, culminando com o lançamento de um concurso para a sua recuperação em 2015²².

É Imóvel de Interesse Municipal desde 1996 (CMO, 2017), possuindo salas com frescos temáticos de riquíssimo valor. Encontra-se neste momento em fase de recuperação, segundo nos relatou a Técnica da CMO, Helena Jardim.

²¹Informação disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70920>

²² Informação disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70920>

Garagem Auto Odivelense – Ficha de Inventário nº PCI010

Situada na Rua Combatentes da Grande Guerra, nº7, a atual Garagem Auto Odivelense, nem sempre foi o que é hoje. Abriu em 1919 como carpintaria e começou por fazer arranjos de carroças. O seu proprietário era, na altura, José Francisco Pedroso. Este foi um negócio que passou de geração em geração e por isso, com o passar do tempo, esteve nas mãos de João Francisco Pedroso (filho de José Pedroso) e do neto, João Paulo Pedroso. Atualmente é a mulher do último – Regina Belchior – que se encontra à frente do negócio da família.

Este é um espaço que conserva ainda alguns traços antigos, como é o caso do telhado, bem como algumas ferramentas com cerca de noventa anos, como um «conjunto de tenazes, chave de bocas para cubos de roda e chave luneta direita para eixo de carroças»²³. Atualmente apenas trabalham aqui cerca de 3 pessoas, quando já foram à volta de 30. No entanto, os números não são tudo e, como tal, a garagem não deixa de mostrar resultados. Para além de oficina, é também um espaço que oferece cursos práticos de mecânica, eletrónica e eletricidade, sobretudo a nível de protocolos com escolas, como é o caso da Escola Secundária de Odivelas²⁴.

Pastelaria Faruque – Ficha de Inventário nº PCI018

O edifício da Pastelaria Faruque existe desde 1900, ano em que o Instituto de Odivelas começou a funcionar como escola, também ali, no Largo D. Dinis. No entanto, enquanto pastelaria, só funciona desde 1976. Anteriormente a 1900, funcionou como mercearia, segundo nos relata o proprietário José António Rosado Coelho e outros habitantes de Odivelas.

A receita da famosa Marmelada Branca de Odivelas é confeccionada neste estabelecimento apenas de há 10/12 anos para cá. Esta receita que veio de dentro do Mosteiro acabou por ser um pouco alterada. Acontece que a marmelada, no tempo das freiras bernardas, era feita como um rebuçado para dar aos Fidalgos e, por isso, tinha de ser conservada durante vários meses. Atualmente já não existe essa necessidade, uma vez que quem a compra à partida é porque a vai consumir pouco tempo depois de a comprar.

²³ Informação retirada de “Objeto do Mês” – Janeiro, CMO – Setor de Património Cultural

²⁴ A presente informação foi cedida pela atual proprietária, Regina Belchior, em entrevista presencial.

Monumento à Rainha Santa Isabel – Ficha de Inventário nº PCI015

Não só o Rei D. Dinis foi importante para a cidade de Odivelas. Também sua esposa, a rainha Santa Isabel teve bastante influência e importância neste local e um pouco em todo o país – não é ao acaso que se lhe reconhecem as facetas de «...bondade e caridade para com aqueles que mais necessitavam»²⁵. Por essa mesma razão, no século XX, foi mandado construir um monumento evocativo a esta rainha portuguesa, realizado pelo escultor Álvaro de Brée.

Álvaro de Brée nasceu em Lisboa a 6 de agosto de 1903, tendo pertencido à segunda geração de artistas modernistas portugueses²⁶. Na sua juventude frequentou o Liceu Pedro Nunes e, a Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, ainda que durante pouco tempo (menos de um ano). Após este período fixou-se em Paris, entre 1927 e 1937. No ano de 1930 expôs no Salon d'Automne e no Salon Tuilleries. Ao longo da sua vida participou em diversas mostras e arrecadou alguns prémios, entre os quais se pode destacar o “1º Prémio no Concurso da Medalha Comemorativa da Tomada de Lisboa, 1947”. No ano de 1958 foi agraciado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago de Espada. Faleceu a 19 de dezembro de 1962, com apenas 59 anos, na sua casa em Barcarena. A título póstumo foi condecorado como Comendador da Ordem do Infante D. Henrique, a 19 de outubro de 1981.

Segundo os dados disponibilizados pelo SIPA, este monumento escultórico representa a rainha coroada e a apresentar o “Milagre das Rosas”. Encontra-se em bom estado de conservação, situando-se no largo D. Dinis, em frente ao Mosteiro de Odivelas.

Centro de Exposições de Odivelas – Ficha de Inventário nº PCI006

Situado na Rua Fernão Lopes (junto aos Paços do Concelho – Quinta da Memória), este espaço expositivo em Odivelas é relativamente recente: foi inaugurado 2007. Segundo informação da página oficial do *facebook*, a «construção do Centro de Exposições de Odivelas, foi pensada com o intuito de gerar um novo centro urbano de referência cultural, cujas funções são públicas, cívicas, culturais e de lazer»²⁷. É, portanto, um espaço que prima pelo apoio a jovens artistas e/ou artistas emergentes; pela dinamização de atividades de cariz cultural; pela sensibilização para as várias vertentes artísticas (fotografia, pintura, escultura, dança ou outras); e, finalmente, pela promoção do tecido empresarial do Concelho.

²⁵ Informação disponível em: <http://www.historiadeportugal.info/rainha-santa-isabel/>

²⁶ Informação disponível em: <http://www.numismatas.com/phpBB3/viewtopic.php?t=24566>

²⁷ Informação disponível em: https://www.facebook.com/pg/Centro-de-Exposi%C3%A7%C3%B5es-de-Odivelas-CMO-152965171486989/about/?ref=page_internal

Este espaço conta com três pisos: o piso 0, com duas entradas possíveis, possui uma ampla área de entrada, onde podem ser expostos vários trabalhos, bem como uma sala polivalente, que poderá ser palco de exposições, concertos, encenações teatrais, entre outras; o piso 1, conta com uma área de exposição de cerca de 112 m², para além de albergar alguns serviços da CMO, como é o caso da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas; por fim, o piso 2, é aquele que se encontra ao nível do Jardim da Música e que conta com a maior área expositiva, com uma dimensão de 220 m². O horário do Centro estende-se de terça-feira a domingo, das 10h às 23h²⁸.

Chafariz Oitocentista – Ficha de Inventário n° PCI007

Situado junto à BMDD, este local de passagem mais do que de paragem, passa despercebido para alguns. No entanto, é de grande riqueza para a história de Odivelas. Antigamente utilizado como chafariz, atualmente apenas como marco histórico-cultural da cidade, há alguns pontos a destacar neste bem patrimonial. Primeiramente, a placa central que contém a inscrição “BELÉM 1878”, a qual se justifica pelo facto de neste ano Odivelas pertencer ainda ao município de Belém. De ambos os lados desta placa comemorativa, encontram-se dois painéis de azulejos, ambos relativos às cheias ocorridas no ano de 1967, em Odivelas. Nos dois encontramos a seguinte inscrição: “Homenagem da Junta de Freguesia de Odivelas às vítimas das cheias de 1967 – 25.11.07”. No painel do lado direito, no azulejo, a seguinte frase: “Nesta casa, num recanto do Pátio do Silvado em Odivelas, morreram 9 pessoas”; no do lado esquerdo, esta: “Nas máscaras vincadas pelo desespero está bem patente a tragédia que enlutou a sacrificada Odivelas em 1967”²⁹.

Para além de ser importante na medida em que faz uma homenagem às vítimas das cheias e era um local de encontro para quem ia buscar água ao chafariz, este local foi importante por uma outra razão. Segundo nos relatam alguns odivelenses, era também o local onde era vendido peixe à população.

²⁸Informação disponível em:

<http://www.cm-odivelas.pt/index.php/servicos-e-equipamentos-municipais/114-centro-de-exposicoes-de-odivelas#apresentação>

²⁹Informação disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29642

Jardim da Música – Ficha de Inventário nº PCI012

Espaço de sociabilização e lazer criado no coração do centro histórico de Odivelas, o Jardim da Música é um jardim com uma grande beleza e uma particularidade que o distingue de outros: o facto de, diariamente, ter música ambiente sempre a tocar em toda a amplitude do mesmo.

Para além das típicas árvores e relvado que podemos encontrar em outro qualquer jardim, contamos ainda com um aqueduto de 20m de comprimento e cerca de 2,5m de altura, bem como com um anfiteatro com 5 fiadas de bancadas³⁰. Para além destes elementos, encontramos ainda um antigo poço hoje tapado, um jardim de aromas e uma zona de olival.

É também um espaço onde regularmente se realizam diversas atividades, como aulas gratuitas de Tai-Chi Chuan, espetáculos, atividades para famílias, cinema ao ar livre, entre outras. Os odivelenses (e não só) aproveitam ainda este espaço amplo e arejado para praticar exercício físico, nomeadamente caminhada e corrida.

Mirante – Ficha de Inventário nº PCI014

Conhecido como “Mirante”, “Monumento do Castelinho” ou “Mirante do Lago”, este espaço hoje destinado à prática desportiva – e conhecido também como “Skate Park”, foi em tempos parte de um importante ícone da cidade: a Quinta de Nossa Senhora do Monte do Carmo (ver Figura 8.2.). Esta quinta, já caracterizada anteriormente, possuía então este espaço denominado por Mirante do Lago, que correspondia a uma sala de jogos, rodeada por um vasto lago³¹.

Luísa Villarinho descreve o Mirante do Lago como:

«...edificação circular acastelada de três pisos, feita sobre um antigo moinho. Erguia-se ao centro duma pequena ilha bordada de palmeiras, ostentando no seu entorno várias estátuas femininas em tamanho natural, munidas de ânforas inclinadas, jorrando em cascata para o lago circundante. Tinha por acesso uma ponte de ferro cujos topos se abriam de ambos os lados em dois lances de pedra opostos, no sopé lateral um pequeno tanque em meia lua de pedra irregular decorado a búzios» (Villarinho, 1997: 61).

³⁰ Informação retirada do SIPA, disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29650

³¹ Informação cedida pela odivelense Beatriz Alves.

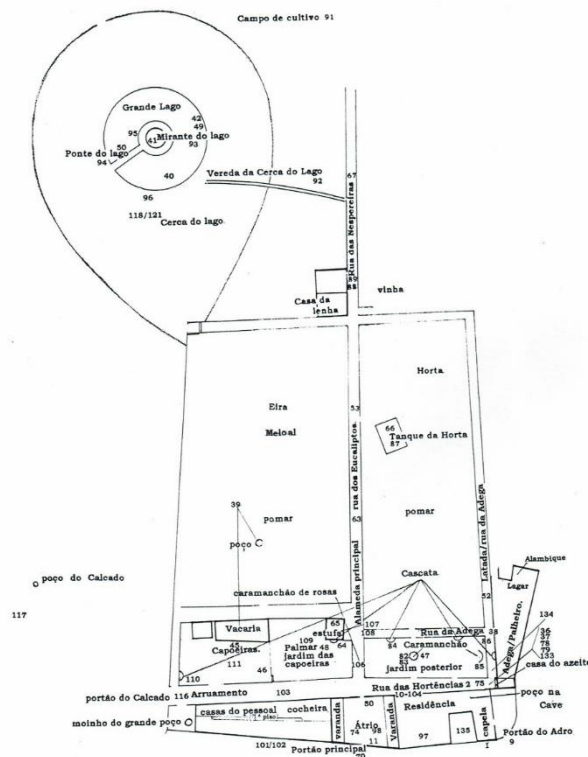


Figura 2.7. Espaços constituintes da Quinta de N.ª Sr.ª do Monte do Carmo (Villarinho, 1997)

Jardim do Largo D. Dinis – Ficha de Inventário nº PCI013

Ponto central de encontro para os Odivelenses, este espaço de sociabilização e lazer é ainda hoje de grande importância para o centro histórico de Odivelas. Localiza-se do lado esquerdo do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo e fica junto de dois outros espaços mencionados neste trabalho e também eles pontos de encontro dos odivelenses: a Pastelaria Faruque e a Casa dos Caracóis.

O Jardim tem algumas particularidades importantes, que importam destacar: começando logo pelo coreto – obra que foi deslocada, como já vimos – que lhe confere uma beleza estética muita rica e faz voltar aos tempos de união comunitária e prazer do convívio social; depois a cascata, como podemos ver na Figura 9.2., que se encontra sempre muito bem cuidada e onde, antigamente, eram colocadas as bebidas frescas para vender nas festas³². Esta encontrava-se, na altura, ao nível do chão e não “afundada” como está atualmente. Um outro elemento presente neste jardim é um chafariz com as inscrições “CMLres” e “MOP 1878”, que significa

³² Informação cedida pelo odivelense, Sebastião Freire.

Ministério das Obras Públicas e o ano de construção. À semelhança do coreto, também o chafariz foi movido para o local onde está hoje.



Figura 2.8. Cascata, Largo D. Dinis – Diana Mendes - 2016

Casa da Marmelada Branca – Ficha de Inventário nº PCI003

Este espaço situado na Rua Guilherme Gomes Fernandes, foi o primeiro local onde se fabricou e vendeu a famosa Marmelada Branca de Odivelas. No entanto teve também outras funções: já foi uma florista e, atualmente é uma barbearia.

Conhecida também como Casa de Chá e das mais antigas de Odivelas – senão a única – para além da marmelada, eram fabricados uns bolos de amêndoa cuja receita era única e original. Quem ficou com o segredo destes bolos e os confeciona atualmente, foi a Pastelaria Faruque³³.

Na década de 60 era propriedade do Sr. Peixoto, que durante muitos anos teve na sua posse algumas receitas dos bolos conventuais do Mosteiro de Odivelas, tais como: a marmelada branca, as queijadas e os bolos de amêndoa. O Sr. Peixoto foi o proprietário deste espaço durante quase 50 anos, sendo que após o seu falecimento este passou para a gestão do Sr. Américo³⁴.

³³ Informação cedida pela odivelense, Cidália Almeida, via *facebook*.

³⁴ Informação retirada do grupo de *facebook* “Odivelas – A Sua História é Feita por Si”

Tendinha – Ficha de Inventário nº PCI024

Situada na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em local privilegiado, esta taberna – que hoje já se encontra fechada – era um ponto central para a atividade comercial. Estima-se que o estabelecimento seja de 1890, considerando informações de tradição oral. Possuía no piso térreo o estabelecimento e, no primeiro andar, a habitação. A principal atividade da Tendinha era a venda de bebidas.

O seu proprietário era José Esteves, conhecido por “Zé da Tendinha”, que começou a trabalhar desde cedo neste ramo de atividade. Antes de trabalhar em Odivelas, chegou a trabalhar em Lisboa. Quando se mudou para Odivelas, foi como empregado e ficou depois com o estabelecimento, que pertenceu aos filhos de Torcato Jorge. Em 1959 ocorreram obras de beneficiação no estabelecimento, o que, segundo o proprietário, fez com que a Tendinha se tornasse «numa das mais bonitas e modernas casas do ramo em Odivelas»³⁵.

Palacete Torcato Jorge – Ficha de Inventário nº PCI025

Este edifício – atualmente à venda – situado na Rua Combatentes da Grande Guerra, pertence à família Torcato Jorge. Segundo nos informou o técnico da CMO, Miguel Ferreira, é o único edifício inserido no estilo *Art déco* do concelho.

A família Torcato Jorge tinha em sua posse uma empresa de vinhos, na qual muitos odivelenses chegaram a trabalhar. Para além dos vinhos, vendiam também pão e tinham um talho, que abastecia a população de Odivelas.

Barbearia Adão – Ficha de Inventário nº PCI026

Situada na Rua do Neto, nº17, a Barbearia Adão conta já com 50 anos de existência, sendo que o seu atual proprietário – Vítor Pratas – é aqui barbeiro há 20 anos. É afilhado do antigo proprietário e, foi com ele que aprendeu tudo o que sabe hoje: desde o ser aprendiz, ao fazer a barba passando pelo aperfeiçoamento quer da afinação de navalhas, quer das técnicas de corte de cabelo.

Hoje, é um local moderno, onde trabalham 3 barbeiros/cabeleireiros – Vítor, a mulher Cristina e Ângelo Pinto. Apesar de manter a fachada original, o seu interior já não corresponde à “típica barbearia”, com a cadeira de barbeiro rotativa, com as bancadas repletas de utensílios ou com as paredes forradas com calendários ou fotografias. No entanto, o proprietário teve o

³⁵ Informação retirada de Objeto do Mês – Novembro, CMO – Setor de Património Cultural

cuidado de preservar algumas referências à história e passado desta Barbearia, tendo uma vitrina onde expôs alguns objetos já não utilizados no dia-a-dia, mas que fazem parte da memória deste espaço³⁶.

2.3.3. Bens Culturais Imateriais

Marmelada, Lendas e Festas

A Marmelada Branca de Odivelas, que começou por ser fabricada dentro do Mosteiro pelas freiras Bernardas e consumida por nobres e fidalgos, rapidamente se tornou um dos valores identitários da cidade de Odivelas. Atualmente não só é fabricada pela Pastelaria Faruque, bem como por outros produtores qualificados e pela Confraria da Marmelada Branca de Odivelas. Fundada a 23 de Novembro de 2009 a Confraria da Marmelada de Odivelas tem como missão «Promover a cidade de Odivelas e a sua marmelada»³⁷. O que a distingue de outros tipos de marmelada é a sua original cor branca (ou quase). Este doce era oferecido, noutros tempos, aos convidados e visitantes do Mosteiro, sob a forma de pequenos cubos e era comida como se fosse um bolo. Atualmente já existem várias formas de apresentação e disponibilização do doce, mas a forma quadrangular continua a ser a mais comum, tanto a nível de confeção como de comercialização.

Há muitas histórias que se contam em relação ao Mosteiro de Odivelas, do que acontecia lá dentro com as freiras bernardas, das brincadeiras das crianças de Odivelas entre os Claustros, entre outras estórias. Mas há uma que está relacionada com a edificação do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo e que foi perpetuando na história do mesmo, até aos dias de hoje. Trata-se da Lenda do Urso, já relatada anteriormente. Apesar de surgirem dúvidas quanto à sua veracidade, o que é facto é que tem algum fundo de verdade e, para além disso: «Este episódio está representado num dos pedestais da arca tumular...» (Vaz, 2016: 61), o que reforça ainda mais a sua verdade.

Para além da marmelada e das lendas e histórias, também as festas sempre foram uma constante na cidade de Odivelas. Atualmente com um carácter mais de captação de recursos (quer económicos, quer humanos) para a cidade, são de destacar eventos como a Feira Medieval, o Festival da Marmelada Branca de Odivelas, a Feira do Fumeiro ou as Festas da Cidade. No entanto, já desde o tempo da Sociedade Filarmónica Odivelense (atual SMO) –

³⁶ Informação retirada do Objeto do Mês – Junho, CMO – Setor de Património Cultural

³⁷ Informação disponível em

https://www.facebook.com/pg/confrariadamarmeladadeodivelas/about/?ref=page_internal

cerca de 1863 – que eram realizadas várias festas sobretudo no Largo D. Dinis, entre coletividades. Eram realizados alguns jogos como o jogo do coelho e as cavalladas, para além da música que era tocada no coreto pela banda. Uma outra festa importante era o 1º de dezembro, dia em que a banda da SMO saía em desfile pelas ruas, para cumprimentar os seus sócios³⁸.

Há ainda outras festas que alguns odivelenses destacam, como o Dia da Espiga e a Festa em Honra de Nossa Senhora do Cabo Espichel.

2.3.4. Equipamentos e Serviços

Se fôssemos abordar todos os serviços e equipamentos presentes em Odivelas (concelho), estes eram inúmeros e de extrema importância para a vida da cidade. No entanto, dado que a nossa investigação se centra apenas no centro histórico de Odivelas, apenas iremos mencionar os que se encontram presentes nas ruas que fazem parte dos seus limites. Este levantamento foi feito e foi construída uma tabela com o nome do equipamento/serviço, a sua localização, a sua função e qual a sua importância/integração para o roteiro que será apresentado no 3º capítulo deste trabalho. Apresenta-se então de seguida a referida tabela:

Nome do Equipamento/Serviço	Local	Ofício/Função	Integração no Roteiro
Agência Funerária Central de Odivelas	Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº108	Agência Funerária	Nenhuma
Alfaiates	Rua do Espírito Santo, nº36	Alfaiataria	Possibilidade de Integração
Amolador de Odivelas	Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº61	Amolador	Possibilidade de Integração
António Paiva & Paiva, Canalização/Eletricidade	Rua Combatentes do Ultramar, nº24	Serviços de Canalização/Eletricidade	Nenhuma
Auto Odivelense	Rua Combatentes da Grande Guerra, nº7	Garagem/Oficina	Garagem mais antiga de Odivelas
Autozîtânia	Rua Combatentes da Grande Guerra	?	Nenhuma
Barbearia Carlos Vaz	Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº81B	Barbearia	Antiga Casa da Marmelada Branca de Odivelas
Biblioteca Municipal D. Dinis	Largo Nossa Sra. do Monte Carmo, nº1	Biblioteca	Antiga Quinta Nossa Sra. do Monte do Carmo
Café Muana Angola	Rua do Souto, nº13	Café	Nenhuma
Casa da Juventude	Largo da Memória, nº1	Edifício Multiusos	Espaço de lazer, aprendizagem e sociabilização
Casa da Memória - Memórias da Freguesia	Largo da Memória, nº2	?	Possibilidade de Integração
Casa de Pasto "Chanita"	Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº84	Restaurante	Nenhuma
Casa do Cerrado	?	Antiga Casa de Férias e Atelier	Casa do Pintor António Lino

³⁸ Informação cedida pelo odivelense, Sebastião Freire, em entrevista presencial.

Nome do Equipamento/Serviço	Local	Ofício/Função	Integração no Roteiro
Casa dos Caracóis	Largo Dom Dinis, nº15C	Restaurante	Possibilidade de Integração
Casa Rainha Santa Isabel	Rua António Maria Bravo, nº21	?	Nenhuma
Centro de Exposições de Odivelas	R. Fernão Lopes, nº11	Edifício Multiusos	Centro Expositivo
Cervejaria Lago Azul	Rua Combatentes do Ultramar, nº6	Restaurante	Nenhuma
Clube Recreativo Espírito Santo Odivelas (Ajax)	?	Movimento Associativo	Possibilidade de Integração
Construções Trivinhas, Lda.	Rua Combatentes do Ultramar, nº10	Empresa de Construção	Nenhuma
Explicações de Matemática	Rua da Igreja, nº10	Apoio ao Estudo	Nenhuma
Fátima Neves - Cabeleireiro e Estética	Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº67	Cabeleireiro	Nenhuma
Ferlodí, Lda - Acessórios para Eletrodomésticos	Rua Combatentes do Ultramar, nº22	Loja de Eletrodomésticos	Nenhuma
Funerária Cruzeiro de Odivelas	Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº79	Agência Funerária	Nenhuma
Funerária de Odivelas	Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº110	Agência Funerária	Nenhuma
Garnutrition	Rua Combatentes da Grande Guerra	?	Nenhuma
Igreja a Luz do Mundo	Rua António Maria Bravo, nº14	Instituição Religiosa	Nenhuma
Igreja Matriz de Odivelas	R. Alberto Monteiro, nº37	Instituição Religiosa	Local de culto muito antigo
Infantário - O Balão	Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº65	Infantário	Nenhuma
Isabel Máximo - Cabeleireiros	Rua Combatentes da Grande Guerra, lt.112	Cabeleireiro	Nenhuma
Jardim da Música	R. Souto, nº1	Espaço de Lazer	Espaço de lazer e de socialização
Lavandaria Self-Service	Rua Combatentes do Ultramar, nº20B	Lavandaria	Nenhuma
Lena Cabeleireiros	Rua Combatentes da Grande Guerra	Cabeleireiro	Nenhuma
Minimercado Khan	Rua Combatentes da Grande Guerra	Frutaria	Nenhuma
Modas Miller - Senhora/Homem	Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº92	Loja de Roupas	Nenhuma
Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo	Largo Dom Dinis	Instituição Religiosa	Ícone da cidade de Odivelas
Mutatis - Moda Jovem	Rua Combatentes da Grande Guerra, nº11A	Loja de Roupas	Nenhuma
Nakshi - Minimercado-Frutaria	Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº93	Frutaria	Nenhuma
O Escondidinho	Rua do Neto, nº10A	Restaurante	Possibilidade de Integração
O Luizinho	Rua do Neto, nº6	Restaurante	Possibilidade de Integração
Odivelas Futebol Clube - "Os Passarinhos"	Rua Alberto Monteiro, nº11	Café	Antiga Sede do Odivelas Futebol Clube
Paços do Concelho - Câmara Municipal de Odivelas	Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº72	Serviços Municipais	Antiga Quinta da Memória
Palacete da Rua Dr. Alexandre Braga	Rua Dr. Alexandre Braga	Antiga Casa Senhorial	Antiga Casa de Habitação Senhorial
Panificadora de Odivelas	Rua Combatentes da Grande Guerra, nº15	Padaria/Pastelaria	Nenhuma
Partido Social Democrata	Rua Combatentes do Ultramar, nº20B	Instituição Política	Nenhuma
Pastelaria Faruque	Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº87	Pastelaria	Ponto central de encontro entre Odivelenses
Pastelaria-Cafetaria Alegreto Bar	Rua Combatentes da Grande Guerra	Café	Nenhuma

Nome do Equipamento/Serviço	Local	Ofício/Função	Integração no Roteiro
Pavilhão Multiusos de Odivelas	Alameda do Porto Pinheiro, nº668	Pavilhão Desportivo	Nenhuma
Pizza na Brasa	Largo Mateus Gregório Rodrigues da Costa, nº5	Restaurante	Nenhuma
Restaurante - O Barbosa	Rua Alberto Monteiro, nº13	Restaurante	Nenhuma
Restaurante Folha de Louro	Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº 97	Restaurante	Nenhuma
Restaurante Pôr-do-Sol	Rua Combatentes da Grande Guerra, nº17	Restaurante	Nenhuma
Restaurante Sinal Verde	Rua da Igreja, nº3	Restaurante	Nenhuma
Sede do Rancho Folclórico "Os Camponeses"	Rua do Espírito Santo, nº19B	Sede do Rancho	Possibilidade de Integração
Smartcond	Rua do Souto, nº9	Administração de Condomínios	Nenhuma
Sociedade Musical Odivelense	Rua Maria Gomes da Silva Santos, nº7	Movimento Associativo	Espaço de lazer, aprendizagem e socialização
Templo do Deus Vivo	Rua Combatentes da Grande Guerra	Instituição Religiosa	Nenhuma
Tendinha	?	Taberna	Possibilidade de Integração
Tranquilidade	Rua Combatentes do Ultramar, nº10	Serviço Bancário	Nenhuma
WebConta	Rua Combatentes do Ultramar, nº18	Serviços de Contabilidade	Nenhuma

Quadro 2.2. Tabela dos Equipamentos/Serviços do CHO – Diana Mendes – 2017

2.3.5. Movimentos Associativos

Sociedade Musical Odivelense

No ano de 1863 foi criada a Sociedade Musical Odivelense, graças ao contributo da comunidade, ainda com o nome de Sociedade Philarmónica Odivellense. Nos primórdios, segundo nos relata a sua atual presidente Fernanda Moroso, os ensaios eram feitos na sede da Associação “Os Passarinhos” – sede do OFC – e também na Igreja. Apenas 68 anos após a sua formação é que passa a dispor de um espaço próprio na Travessa da Mina, hoje Rua Maria Gomes da Silva Santos, parte integrante do núcleo antigo de Odivelas³⁹.

No ano de 1947 foram efetuadas obras de remodelação no edifício, dotando-o de um 2º piso. Só no ano de 1952 é que adquire o nome que ainda hoje possui, Sociedade Musical Odivelense. Apenas em 2009, com um espaço totalmente requalificado após as obras desse mesmo ano, a SMO abre as suas portas aos Odivelenses. É o disponibilizar de mais um espaço cultural e apelativo, onde as atividades se desenvolvem de forma articulada, proporcionando

³⁹ Informação disponível em: <https://www.smodivelense.com/a-s-m-o/>

espetáculos de excelência a todos. Atualmente a SMO assenta sobretudo em algumas grandes áreas: a banda, a escola de música, o grupo coral, o teatro e a dança.

Odivelas Futebol Clube

Corria o ano de 1939 quando «...um grupo de rapazes de Odivelas decidia fundar o “Odivelas Foot-ball OS GATINHOS”, clube precursor do ODIVELAS FUTEBOL CLUBE»⁴⁰. Inicialmente jogavam apenas uns com os outros, sem local predeterminado. Em 1945, “Os Gatinhos” puseram fim à sua atividade, mas como Odivelas ainda era um conjunto de quintas onde todos se conheciam, nesse mesmo ano 4 rapazes - Asdrúbal Abel dos Santos, António Neves (Tonica), Victor Manuel dos Santos e José Fernando Reis de Carvalho – decidiram retomar o ODIVELAS FUTEBOL CLUBE.

Rancho Folclórico “Os Camponeses” de Odivelas

O Rancho Folclórico “Os Camponeses” de Odivelas é uma associação cultural sediada em Odivelas, na Rua do Espírito Santo. Foi fundada a 15 de janeiro de 2002, por um grupo de oito amigos de diversos pontos do país, mas todos residentes em Odivelas. O que os unia era o interesse pelo folclore e a vontade de dar a conhecer o mundo da tradição e dos costumes saloios. A sua primeira atuação e batismo aconteceu a 9 de julho de 2002, nas festas do XII aniversário da cidade de Odivelas, tendo sido apadrinhados por um outro Rancho Folclórico – “Os Moleiros do Pomarinho”. Possuem um estandarte cujo símbolo é uma maçã e três espigas de trigo.

Em relação à sua estrutura e organização, o grupo é composto por cerca de 35 elementos, que se dividem em dois subgrupos: o dos bailadores e o da tocata. Nos bailadores podemos contar com 16 pessoas (8 pares), ficando os restantes divididos pela tocata. A nível de instrumentos, possuem os seguintes: acordeão, reco-reco, pandeireta, viola, ferrinhos, tabuinhas e cântaro. Os trajos que usam estão diretamente associados à região saloia que Odivelas foi e continua a ser.

Sendo um rancho de Odivelas e relacionado com esta zona saloia, quando existem festivais para os quais são convidados, têm a preocupação de selecionar músicas que sejam adequadas a esta realidade. Apesar do grande repertório que possuem, têm o cuidado de selecionar músicas que digam respeito à zona saloia. Entre as mais representativas encontram-

⁴⁰ Informação disponível em: <http://odivelasfc.com/sitev6/historia/>

se “Fonte de Caneças”, “Rio da Costa” e “Cidade de Odivelas”, esta última utilizada sempre nas saídas. Para além destas, existem outras da zona do Ribatejo e de outros pontos do país.

Todos os anos por altura de junho é organizado o Festival Anual, que já vai na sua XIV edição. Este ano teve lugar no dia 24 de junho e é um festival em que são convidados ranchos de norte a sul do país para atuar: ao todo são 5 os grupos a atuar⁴¹.

Movimento Odivelas no Coração

O MOC – Movimento Odivelas no Coração – é uma associação cívica de cidadãos que nasceu há 10 anos, inicialmente com uma componente política. No entanto e, uma vez que não resultou enveredarem por este caminho, decidiram arranjar uma outra linha de orientação do movimento: a ação social. Neste sentido, desde a sua criação que têm vindo a dar apoio a famílias carenciadas de Odivelas, distribuindo alimentos. A sua base de apoio é o Banco Alimentar Contra a Fome, que definiu para o MOC uma área de atuação/apoio e lhes envia alimentos para depois poderem selecionar e distribuir pelas famílias. É, portanto, um trabalho voluntário, que conta atualmente com cerca de 12 pessoas na equipa (número que tem vindo a reduzir ao longo dos anos, uma vez que já foram cerca de 50 pessoas). Essa equipa, ainda que reduzida, faz um trabalho incansável na medida das suas possibilidades, pois consegue ainda apoiar uma média de 98-100 famílias.

Os seus encontros ocorrem na primeira terça-feira de cada mês, no qual dividem os alimentos e fazem os sacos para cada família. No dia seguinte (quarta-feira), entre as 14h e as 18h30, fazem então a distribuição pelas famílias mais carenciadas. Para além desta vertente de apoio a nível alimentar, têm duas outras: possuem uma zona de roupa, à qual as pessoas podem também recorrer se necessitarem de algo e, mais recentemente, criaram também no mesmo espaço uma zona de pré-natal. Neste espaço têm roupa e outros bem essenciais que ajudam as mães adolescentes que ficaram sem apoios e, posteriormente, encaminham-nas para as entidades competentes.

Esta é uma associação que subsiste à custa da boa vontade e disponibilidade dos seus voluntários e, como tal, têm de criar atividades de forma a conseguirem encontrar formas de rentabilização para poderem pagar o que necessitam. Neste sentido, realizaram no passado já

⁴¹ Toda a informação aqui apresentada – relativamente ao Rancho “Os Camponeses” de Odivelas – foi cedida oralmente e através da mostra de imagens e documentos por dois elementos do grupo, o Sr. José Rebelo e o Sr. José Brito.

algumas atividades, tais como: o passeio anual, o *rally paper* anual, a noite de fados, o dia da mulher e, mais recentemente, as tertúlias.

Trabalho para fazer e ideias existem muitas, o que é necessário é sobretudo gente com vontade e mãos para trabalhar, que se disponibilizem a dar um pouco do seu tempo para ajudar os demais. Porque, como nos diz Gandhi, «The best way to find yourself is to lose yourself in the service of others»⁴².

⁴² Toda a informação aqui apresentada – relativamente ao MOC – foi cedida oralmente e através da mostra de documentos pelo presidente do Movimento, o Sr. António Nunes.

CAPÍTULO 3 – PERCURSO “ODIVELAS INTEMPORAL”

3.1. Justificação do Projeto

A oferta cultural em Odivelas não apresenta grande diversidade de formatos e serviços, para além de muitas estruturas apresentarem problemas ao nível do estado de conservação (PDM, 2015).

É portanto objetivo das estruturas municipais, dotar a cidade de

“Equipamentos culturais e, especialmente, espaços públicos de sociabilidade e lazer quer de centralidade a diferentes níveis (freguesia, bairro, núcleo de vizinhança) bem como à criação dos grandes equipamentos em espaço verde com funções de recreio e desporto em espaço aberto” (PDM, 2015: 91).

Além deste fator, a atividade turística no concelho de Odivelas, tem uma expressão muito reduzida, estando direcionada para contextos de visita a determinados locais, como por exemplo o Mosteiro de Odivelas e ocasionalmente a existência de eventos populares (festas e festividades) com alguma capacidade de atração de visitantes. Não são conhecidos estudos de públicos e visitantes culturais para o concelho de Odivelas.

Património Imóvel Critérios de Relevância		
Valores a salvaguardar em primeiro grau - mais consistência e maior genuinidade	Centro Histórico de Odivelas	Génese do Município (principal fator de identidade municipal); Grande importância Cultural e histórica para o Município; Elevada consistência Urbana; Imóveis classificados e inventariados com pormenores notáveis; Caráter vernáculo dos traçados; Relevância perspetiva e arquitetónica. Relação Ambiental; Consistência Arquitetónica; Sobreposição de diversos períodos históricos
	Núcleos Antigos;	A ruralidade é a génese; Importância cultural e histórica para o local ou sítio; Consistência Urbana; Imóveis classificados e inventariados com pormenores notáveis; Caráter vernáculo dos traçados; Relevância perspetiva e arquitetónica; Arquitetura vernácula.

Património Imóvel Critérios de Relevância		
	Conjuntos Urbanos	Consistência Urbana; Primeiros processos de planeamento no território; Elementos constituintes do planeamento e com relevância urbana, tais como: Praças, Alamedas, Alinhamentos, Arruamentos, etc. Importância histórica e cultural associada a meados do século 20.
Valores a salvaguardar em segundo grau - menor consistência devido a maiores adulterações	Frentes Arquitetónicas	A ruralidade é a génese (Vale Nogueira, Piçarras, etc.); Sinuosidade dos traçados; Fragmentos históricos (Muros, Arruamentos, Edificações, etc.) Vertente industrial (Vilas operárias); Importância cultural e histórica para os locais e sítios onde se implantam; Imóveis classificados ou inventariados com relevância; Alinhamentos; Enquadramento paisagístico; Relevância perspetiva e Arquitetónica; Arquitetura vernácula. Elementos de continuidade e coerência do conjunto.
	Quintas e casais agrícolas	Referência da atividade rural e do veraneio; Marca da ruralidade do território; Formalizando uma <i>unidade</i> : constituída pelo edifício principal (casa da quinta), poços, tanques, picadeiros, currais, estábulos entre outras estruturas de apoio. Arquitetura relevante dos imóveis pelo todo ou pelos seus pormenores notáveis. Integradas na <i>estrutura ecológica municipal</i> ;

Quadro 3.1. Critérios de relevância para atuação no património de Odivelas. PDM Odivelas, 2015.

O Programa Estratégia para o Turismo do País e das Regiões – Turismo 2020, evidencia que a proposta de valor do Turismo na Região de Lisboa, onde Odivelas naturalmente se posiciona, “assenta na sua diversidade e alavanca nos seus principais fatores de identidade” (Turismo 2020).

O interesse pelo turismo cultural e programas específicos segmentados para diferentes públicos referem-se como uma das tendências mais marcantes na nova perspetiva turística em Portugal. Odivelas pode aproveitar das sinergias criadas em redor da cidade de Lisboa, enquanto destino turístico consolidado e reconhecido internacionalmente com forte identidade

histórico-cultural com capacidade de atração de atividades que associem valorização do património, criação artística e cultural, lazer, turismo e vivências urbanas (Turismo 2020).

O crescimento do turismo cultural, em especial o segmento do turismo criativo com foco no turista e nas experiências culturais genuínas, constitui uma oportunidade para o projeto “Odivelas Intemporal” encontrar uma afirmação positiva.

É precisamente neste segmento de experiências culturais genuínas e significativas que o “Odivelas Intemporal” deve acontecer, ao privilegiar uma narrativa centrada nos valores locais, associada a um relevante património cultural, embora desconhecido.

3.2. Caracterização do Percurso

3.2.1. Nome, características e metodologias

Ao chegar a este ponto, torna-se imperativo esclarecer que tipo de percurso é possível realizar no CHO, quais as suas características e principais objetivos. Não foi uma decisão fácil, dada a panóplia de bens patrimoniais existentes nesta área geográfica e a sua diversidade e excecionalidade. Seria possível criar-se mais do que um percurso, com diferentes temáticas, mas o objetivo principal aqui era a criação de um que abarcasse as várias vertentes e fosse diferente do habitual. No entanto, fica sempre a dúvida se estaremos a optar pelos recursos certos, se devemos deixar determinado elemento de fora e porquê, etc. Apesar disso, o que importa destacar é o levantamento que é feito de cada bem patrimonial existente, já que:

«A previsão das atividades a criar ou a desenvolver em cada núcleo de cada Circuito de paragem é estruturante: a gestão dos tempos e a diversidade de atividades componentes de cada Circuito obrigam a este levantamento prévio.» (Figueira, 2013: 124)

Numa tentativa de abarcar o maior número possível de elementos patrimoniais optou-se por denominar este percurso por “Odivelas Intemporal”. A explicação não é difícil: Odivelas tem uma vasta história, que vem já desde a Idade Média como se pode comprovar pelo Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo e que se torna transversal e atravessa as várias épocas até à contemporaneidade, onde encontramos elementos como por exemplo o Jardim da Música. Deste modo, faria sentido aliar diversos recursos, percecionando a natureza dos espaços, a sua anterior e atual função e que espaços foram e são estes, para a comunidade do CHO.

O que terão em comum a Barbearia Carlos Vaz e o próprio Mosteiro? Ou a Sociedade Musical Odivelense e o Jardim do Largo D. Dinis? É isso que este percurso vai permitir

Como podemos ver na figura os edifícios/espços marcados com a cor amarela correspondem ao período da Idade Média, os marcados a cor verde ao período da Idade Moderna e os marcados a cor rosa, ao período da Idade Contemporânea. Destaca-se uma clara predominância de edifícios/espços do período contemporâneo, o que encontra uma justificação na evolução que o aglomerado conheceu nos últimos 150 anos e a necessidade de dar resposta à população, quer a nível de serviços, quer a nível de espços de cultura e lazer. Os edifícios/espços do período da Idade Média são apenas dois: o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo e o Memorial. Ambos contêm vestígios de outras épocas, legados de alterações que foram conhecendo ao longo das épocas e não mantêm o seu traçado original exatamente o mesmo. Ainda que sejam apenas dois os monumentos deste período da história, a sua importância é evidente, já que ambos se encontram classificados como Monumento Nacional (Decreto n.º 136 de 23-06-1910). Relativamente ao período da Idade Moderna, destacam-se a Igreja Matriz, a Quinta da Memória e o Palacete da Rua Dr. Alexandre Braga. Também estes apresentam vestígios de épocas posteriores e não constituem exemplares prístinos da época. Finalmente ao período contemporâneo, para além dos já referidos, juntam-se-lhes o Mirante, a Auto Odivelense, o Palacete Torcato Jorge, a Quinta de Nossa Sr.^a do Monte do Carmo, o Chafariz Oitocentista, a SMO, a Estátua da Rainha Santa Isabel, o Coreto, a Pastelaria Faruque, a Barbearia Adão, a Barbearia Carlos Vaz, a Casa da Juventude, a Tendinha, o Centro de Exposições, o Jardim da Música e a Casa do Cerrado.

O segundo mapa corresponde à diferenciação por tipologias, dos vários edifícios:

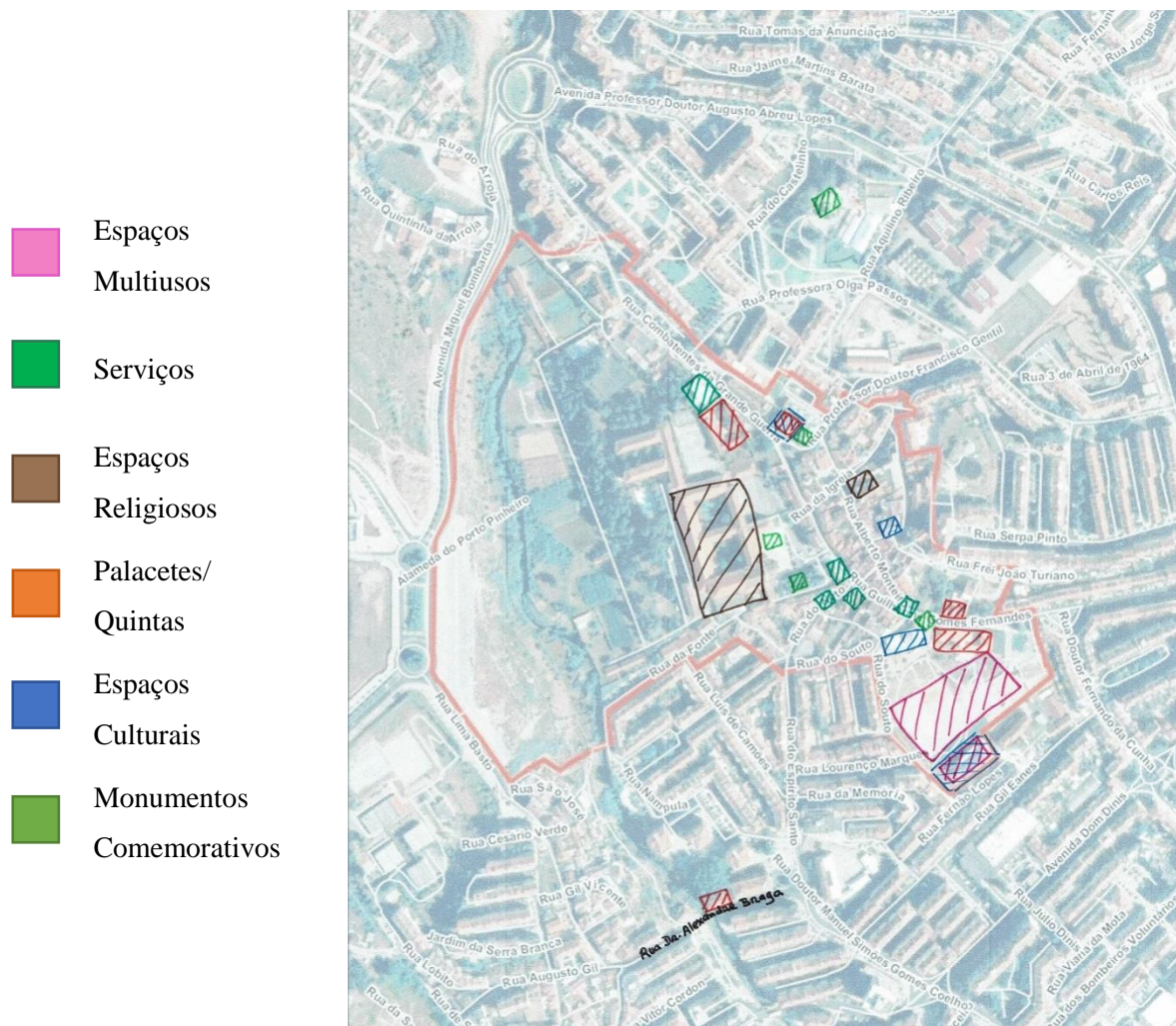


Figura 3.2. Divisão dos Edifícios e Espaços do CHO por Tipologias – Diana Mendes – 2017

Neste segundo mapa – das tipologias dos espaços/edifícios – existem duas categorias em destaque: a dos palacetes/quintas e a dos monumentos comemorativos. A primeira justifica-se pelo facto de, desde o séc. XIV, Odivelas ser um lugar de quintas. Aliás, o próprio rei D. Dinis aqui tinha a sua residência, na Quinta do Vale das Flores, que ficava «...situada no vale do mesmo nome entre os montes da Senhora da Luz, Tojais e S. Dinis junto à Ribeira de Odivelas...» (Tomé, 2001: 14). Para além desta foram surgindo outras, sobretudo entre os séculos XVIII e XX que ainda hoje se encontram nesta área geográfica, umas reabilitadas pela CMO, outras em estado devoluto. Já os monumentos comemorativos são também eles vários, uns construídos pela própria população – como é o caso do Coreto, outros mandados construir para dignificar alguma pessoa ou algum acontecimento, como são o caso do Chafariz Oitocentista e da Estátua da Rainha Santa Isabel.

Por fim, apresenta-se o último mapa:

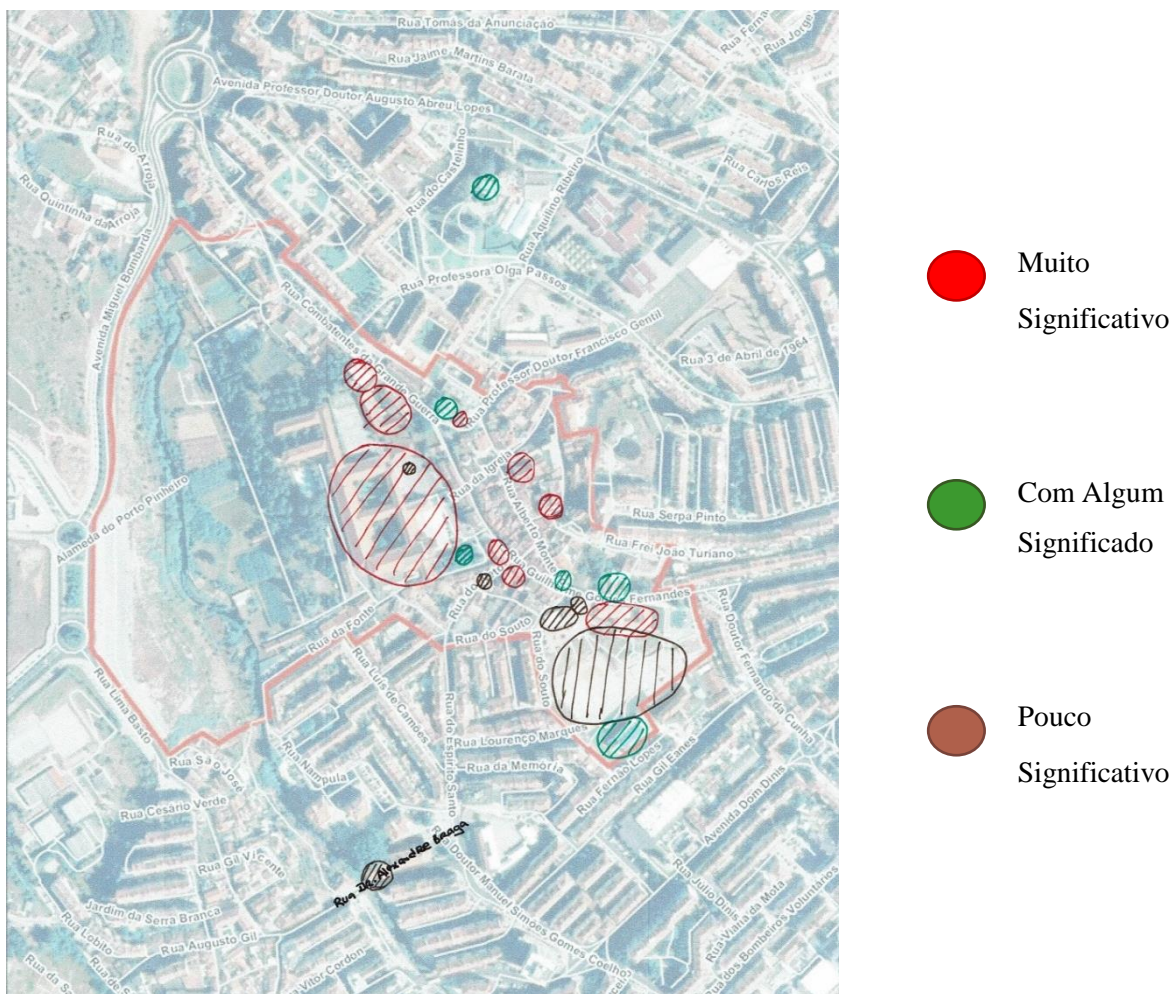


Figura 3.3. Divisão dos Edifícios e Espaços do CHO por Significado – Diana Mendes – 2017

Este último diz respeito ao significado que cada edifício/espaço tem, para cada um dos habitantes de Odivelas com quem se falou ao longo do último ano. Foram confrontados os registos orais e escritos recolhidos, numa tentativa de apontar quais os bens patrimoniais mais e menos mencionados, logo aqueles que à partida teriam maior e menor importância, respetivamente. Chegaram-se a algumas conclusões importantes que carece mencionar:

- Os bens patrimoniais mais significativos são a grande maioria daqueles sinalizados, o que nos mostra que, ainda que não seja regra geral, alguns habitantes de Odivelas atribuem valor a determinados espaços que frequentam e/ou frequentaram no passado;
- Entre os edifícios/espaços mais significativos, encontramos tanto serviços (como a Pastelaria Faruque), como edifícios religiosos (como a Igreja Matriz e o Mosteiro), como quintas/palacetes (como o Palacete dos Torcato Jorge e a Quinta da Memória). Isto faz-nos concluir que não existe uma categoria específica que se destaque mais que outra. O património dos habitantes do CHO é um património diversificado;

- Destacam-se pela positiva – ainda que com um menor grau de significado – edifícios/espços de carácter cultural (como o caso da Quinta de Nossa Sr.^a do Monte do Carmo – BMDD e o Centro de Exposições), edifícios/espços de carácter comemorativo e de encontro (como o Coreto e a Tendinha) e edifícios/espços de carácter histórico-biográfico (como a Casa do Cerrado de Mestre António Lino).
- Os bens a que é atribuído menor valor, são maioritariamente aqueles que foram criados já mais recentemente – como a Casa da Juventude e o Jardim da Música – ou aqueles que já saem fora da zona do CHO propriamente dita – como o Palacete da Rua Dr. Alexandre Braga. Destaque também aqui, mas pela negativa, para o facto de o Memorial/Cruzeiro não ser mencionado pela maior parte da população. Este facto leva-nos a refletir sobre a sua verdadeira importância para a cidade de Odivelas e, inclusive, a sua presença no seu brasão.

3.2.2. Narrativa, pontos de passagem e paragem e complementos

Após a análise feita anteriormente, está chegada então a altura de expor qual a narrativa de percurso e como se operacionaliza no território, com a indicação dos pontos de passagem e de paragem do mesmo.

O principal fio condutor da narrativa é a vivência e o olhar dos habitantes do centro histórico de Odivelas, já que se pretende dar a conhecer não apenas os elementos históricos e classificados, como aqueles espaços que não estão classificados e são mais desconhecidos. Ou seja, pretende-se dar a conhecer os lugares mais importantes para a população de Odivelas. Este percurso baseia-se num trajeto circular fechado, permitindo contar uma história que agregue os vários pontos ao longo do mesmo, mas que culmine no final no ponto onde teve início. As vantagens de um percurso circular foram já definidas por alguns autores (Figueira, 2013) e, neste projeto considera-se uma estrutura circular essencialmente por questões de acessibilidade, de mobilidade e de enquadramento nos objetivos definidos que é promover um maior conhecimento de Odivelas. No caso de percursos lineares poderia correr-se o risco de os participantes não conseguirem voltar sozinhos ao local de partida ou terem que andar distâncias muito significativas para o fazer, retirando a capacidade de implementação do projeto “Odivelas Intemporal”.

Podemos caracterizar o percurso como sendo «...descrito com maior ou menos detalhe, unindo pontos de interesse turístico de um caminho» (Figueira, 2013: 83).

Apresenta-se de seguida a esquematização deste trajeto, com o seu ponto de partida e de chegada coincidente: o Largo D. Dinis.

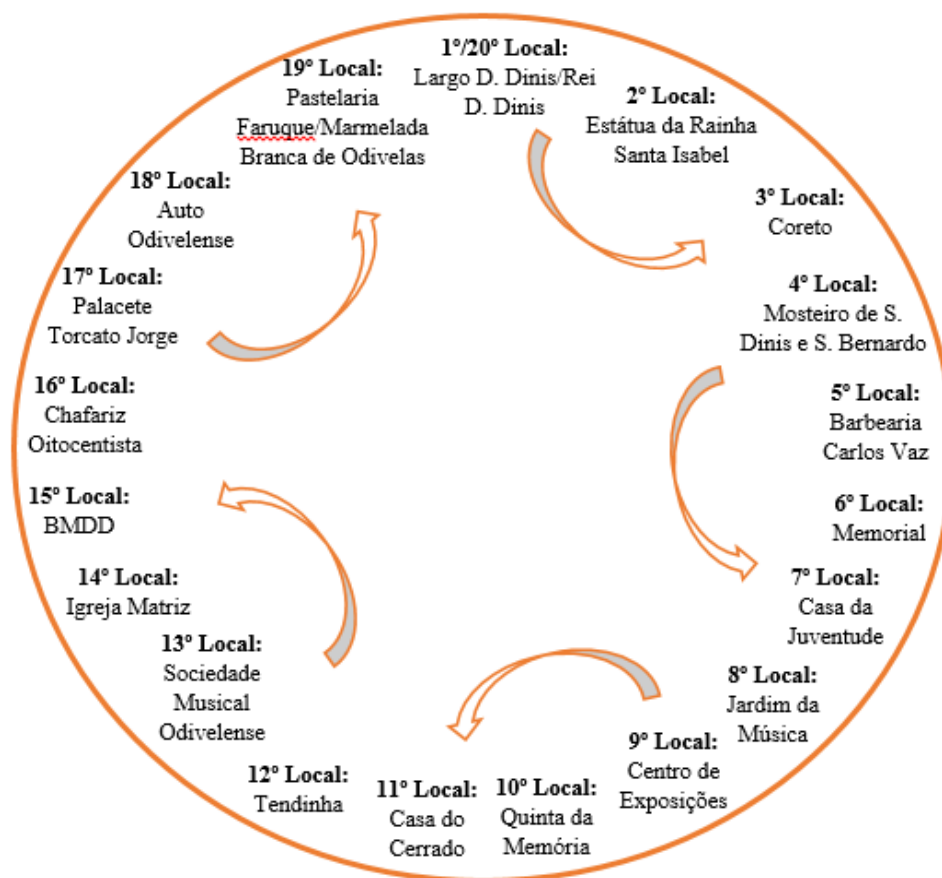


Figura 4.3. Esboço da Proposta de Percurso a executar no projeto “Odivelas Intemporal” – Diana Mendes – 2017

Como podemos verificar e foi já referido, o início terá lugar no Largo D. Dinis. Sendo este o início do percurso é aqui que terá que ser efetuada a sua apresentação: informações genéricas sobre o percurso, a duração estimada, o grau de dificuldade, informações sobre segurança que devem respeitadas, apresentação do orientador. Os principais elementos da narrativa a serem introduzidos no Largo de D. Dinis relacionam-se com a importância deste local, enquanto espaço de encontro e socialização. A narrativa irá também centrar-se na pessoa do Rei D. Dinis como o grande impulsionador da construção do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo. Relativamente ao tempo de duração da visita, neste ponto, a mesma não deverá ultrapassar os 10 minutos, sendo um grau de duração médio. A nível de recursos, apenas será necessário um orientador e o percurso, neste ponto, caracteriza-se por ser um percurso pedestre, não havendo necessidade de entrar em nenhum espaço.

Em síntese o guião de visita neste local focará os seguintes elementos:

- A evolução histórica do atual Largo D. Dinis;
- A pessoa do Rei D. Dinis e a sua relevância em Odivelas;
- O largo de D. Dinis enquanto espaço preferencial de sociabilidade eleito pela comunidade de Odivelas que, ao longo do tempo, aqui promoveu os seus encontros sociais, como por exemplo: as festas antigas e as atuais: “as ruas das cidades são os locais de eleição para a sociabilidade pública” (Sieber, 2008:47).

O 2º ponto de paragem será a Estátua da Rainha Santa Isabel, também ela situada no Largo D. Dinis. A distância entre os dois primeiros pontos apesar de curta justifica-se. Aqui o principal objetivo é complementar a figura do rei D. Dinis, com a figura da sua mulher, a Rainha Santa Isabel. A interligação entre estes dois monarcas deixou marcas em Odivelas e sobretudo nos seus habitantes que, ainda atribuem ao Milagre das Rosas, a origem ao nome de Odivelas. Neste ponto do percurso faz-se já sentir a comunidade do Centro Histórico, ao relatar estes saberes locais, que serão contrapostos com a informação validada que dispomos hoje. A visita neste local, necessariamente curta, terá uma duração de cerca de 5 minutos (grau de duração curto) sendo essencial a presença de um orientador que apresente os pontos principais da narrativa:

- Uma síntese relativamente à personagem da rainha Santa Isabel;
- O Milagre das Rosas;
- A origem do nome Odivelas.

Feita a nota geral introdutória do percurso, pelos 1º e 2º pontos, o projeto propõe como 3º Local para o “Odivelas Intemporal” o Coreto. O Coreto, para além da sua relevância para a comunidade de Odivelas permite um bom ponto de paragem, providenciado abrigo (para o sol e chuva) e com espaço para o visitante se sentar. Será pois um primeiro ponto de descanso no percurso, essencial para o sucesso do mesmo (Figueira, 2013). Uma visita de grau de duração médio curta, entre 5 a 10 minutos de duração, introduzindo neste local aqui a possibilidade de se incorporar um habitante do CHO no percurso, mais especificamente um que esteja diretamente relacionado com a SMO. Os principais objetivos da narrativa neste local referem-se à importância do Coreto enquanto ponto de encontro entre Odivelenses, para, por exemplo, ouvir a banda da SMO, e promover uma leitura de contraste com a atualidade em que este espaço perdeu a sua função inicial. Importa também salientar em que moldes é que o mesmo foi construído, e esta paragem permitirá também contar outras histórias sobre o jardim, como

por exemplo a enigmática cascata presente no centro do mesmo. São por isso pontos centrais a focar, os seguintes:

- O Coreto enquanto espaço de socialização;
- A Banda da SMO;
- A função do Coreto nos dias de hoje;
- As etapas na construção do Coreto.

Segue então o percurso para o 4º Local definido: o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo. Necessariamente mais longa, a visita incluirá a entrada no monumento. Em termos de operacionalidade tal implicará uma adequação dos horários e dias de realização do percurso, em função dos horários de abertura do monumento. Tal implica que, nos dias em que este monumento esteja encerrado, a visita não poderá contemplar a entrada no mesmo e apenas fazer um percurso de exterior. Preferencialmente, por isso, o percurso “Odivelas Intemporal” só deverá ser realizado em dias que seja possível a entrada neste local. Uma vez que este se encontra agora na posse da CMO, é necessária uma autorização de entrada por parte da mesma, para o dia da visita. A incorporação de um residente do CHO permitirá ao visitante a memória de tempos de brincadeiras de infância, em que era comum as crianças brincarem nos claustros do Mosteiro, permitindo também uma reflexão sobre a evolução do conceito do património cultural e da sua função social. Os principais objetivos aqui serão dar a conhecer as duas principais motivações para a construção do Mosteiro de Odivelas, assim como as suas várias utilizações ao longo do tempo. Como pontos importantes a focar, destacam-se:

- As motivações para a construção do Mosteiro;
- A lenda da edificação do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo (lenda do urso);
- O Mosteiro enquanto espaço habitado por freiras (Ordem Cisterciense);
- O Mosteiro enquanto instituição educativa (o Instituto de Odivelas).
- A questão da Marmelada Branca, confeccionada no Mosteiro.

O percurso “Odivelas Intemporal” segue para um outro local relevante para a comunidade do CHO: o edifício onde se encontra a atual Barbearia Carlos Vaz, antiga Casa da Marmelada Branca de Odivelas. Será um ponto de passagem curto, estimando-se cerca de 3 m., não existindo necessidade de se entrar no espaço. O orientador enriquece a memória de Odivelas, com a história daquele que foi um dos espaços mais emblemáticos de Odivelas, no que diz respeito à doçaria e sua confeção e comercialização. O principal objetivo aqui será

precisamente fazer um contraste entre o antes (1ª Casa da Marmelada de Odivelas) e o depois (atual Barbearia), assim como aprofundar um pouco mais a questão da marmelada enquanto símbolo identitário de Odivelas, Como pontos a focar destacam-se assim:

- A Casa da Marmelada Branca de Odivelas;
- A Marmelada Branca como símbolo identitário.

Logo de seguida deparamo-nos com o 6º Local: o Memorial, onde se promove um momento de descanso. O orientador tem como principal objetivo neste local apresentar o mesmo como sendo um ícone da cidade e uma breve apresentação sobre a sua história e evolução. Temos por isso um único foco neste local:

- Perceber quais as motivações para a construção do Memorial: monumento fúnebre, local de passagem ou local de portagem.

Segue-se caminho para o 7º Local, que é a Casa da Juventude. Na Casa da Juventude a relevância da narrativa deste projeto vai para a existência deste espaço enquanto elemento agregador de habitantes mais jovens do CHO. Naturalmente que, sendo um espaço que decorre de uma pré-existência, o orientador dará aqui informações sobre a Casa de Juventude como um importante equipamento cultural do concelho, assim como demonstrar uma outra função já exercida pelo mesmo, narrando um pouco do que foi o espaço antes de ser o que é hoje. São por isso pontos a focar:

- A Casa da Juventude como espaço cultural;
- A Casa da Juventude como lugar de horta e fruta.

O local seguinte – o 8º - é o Jardim da Música. A duração da visita neste local é mais longa: aqui permite-se que o visitante quebre um pouco na sua capacidade de concentração da informação que se lhe está a ser prestada e encontre no percurso algum tempo livre, embora direcionado. O orientador tem como principal objetivo dar a conhecer o Jardim da Música como sendo um espaço dedicado à prática cultural, desportiva e social. Para além disso importa ainda pensar este jardim à luz do passado, quando era o campo do OFC. São portanto pontos a focar:

- O Jardim da Música como espaço de socialização;
- O Jardim da Música como espaço cultural;
- O Jardim da Música como espaço propício à prática do desporto;
- O Jardim da Música (antigo campo do OFC).

Este jardim é também um ótimo local de paragem, pois permite dar seguimento à narrativa para o Centro de Exposições, o 9º. A visita neste espaço é necessariamente curta, sendo apenas um ponto de passagem auxiliar na “estória” que se está a contar, não sendo portanto um foco essencial. Poderá ser inclusivamente um local que apenas por ele se passe, dependendo neste caso, da faixa etária do grupo e das suas condições de mobilidade. No centro de Exposições o orientador tem como objetivo dar a conhecer o Centro de Exposições de Odivelas como equipamento cultural existente no concelho, enquanto galeria e espaço onde se encontram instalados alguns serviços da CMO. Este ponto de paragem é facultativo.

O percurso “Odivelas Intemporal” segue em direção à Quinta da Memória, o 10º Local. Também aqui perspetiva-se uma passagem pelo exterior, procurando compreender o passado e o presente da Quinta da Memória e recuperar histórias e memórias dos odivelenses sobre este espaço. Para isso, deve focar-se os seguintes pontos:

- A Quinta da Memória como estância de madeiras e ferrador;
- A Quinta da Memória como edifício dos Paços do Concelho.

O 11º Local do percurso é a Casa do Cerrado, de Mestre António Lino. Sendo este um dos traços identitários mais interessantes na história de Odivelas, interessa incorporar este espaço no percurso, embora seja impossível entrar dentro do edifício, sendo portanto uma abordagem exterior. O orientador do percurso terá um habitante do CHO, familiarizado com a presença do artista na cidade, que sobre ele possa contar relevantes histórias. O principal objetivo neste local será dar a conhecer a existência de uma antiga casa de um pintor em Odivelas, assim como explorar um pouco da sua vida e obra. São por isso pontos a focar:

- A vida e obra de António Lino (pintor);
- A Casa do Cerrado como casa e *atelier*.

Segue-se o percurso para o 12º Local que é a Tendinha. Apenas se contempla uma breve passagem por este espaço, de poucos minutos. O principal objetivo será dar a conhecer este que é um espaço emblemático para Odivelas e para os odivelenses, infelizmente atualmente fechado. O enfoque da narrativa deverá recair sobre:

- A Tendinha enquanto espaço comercial;
- A Tendinha como ponto de encontro entre odivelenses.

O 13º Local é a SMO, sendo mais um ponto de paragem no percurso. Sendo um dos mais importantes locais em termos de relação da comunidade com o seu património, a duração da visita neste local será mais longa, incluindo uma entrada no local, através de uma autorização de entrada por parte da CMO. O orientador dá a conhecer o papel deste equipamento cultural de Odivelas, enquanto importante espaço de socialização do passado. Os pontos-chave a focar são portanto:

- A História da SMO;
- A SMO no passado: espaço de socialização;
- As atividades disponibilizadas pela SMO atualmente.

O 14º ponto do percurso situa-se mesmo junto à SMO e é a Igreja Matriz. Juntamente com a SMO a duração de visita neste local é mais longa, prevendo-se cerca de 15 minutos, com entrada no espaço. Uma vez que a visita ao interior da Igreja está condicionada aos horários de culto (segunda-feira às 18h30; de terça a sexta-feira às 09h00 e às 18h30; sábado às 15h30, 17h00 e 18h30; e domingo às 18h30), o percurso “Odivelas Intemporal” tem que estabelecer horários de início pré-definidos para que a entrada na Igreja Matriz seja sempre possível. Os objetivos desta paragem relacionam-se com o conhecimento do património cultural existente na Igreja de Odivelas, assim como dar relevo a um importante acontecimento que teve lugar neste espaço: o roubo dos vasos sagrados. A operacionalização deste ponto do percurso, intimamente relacionada com a entrada no espaço está ligada às seguintes questões:

- A História e Pormenores da Igreja Matriz;
- O caso do roubo dos vasos sagrados e a sua relação com o Padrão do Sr. Roubado.

O local seguinte será o 15º, que corresponde à Quinta de N.ª S.ª do Monte do Carmo. Também aqui se perspetiva uma duração de visita mais longa, aproximadamente 10 minutos sendo necessário a entrada no espaço, mais uma vez respeitando as condicionantes da mesma: entre as 09h30 e as 18h45 de terça a sexta-feira e sábado, das 9h30 às 16h45, mediante autorização de entrada por parte da CMO. Desta forma, sendo este um elemento condicionante para o percurso “Odivelas Intemporal”, significa que o mesmo não terá visitas à segunda-feira e ao domingo, em virtude do espaço estar encerrado. Neste local o orientador procura dar a conhecer a evolução histórica da Quinta, os seus vários proprietários, bem como que espaços a constituíam e que espaços existem hoje e foram (ou não) preservados. Assim sendo, os pontos de foco serão:

- A História e Proprietários da Quinta de Nossa Senhora do Monte do Carmo;

- Os Espaços constituintes da Quinta;
- Os Espaços constituintes da BMDD.

A vista a este local completa-se com o 16º Local, que corresponde ao Chafariz Oitocentista. Consiste numa passagem curta no espaço em que o orientador destaca a importância deste local como espaço de socialização, nomeadamente o antigo “mercado” de peixe que ali existia, assim como monumento de homenagem às vítimas das cheias de 1967 em Odivelas, chamando a atenção para os painéis ilustrativos que aqui existem. Os pontos a focar são portanto:

- Os Painéis ilustrativos de homenagem às vítimas das cheias;
- O Chafariz enquanto local onde se vendia peixe.

Seguimos o nosso percurso para o 17º Local que é o Palacete Torcato Jorge. Neste ponto do percurso a visita assume também um carácter de passagem pelo exterior, com uma curta duração, em que o orientador tem como objetivo destacar a importância do edifício, uma vez que é o único de *art déco* no concelho, assim como dar relevo à família Torcato Jorge e aos seus negócios, nomeadamente no que diz respeito à indústria em Odivelas, sobretudo a de vinhos. O ponto essencial a focar será portanto As Indústrias de vinho Torcato Jorge.

Logo ao lado encontramos o 18º Local: a Garagem Auto Odivelense. Com um carácter de média duração, esta visita contempla a entrada no espaço, através da autorização de entrada da atual proprietária, residente em Odivelas. A integração de um habitante do CHO na visita permite relatar e narrar histórias relacionadas com o tempo em que a garagem era ainda um espaço de reparação de carroças. Devemos destacar aqui a importância deste espaço como o primeiro e mais antigo de Odivelas, nesta área. Para além disso, destacar também o facto de ainda conservar alguns objetos bastante antigos e de ser um negócio de família que passou de geração em geração. Os pontos-chave a focar serão:

- A importância dos negócios familiares;
- A preservação/conservação de objetos antigos.

O percurso “Odivelas Intemporal” segue para o 19º e último espaço a visitar, a Pastelaria Faruque. Também aqui uma visita de média duração, sendo uma visita de exterior, em que o orientador focará a narrativa na questão da Marmelada Branca de Odivelas. São objetivos destacar a importância deste espaço como um dos principais pontos de encontro entre os odivelenses, assim como destacar a sua qualidade a nível de fabrico próprio tanto de pastelaria,

como de confeção da famosa Marmelada Branca de Odivelas. Sendo este o último local de visita, o visitante é convidado a uma degustação da famosa Marmelada Branca de Odivelas. Os pontos de narrativa serão portanto:

- A história e funcionalidades da Faruque;
- A confeção e venda da Marmelada Branca de Odivelas.

Em síntese, a proposta de percurso assenta na realização de um trajeto circular, que termina e acaba no mesmo local.

Apresenta durações de paragem em três níveis: curtas (máximo 5 minutos) em que apenas se faz uma leitura exterior do espaço contemplado; médias (entre 5 e 10 minutos) onde se procura incorporar a contribuição de residentes e habitantes do CHO que possam propor uma narrativa mais focalizada nas sociabilidades da comunidade e na ligação com os seus valores identitários; e longa duração (mais de 10m e não ultrapassando os 15 m) onde se procura promover também alguns momentos de descanso, quer físico, quer da narrativa que se conta. O percurso conta com 8 pontos de passagem curtos; 6 pontos de passagem de duração média e 5 pontos de duração mais longa, que são também os locais que constituem as âncoras da comunidade do CHO com os seus valores patrimoniais.

Em cinco lugares prevê-se a contribuição de habitantes locais e em quatro locais associou-se descanso dos visitantes.

As principais condicionantes apresentam-se na ótica do projeto como sendo as condições atmosféricas (uma vez que é essencialmente um percurso pedestre); a capacidade e grau de mobilidade dos visitantes; a imprevisibilidade do discurso dos residentes do CHO e os horários pré-definidos dos locais onde é necessário entrar.

3.2.3. Duração, principais objetivos e público-alvo

Em termos de duração, este percurso foi pensado para sensivelmente duas horas. Este corresponde ao tempo total do percurso, com paragens nos pontos anteriormente mencionados incluídas.

Em relação aos objetivos do percurso, estes relacionam-se sobretudo com um dos objetivos gerais desta dissertação, que era «*a concretização de um percurso/circuito pelo núcleo histórico da cidade, que englobe os monumentos e espaços indicados como objeto de estudo, através da articulação população-serviços-equipamentos*». Este foi um passo dado e

cumprido, que foi ainda mais além, já que englobou também outros monumentos e espaços que não estavam pensados inicialmente e que só vieram enriquecer ainda mais o percurso.

Para além deste objetivo, claramente existem dois outros que se viram concretizados com a idealização deste percurso: o de possibilitar um maior conhecimento do seu legado histórico e patrimonial, à comunidade do CHO; e o de poder englobar os habitantes no próprio percurso, quer através do seu testemunho prévio sobre os espaços e monumentos do CHO, quer através do seu testemunho *in situ* destes mesmos elementos.

Relativamente ao público-alvo do percurso, poderemos pensar em várias segmentações de públicos. No entanto, há que ter em conta que para diversos públicos, devem ser formuladas diferentes linguagens discursivas. Como nos diz Luís Figueira:

«No turismo temático...os contributos das disciplinas de História da Arte, da Biologia, da Geografia, da Estatística, da Economia, da Gestão, da Antropologia, da Geologia, da Sociologia, da Arqueologia, da Arquitetura, do Design, da Botânica, da Comunicação Multimédia, etc., aparecem na estruturação de uma Rota como elementos indispensáveis à qualificação de conteúdos, à adequação da linguagem e informação a fornecer, ao acerto sobre os níveis comunicativos que cada público-alvo impõe.» (Figueira, 2013: 73)

Não acho que seja adequado limitar o percurso apenas a turistas culturais, na medida em que também os habitantes podem e devem usufruir deste serviço para melhor conhecer a sua cidade; pelo lado oposto, também não é adequado limitar o percurso apenas aos residentes, já que o facto de poderem vir turistas de fora, só será benéfico para o desenvolvimento económico da cidade. Neste ponto, reforça-se novamente a importância dos habitantes do CHO, já que

«A comunidade local tem papel primário no processo de interpretação, pois as suas várias “vozes” (pessoas), ao interpretarem o património, enriquecem a experiência vivencial do visitante, ao mesmo tempo em que valorizam o local.» (Biesek, 2004: 9)

A nível de faixas etárias, penso que é um percurso facilmente adaptável tanto a jovens, como a adultos ou mesmo idosos. Talvez o único público que tenha maior dificuldade em compreender e executar este percurso seja o público infantil, para o qual este poderia ser adaptado, se surgisse essa necessidade. Assim sendo, “Odivelas Intemporal” é um percurso de todos para todos, com potencial para se desenvolver daqui em diante, quer por ser transversal a várias épocas, quer por ser transversal a várias faixas etárias.

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO

Ao longo desta investigação defendeu-se sempre a ideia de que o património é um bem de todos e por isso, devem ser tomadas medidas para consciencializar as populações para a sua proteção e salvaguarda. É um dever de cada cidadão tentar encontrar estratégias que permitam proteger o património. Mas, para isso, é também necessário o apoio de pessoas especializadas que possam de algum modo formar os cidadãos para esta realidade que ganha forma a cada dia que passa.

São várias as estratégias utilizadas para a salvaguarda do património, mas a interpretação foi sem dúvida aquela em que se centrou este estudo. É por esta via que se torna possível incorporar o que as comunidades pensam do seu património e perceber de que forma é que podem fazer parte dele. Para além disso, é também através da interpretação que se pode dar um novo rumo a um percurso cultural, que não seja a típica “visita turística” feita ao local, onde são apenas explorados os factos históricos e ficam deixados de lado os saberes, as tradições e as memórias das comunidades. A interpretação permite que se conte uma história, uma narrativa, sobre determinado local, incluindo a população local nesse processo. Além disso é cada vez mais uma ferramenta a ser aplicada no mundo do turismo, uma vez que o surgimento de novas tipologias de turistas está associado à procura de novas experiências, novos espaços e lugares. São os chamados novos turistas, que vão em busca de uma experiência mais do que de uma aula de história.

O património somos sem dúvida todos nós: representa o que fomos e o que somos. Materializa as nossas memórias, a nossa história e o contexto cultural da comunidade em que estamos inseridos. Por isso, podemos e devemos ser agentes ativos na sua salvaguarda, para o conseguirmos preservar também para as gerações futuras.

Para além desta vertente de memória e história associada ao património, não nos podemos esquecer da sua função social. É o património que agrega comunidades e permite despertar sentimentos de união, cooperação e pertença. Nesse campo, o papel da história oral foi fulcral neste trabalho, pois permitiu fazer registos inéditos de histórias e memórias há muito esquecidas pelos seus portadores.

Esta ideia só me leva a reforçar a importância de existirem registos da memória oral transmitida por estas pessoas, que certamente se perderão com o tempo se não forem dignificadas através do seu registo escrito.

Tendo em conta os dois objetivos gerais a que me propus inicialmente com esta investigação, posso afirmar que consegui responder parcialmente a ambos. Digo, parcialmente,

uma vez que este é um trabalho em constante evolução e que não se encontra nunca fechado. Quanto à identificação dos valores patrimoniais associados à comunidade do CHO, consegui identificar muitos deles, através de conversas com habitantes, de entrevistas a técnicos superiores, ou mesmo da observação participante que fiz e do preenchimento das fichas de inventário de cada bem patrimonial. Quanto a compreender qual o papel da comunidade na proteção do seu património, a verdade é que aqui do que consegui apurar, esse papel não é tão ativo como deveria ser. Vivemos num mundo conformista e no que toca a questões do património, estas não são exceção. Das pessoas com quem pude conversar, muitas delas via-se nitidamente que não tinham qualquer papel ativo na proteção e salvaguarda do seu património. As restantes, que demonstraram mais interesse e aptidão para a matéria, pouco conseguiram fazer até à data.

Os objetivos específicos do trabalho, esses creio que foram de mais fácil concretização. O primeiro tratava-se da inventariação dos valores patrimoniais em presença no CHO (classificados e não classificados). Este objetivo foi cumprido (com maior ou menor precisão), tendo sido feito um levantamento e inventariação tanto de bens patrimoniais móveis, como de bens patrimoniais imóveis e até mesmo de alguns bens patrimoniais imateriais. O segundo objetivo específico era a «concretização de um percurso/circuito pelo núcleo histórico da cidade, que englobe os monumentos e espaços indicados como objeto de estudo, através da articulação população-serviços-equipamentos». Esse percurso está agora pensado e desenhado, pronto para ser aplicado no concreto. O terceiro tinha de ver com a possibilidade de dar a conhecer à população o seu património, de uma forma mais informada. Quanto a este ponto, muito há ainda a fazer, para além do que já foi feito. Foram ao longo deste trabalho já esclarecidas algumas dúvidas quanto à veracidade de certo tipo de informações, fruto de constantes investigações e contraposições de informações encontradas. No entanto há ainda muitos pontos por esclarecer na história, que certamente terão aqui um ponto de partida para a continuação da investigação sobre este e outros assuntos. O quarto ponto prendia-se com a contribuição que este trabalho traria para o aumento do conhecimento sobre o património cultural de Odivelas e de uma maior reflexão sobre o papel social do património em Portugal. Creio que a primeira parte deste objetivo foi cumprida, na medida em que se procurou explorar outros espaços e monumentos não tão conhecidos do público em geral, presentes em Odivelas. Quanto à segunda parte, foram lançadas algumas questões sobre este assunto, mas é ainda um tópico que deverá ser desenvolvido de futuro, caso assim o entendam. Finalmente o último objetivo tinha de ver com a criação de uma ferramenta inovadora, sob a forma de roteiro/percurso turístico, que permitisse ser aplicada ao território. Este objetivo penso que

também tenha sido cumprido, na medida em que os pontos de paragem e passagem que foram definidos para este percurso de “Odivelas Intemporal”, foram pensados com base nas histórias e memórias da população. Além disso, esses mesmos habitantes poderão – caso este percurso se venha a aplicar na prática, de futuro – fazer parte integrante deste mesmo trajeto. A qual sempre foi, aliás, a ideia inicial e inovadora deste projeto face a outros percursos/roteiros culturais já existentes.

Mais do que uma dissertação, este foi um trabalho de projeto de um ano, que se pode prolongar por uma vida. Nada está terminado. Há ainda muito a fazer no que toca ao campo da interpretação patrimonial, da criação de percursos com narrativas delineadas e do património histórico e cultural de uma comunidade. Ao longo deste trabalho tiveram de ser tomadas algumas decisões, nomeadamente deixar de lado alguns bens patrimoniais sobre os quais não se tinha tanta informação, ou mudar de rumo quando se chegava a um “beco sem saída”. Mas todos esses passos tiveram de ser dados para se poder chegar ao resultado final. Neste momento, sinto-me realizada na medida em que hoje, posso afirmar com certeza que conheço bem o CHO e que conheço alguns pequenos e belos recantos de histórias e memórias, de todos e de cada um. Porque no fim de contas, o património é isto, só isto, mas é isto tudo.

FONTES

LEGISLAÇÃO NACIONAL

Lei de Bases do Património Cultural, Decreto-Lei n.º 107/2001, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 209, 8 de Setembro de 2001.

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

ICOMOS (1999), *Carta Internacional do Turismo Cultural – Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial*.

Europa, Conselho da (2005). *Convenção-Quadro sobre o valor do Património Cultural para as Sociedades*, Faro, Conselho da Europa.

ICOMOS (2007), *The ICOMOS Charter for the Interpretation and Presentation of Cultural Heritage Sites*.

ARQUIVO DA C.M.O.

D.G.O.U. (2015), *Proposta de Área de Reabilitação Urbana – Núcleo Antigo de Odivelas* (p. 1-12), Odivelas, CMO.

Odivelas, C.M (2003), *Plano Diretor Municipal de Odivelas, IX – Património Arquitetónico e Arqueológico: Planta 17 – Carta do Património Arquitetónico e Arqueológico*, Odivelas, CMO.

Odivelas, C.M. (2003), *Plano Diretor Municipal de Odivelas – Estudo Prévio* (2003), Odivelas, CMO e Ventura da Cruz Planeamento, Lda.

Odivelas, C.M. (2003), *Caracterização Sociodemográfica do Município de Odivelas – Análise dos Censos 2011*, Odivelas, DGOU/DPUPE/SPDMPEE/GS/RR.

Odivelas C.M. (2015), *Plano Diretor Municipal de Odivelas, vol.3, Relatório de Fundamentação das Opções do Plano*.

FONTES ESTATÍSTICAS

INE (1996), *Censos 91: Resultados Definitivos – Região Lisboa e Vale do Tejo*, Lisboa, INE.

INE (2001), *Censos 2001: Resultados Preliminares: XVI Recenseamento Geral da População; IV Recenseamento Geral da Habitação*, Lisboa, INE.

INE (2012), *Censos – Resultados Definitivos. Região de Lisboa – 2011*. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpu_b_boui=156651739&PUBLICACOESmodo=2 e consultado a 26 de maio de 2017.

FONTES ORAIS

Entrevista realizada a Alice Craveiro a 01 de junho de 2016.

Entrevista realizada a Sebastião Freire no dia 19 de setembro de 2016.

Entrevista realizada a Fernanda Moroso no dia 06 de outubro de 2016.

Entrevista realizada a Joaquim Saúl no dia 09 de março de 2017.

Entrevista realizada a Beatriz Alves a 10 de março de 2017.

Entrevista realizada a Maria Máxima Vaz no dia 21 de março de 2017.

Entrevista realizada a Madalena Malhão no dia 31 de março de 2017.

Entrevista realizada a José Rebelo e José Brito no dia 01 de junho de 2017.

Entrevista realizada a Regina Belchior no dia 07 de junho de 2017.

Entrevista realizada a José Coelho no dia 07 de junho de 2017.

Entrevista realizada a António Nunes no dia 07 de junho de 2017.

Entrevista realizada a Helena Jardim no dia 14 de julho de 2017.

Entrevista realizada a Miguel Ferreira no dia 14 de julho de 2017.

BIBLIOGRAFIA

- Agier, Michel (2011), *Antropologia da cidade: lugares, situações e movimentos*, São Paulo, Ed. Terceiro Nome.
- Agier, Michel (2001), “Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização”, *Mana*, vol. 7, n.2, pp.7-33. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132001000200001&script=sci_abstract&tlng=pt , acessado a 05 de maio de 2017.
- Almeida, Rogério Vieira e Vítor Durão (2012), *Análise Urbana – Odivelas, de Aldeia a Centro Histórico da Cidade*, Lisboa, Centro de Investigação em Arquitetura e Áreas Metropolitanas (CIAAM) & ISCTE-IUL.
- Alves, Dina Duarte (2009), “Identidade e Património – Um percurso por Óbidos Monumental”, *Património e Identidade*, pp.58-67.
- Batista, Eduardo (2014), “Apontamentos para a história de Odivelas”, In AAVV, (2014), *A Revolução de Abril e o Povo de Odivelas – Apontamentos para a história local*, Odivelas, CMO.
- Beaud, Stéphane e Florence Weber (2007), *Guia para a pesquisa de campo – Produzir e analisar dados etnográficos*, Petrópolis, Vozes.
- Biesek, Ana Solange (2004), “Turismo e Interpretação Cultural”, In *Anais do II Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*, s.l.,s.n., pp. 1-12.
- Bonomi, Francesco (2008), “Patrimonio”, *Vocabolario Etimologico della Lingua Italiana*, disponível em <http://www.etimo.it/?term=patrimonio>, acessado a 31 de janeiro de 2017.
- Boura, Isabel (2004), “Património e mobilização das comunidades locais: das Aldeias Históricas de Portugal aos Contratos de Aldeia”, *Cadernos de Geografia nº 21/23*, pp.115-126.
- Bryman, Alan (2008), *Social Research Methods*, 2ª ed., Oxford, Oxford University Press.
- Burgess, Robert G. (1997), *A pesquisa de terreno. Uma introdução*, Oeiras, Celta.
- Cardoso, Flávia M Possato e Leonardo Barci Castriota (2012), “O Itinerário enquanto Instrumento de Preservação do Património Cultural: o Caso da Estrada Real”, *Fórum Património*, volume 5, nº2, pp. 1-18.
- Carvalho, Paulo (2012), “Património e desenvolvimento em ambiente rural: lugares, rotas e redes”, *Cadernos de Geografia, nº 30/31*, pp. 3-16.
- Choay, Françoise (2010), *A Alegoria do Património*, 3ª ed., Lisboa, Edições 70.
- Choay, Françoise (2011), *As Questões do Património*, Lisboa, Edições 70.

- Cifelli, Gabrielle e Paulo Peixoto (2012), “Centros Históricos e Turismo Patrimonial: o pelourinho como exemplo de uma relação contraditória”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, volume XXIV, pp. 35-54.
- Connerton, Paul (1999), *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora.
- Cordeiro, Graça Índias (1997), *Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Dom Quixote.
- Cordeiro, Graça Índias e Frédéric Vidal, org. (2008), *A Rua espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- Costa, Paulo Ferreira da (2011), *Kit de recolha de património imaterial*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação.
- Cruz, Nicole (2015), *Interpretação e Valorização do Património Cultural no Bairro Histórico da Mouraria*, Tese de Mestrado em Gestão e Estudos da Cultura, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Custódio, Jorge, coord. (2010), *100 Anos de Património - Memória e Identidade*, Lisboa, IGESPAR.
- Decarolis, Nelly (2002), *El Valor del Patrimonio: Entre lo Tangible y lo Intangible*, La Plata, ICOFOM-LAM.
- Dom Dinis, Biblioteca Municipal (2000), *António Lino: 1914-1996*, Odivelas, CMO.
- Espartero, Daniel Gutiérrez (2010), “La función social del Patrimonio Cultural”, *Diagnosis Cultural – Blogue*. Disponível em <https://diagnosiscultural.wordpress.com/2010/11/30/la-funcion-social-del-patrimonio-cultural/>, acedido a 15 de fevereiro de 2017.
- Faria, Margarida Lima de e Renata Almeida (2006), “A problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita”, *Comunicação e Cultura*, nº1, pp.117-133.
- Fentress, James e Chris Wickham (1992), “Recordar”, In J. Fentress, & C. Wickham, *Memorial Social - Novas Perspetivas sobre o Passado*, Lisboa, Teorema, pp. 13-48.
- Fernandes, Carla Varela *et.al* (2011), *D. Dinis – Atas dos Encontros sobre D. Dinis em Odivelas*, Lisboa, Colibri.
- Ferreira, Luís, Lídia Aguiar e André Monteiro (s.d.), *Itinerários Turísticos: contributos para a construção de uma oferta inovadora e para a criação de destinos sustentáveis*, Porto, ISCET.

- Ferreira, Manuela (2005), *Toponímia da Freguesia de Odivelas*, Odivelas, JFO / Edições Pedagogo, Lda.
- Ferreira, Miguel Sousa (2009), *Odivelas – Contributo para o estudo de uma Política Patrimonial e Museológica Concelhia*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património, Lisboa, Universidade Nova – FCSH.
- Ferreira, Vítor Matias (1998), “Património Urbano – a Memória da Cidade”, *Urbanidade e Património*, pp. 53-62.
- Ferreira, Vítor Matias (2000), “Cidade e Democracia – Ambiente, Património e Espaço Público”, *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º1, pp.9-35.
- Figueira, Luís Mota (2013), *Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*, Tomar, IPT.
- Guasch, Óscar (1997), “Observación participante”, *Cuadernos Metodológicos*, v. 20, pp.7-97.
- Hernandéz, Francisca Hernández (2002), *El Patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Gijón, Ediciones Trea, S. L.
- Jorge, José Duarte Centeno (2003), “A Matéria do Património”, In Manuel João Ramos ed., *A matéria do património - memórias e identidades*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 11-21.
- Jorge, Virgolino Ferreira (2000), “Património e Identidade Nacional”, *Engenharia Civil-UM*, n.º9, pp.1-8.
- Jurze, Rui Alexandre da Silva Santos (2014), *Odivelas e os Desafios do Século XXI - Revitalização Estratégica do seu Núcleo Histórico*, Tese de Mestrado em Arquitetura, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Leyton, Pedro Querejazu (2003), “La apropiación social del patrimonio. Antecedentes y contexto histórico”, *Somos patrimonio #3*, pp.1-14.
- Lixa, Florinda Rosa Pisco *et.al* (1997), *Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Núcleo Antigo de Odivelas – Requalificação do Largo D. Diniz no âmbito do programa Urban*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Mahieu, Genoveva *et.al* (2003), “Comunidad Local, Patrimonio, Ocio y Desarrollo Sustentable”, *Estudios del IMAE*, n.º 4, pp.1-9.
- Martins, Jorge (2002), *O Senhor Roubado – A Inquisição e a Questão Judaica*, Póvoa de Santo Adrião, Europress.
- Marques, Gustavo (2001), *Inscrição Românica de Odivelas*, Odivelas, Comissão Instaladora do Município de Odivelas e JFO.

- Mendes, Diana (2016), *Pensar o Turismo, o Património e a Comunidade - Projeto Mouraria para Todos*. Trabalho desenvolvido para a unidade curricular de Turismo e Património, no âmbito do Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, Lisboa, ISCTE-IUL. [Trabalho policopiado].
- Mendes, Rui, João Fernandes e Manuel Correia (2011), *Guia Prático para a Elaboração de Inquéritos por Questionário*, Lisboa: IST. Consultado a 17 de fevereiro de 2017 em <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/3779580654133/Guia%20Pratico.pdf>.
- Miranda, Jorge Morales, Araceli Serantes Pazos e Francisco Guerra Rosado (2009), “Bases para la Definición de Competencias en Interpretación del Patrimonio”, *Foundational Competencies for All National Park Service Interpreters*, pp. 1-38.
- Peñalba, Josué Llull (2005), *Evolución del concepto y de la significación social del patrimonio cultural*, Alcalá, Escuela Universitaria “Cardenal Cisneros”.
- Peralta, Elsa (2000), “Património e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural”, *ANTROPOLógicas*, nº4, pp.218-224.
- Pérez, Xerardo Pereiro (2009), “Turismo Cultural - Uma visão antropológica”, *Colección PASOS edita, número 2*, pp.1-324.
- Portugal, Turismo de (2007), *Plano Estratégico Nacional do Turismo – Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*, Lisboa, Ministério da Economia e da Inovação.
- Portugal, Turismo de (2016), *Turismo2020- programa Estratégia para o Turismo do País e das regiões*, Lisboa, Turismo de Portugal.
- Prats, Llorenç (2005), “Concepto y gestión del patrimonio local”, *Cuadernos de Antropología Social*, nº21. Buenos Aires, pp.1-19.
- Prieto, Luis César Herrero (2000), *Turismo cultural: el patrimonio histórico como fuente de riqueza*, Valladolid, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León.
- Querido, Catarina Teixeira Simões (2016), *O Projeto Sete Villas – A Narrativa como valorização do território*. Trabalho de Projeto para obtenção do grau de Mestre em Gestão Cultural, Leiria, IPL.
- Ramos, Henrique (1993), *O Coreto*, Odivelas, JFO.
- Ramos, Manuel João, coord. (2003), *A Matéria do Património - Memórias e Identidades*, Lisboa, Colibri.
- Reis, Manuela (1999), “Cidadania e Património – Notas de uma pesquisa sociológica”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº29, pp.77-94.

- Rodrigues, Donizete (2012), “Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica”, *UBImuseumn.01 – Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*.
- Santana, Maria Olinda Rodrigues *et.al.* (2005), “ Propostas para um Itinerário cultural no Douro”, *Estudos & Documentos – Douro*, 19, pp.269-278.
- Sieber, Tim (2008), “Ruas da cidade e sociabilidade pública: um olhar a partir de Lisboa”, *A rua espaço, tempo e sociabilidade*, Graça Índias Cordeiro e Frédéric Vidal organizadores, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 47-64.
- Silva, Ana Paula (2005), *O património cultural do concelho de Odivelas: uma herança urbana a preservar, s.l.: s. n.*
- Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto, coord. (1987), *Metodologia das Ciências Sociais*, 2ª edição, Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, Augusto Vieira da (1968), *Dispersos*, volume 1, Lisboa, Biblioteca de Estudos Olisiponenses.
- Silva, Maria Constança (2013), *Construir no Construído: Cidade de Odivelas – Regeneração e revitalização alargada através da reabilitação de infraestruturas antigas*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Lisboa, FAUL.
- Simões, João Miguel (2000), *Odivelas – O Monumento do Senhor Roubado*, Odivelas, Comissão Instaladora do Município de Odivelas.
- Sousa, Filomena (2015), *Património Cultural Imaterial MEMORIAMEDIA e-Museu – métodos, técnicas e práticas*, Alenquer, Memória Imaterial CRL.
- Sousa, Maria Filomena (2014), *O Município de Odivelas e as Práticas de Cultura – Um Estudo de Caso: O Centro Cultural da Malaposta (2007-2012)*, Trabalho de Projeto de Mestrado em Práticas Culturais para Municípios, Lisboa, FCSH.
- Tilden, Freeman (1967), *Interpreting Our Heritage*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press.
- Tomé, Manuela Maria Justino (2001), *Odivelas – Um Mosteiro Cisterciense*, Odivelas, Comissão Instaladora do Município de Odivelas.
- Vaz, Maria Máxima (1985), *A Casa do Arcebispo*, Odivelas, JFO.
- Vaz, Maria Máxima (2000), *O Concelho de Odivelas - Memórias de um Povo*, Odivelas, Município de Odivelas - Comissão Instaladora.
- Vaz, Maria Máxima (2003), *Odivelas – Uma Viagem ao Passado*, Odivelas, CMO.

Vaz, Maria Máxima (2010), *A Quinta de Gil Vaz Lobo - A Quinta Nova do Miranda - A Quinta do Mendes*. Consultado a 17 de abril de 2017 em <http://odivelas.com/2010/02/19/a-quinta-de-gil-vaz-lobo-%E2%80%93-a-quinta-nova-do-miranda-a-quinta-do-mendes/>.

Vaz, Maria Máxima (2016), *Por Terras de El Rei D. Dinis*, Lisboa, Chiado Editora.

Vaz, Maria Máxima e Henrique Ramos (1997), *O Coreto*, Odivelas, JFO.

Vaz, Maria Máxima e Henrique Ramos (2001), *O Memorial*, Odivelas, Comissão Instaladora do Município de Odivelas e JFO.

Vieira, João e Manuel Lacerda (2010), *Kits – Património: Kit01 – Património Arquitetónico – Geral*, Lisboa, IHRU e IGESPAR.

Vieira, Ricardo (2009), *Património e Identidade*, Porto, Profedições.

Villarinho, Luísa (1997), *Uma Casa de Férias em Finais do Séc. XIX: Quinta de Nossa Senhora do Monte do Carmo*, Lisboa, Editores e Livreiros.

BIBLIOGRAFIA DIGITAL

“A figura de Lino António”, *Geocities*, consultado a 7 de abril de 2017 em <http://www.geocities.ws/atoleiros/Linoantonio.htm>.

“Álvaro de Brée”, *Numismatas*, consultado a 25 de maio de 2017 em <http://www.numismatas.com/phpBB3/viewtopic.php?t=24566>.

“Carreção”, *Dicionário Priberam*, consultado a 7 de abril de 2017 em <https://www.priberam.pt/dlpo/carrej%C3%A3o>.

“Chafariz Oitocentista em Odivelas”, *SIPA*, consultado a 25 de maio de 2017 em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29642.

“Concelho – História”, *Câmara Municipal de Odivelas*, consultado a 15 de abril de 2017 em <http://www.cm-odivelas.pt/index.php/concelho/94-historia>.

“Coreto”, *Dicionário Priberam*, consultado a 14 de abril de 2017 em <https://www.priberam.pt/dlpo/coreto>.

“D. Rodrigo de Moura Teles, Bispo da Guarda, Arcebispo de Braga”, *Geni*, consultado a 28 de maio de 2017 em <https://www.geni.com/people/D-Rodrigo-de-Moura-Teles-Bispo-da-Guarda-Arcebispo-de-Braga/6000000033384637535>.

“Gil Vaz Lobo Freire – herói e vilão”, *Guerra da Restauração*, consultado a 16 de abril de 2017 em <https://guerradarestauracao.wordpress.com/2012/09/30/gil-vaz-lobo-freire-heroi-e-vilao/>.

- “História”, *Odivelas Futebol Clube*, consultado a 20 de abril de 2017 em <http://odivelasfc.com/sitev6/historia/>.
- “História da Sociedade Musical Odivelense”, *Sociedade Musical Odivelense*, consultado a 20 de abril de 2017 em <https://www.smodivelense.com/a-s-m-o/>.
- “História - Um pouco das origens”, *Junta de Freguesia de Odivelas*, consultado a 16 de abril de 2017 em <http://www.jf-odivelas.pt/default.aspx?id=11>.
- “Jardim da Música”, *SIPA*, consultado a 16 de abril de 2017 em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29650.
- “Odivelas – Casa do pintor António Lino consumida pelas chamas [vídeo]”, *Odivelas.com*, consultado a 17 de abril de 2017 em <http://odivelas.com/2011/05/12/odivelas-casa-do-pintor-antonio-lino-consumida-pelas-chamas-video/>.
- “Palacete da Rua Dr. Alexandre Braga, incluindo o logradouro”, *Direção Geral do Património Cultural*, consultado a 20 de maio de 2017 em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70920>.
- “Património - Cruzeiro – Memorial”, *Junta de Freguesia de Odivelas*, consultado a 15 de abril de 2017 em http://jf-odivelas.pt/?page_id=103.
- “Rainha Santa Isabel”, *História de Portugal – o Guia Online da História de Portugal*, consultado a 21 de maio de 2017, em <http://www.historiadeportugal.info/rainha-santa-isabel/>.
- “Salóio”, *Dicionário Priberam*, consultado a 7 de abril de 2017 em <https://www.priberam.pt/dlpo/saloio>.
- “São Bernardo de Claraval”, *Mosteiro de Alcobaça*, consultado a 16 de abril de 2017 em <http://www.mosteiroalcobaca.pt/pt/index.php?s=white&pid=245>.
- “Serviços e Equipamentos Municipais – Centro de Exposições de Odivelas”, *Site Oficial da Câmara Municipal de Odivelas*, consultado a 22 de maio de 2017 em <http://www.cm-odivelas.pt/index.php/servicos-e-equipamentos-municipais/114-centro-de-exposicoes-de-odivelas#apresentação>.
- “Sobre”, *Casa da Juventude de Odivelas*, consultado a 25 de maio de 2017 em <https://www.facebook.com/Casajuventudeodivelas/>.
- “Sobre”, *Centro de Exposições de Odivelas*, consultado a 21 de maio de 2017 em https://www.facebook.com/pg/Centro-de-Exposi%C3%A7%C3%B5es-de-Odivelas-CMO-152965171486989/about/?ref=page_internal.

“Sobre”, *Confraria da Marmelada de Odivelas*, consultado a 21 de maio de 2017 em https://www.facebook.com/pg/confrariadamarmeladadeodivelas/about/?ref=page_internal.

ANEXOS

ANEXO A – Limites do Centro Histórico de Odivelas, imagem cedida pelo D.G.O.U. de Odivelas (2010)



ANEXO B – FICHA DE INVENTÁRIO PCIOOI

Designação: Quinta de Nossa Sr.^a do Monte do Carmo / Biblioteca Municipal D. Dinis

Identificador: IPA.00006806 / PC1001

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e estruturas construídas de conservação e divulgação

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua Combatentes da Grande Guerra. Lat.: 38,792401, Long.: -9,182207

Proteção: Incluído na Zona de Proteção do Mosteiro de Odivelas

Arquiteto/Construtor/Autor: Arquiteto - Fernando Martins (1998); Construtor - HCI, Construtores, SA. (1998-1999)

Enquadramento: Urbano; isolado; zona plana; rodeado por edifícios residenciais multifamiliares

Descrição: Planta retangular irregular, com quatro corpos articulados; o pátio é fechado por muros a SO e NE; a antiga casa tem as fachadas rebocadas e pintadas de branco; a capela é de planta retangular, com paredes rebocadas e pintadas de branco.

Descrição Complementar: No acesso à biblioteca, inscrição “BIBLIOTECA MUNICIPAL/D.DINIS”; no exterior, azulejo com figura de Nossa Sr.^a do Carmo a salvar as Almas, com a inscrição “NOSSA SENHORA DO MONTE DO CARMO”

Materiais e Técnicas: Betão; azulejo; talha dourada; vidro; telha; madeira e alumínio

Utilização Inicial: Residencial - casa (quinta, palaciana, agrícola?)

Utilização Atual: Cultural e Recreativa - biblioteca municipal

Propriedade: Pública - municipal (biblioteca e capela) / Privada - pessoa singular (zona arruinada)

Afetação: Sem Afetação ?

Cronologia: Sécs. XVII, XVIII e XIX

Estado de Conservação: Bom

Traços de Identidade: Antigamente era importante pela beleza que era esta quinta e a sua capela; atualmente é importante pela dimensão cultural e educativa que trouxe à cidade de Odivelas.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6806; Vaz, M. M. (2003). Odivelas – Viagem ao Passado. Odivelas: CMO.

Informante: SIPA

Património Relacionado: Chafariz Oitocentista, Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo

Autor: Diana Mendes

Data: 11.03.2017



ANEXO C – FICHA DE INVENTÁRIO PCIO02

Designação: Casa da Juventude

Identificador: IPA.00029622 / PCIO02

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios multiusos

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua Guilherme Gomes Fernandes. Lat.: 38,790369, Long.: -9,180476

Proteção: Incluído na Zona Especial de Proteção do Memorial de Odivelas

Arquiteto/Construtor/Autor: Arquiteto - Atelier Appleton e Domingos Arquitetos, Lda (2004); Arquitetos Paisagistas - João Junqueira (2004), Nélia Martins (2004); Construtor - Adlis Projetos e Construções (2006-2008); Engenheiro - Bartolomeu Perestrello (2004).

Enquadramento: Urbano; isolado; em zona elevada, com vista sobre a antiga encosta e o vale; numa zona que pertencia à Quinta da Memória ou ao couto do Mosteiro de Odivelas.

Descrição: Planta retangular simples; inscrição metálica dourada: “casa da juventude”; interior rebocado e pintado de branco; pequeno vestibulo, sala de cafetaria, armário com contador de água e sala multimédia; salas de trabalho ou de reunião, amplo salão, sala de arrumos e sala de formação.

Descrição Complementar: -----

Materiais e Técnicas: Pedra calcária; betão; madeira maciça de riga; aço e vidro fixo; calcário liós; betão, revestido com marmorite; caixilhos de alumínio ou metálicos; pavimentos em tijoleira.

Utilização Inicial: Residencial - casa

Utilização Atual: Cultural e Recreativa - edifício multiusos

Propriedade: Pública - municipal

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Sécs. XVII (conjetural) e XXI?

Estado de Conservação: Bom

Traços de Identidade: Antigamente era importante por ser um lugar de fruta e horta onde a população ia e onde se reunia; atualmente é importante por ser um lugar aberto a todos os jovens do concelho.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=29622

Informante: SIPA e Beatriz Alves

Património Relacionado: Memorial de Odivelas, Casa do Cerrado, Jardim da Música.

Autor: Diana Mendes

Data: 13.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2016



ANEXO D – FICHA DE INVENTÁRIO PCIO03

Designação: Casa da Marmelada Branca de Odiveelas/Barbearia Carlos Vaz

Identificador: PCI003

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e Estruturas Construídas Comerciais, Turísticas e de Serviços

Localização: Lisboa, Odiveelas

Acesso: Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº81. Lat.: 38,7906688, Long.: -9,1810937

Proteção: Incluído na Zona Especial de Proteção do Memorial de Odiveelas?

Arquiteto/Construtor/Autor: Desconhecido

Enquadramento: Urbano; desnivelado relativamente à envolvente – cota inferior; regular; perpendicular à via pública.

Descrição: Planta retangular regular; fachadas rebocadas e pintadas de branco; interior com acesso simples, sala e instalações sanitárias?

Descrição Complementar: -----

Materiais e Técnicas: Cantaria, alvenaria de pedra, madeira.

Utilização Inicial: Loja/Fábrica

Utilização Atual: Barbearia

Propriedade: Privada?

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: ?

Estado de Conservação: Bom

Traços de Identidade: Importante por ser o primeiro local onde se confeccionava e vendia a Marmelada Branca de Odiveelas.

Bibliografia: -----

Informante: Beatriz Alves

Património Relacionado: Pastelaria Faruque, Memorial, Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo.

Autor: Diana Mendes

Data: 20.06.2017

Imagem: Autor Desconhecido, década de 60 e Diana Mendes, 2017



A Casa da Marmelada de Odiveelas.
Rua Guilherme Gomes Fernandes,
em Odiveelas.
Década de 60



ANEXO E – FICHA DE INVENTÁRIO PCIO04

Designação: Barbearia Adão

Identificador: PCI004

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e estruturas construídas comerciais

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua do Neto, nº17. Lat.: 38. 79067225, Long.: -9.18151058

Proteção: ?

Arquiteto/Construtor/Autor: ?

Enquadramento: Urbano; situado no centro histórico; desnivelado; regular.

Descrição: Planta aproximadamente quadrangular; frente estreita.

Descrição Complementar: -----

Materiais e Técnicas: Cantaria, alvenaria, madeira, alpendre, elementos decorativos vários.

Utilização Inicial: Comercial - barbearia

Utilização Atual: Comercial - barbearia

Propriedade: Privada

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: ?

Estado de Conservação: Muito Bom

Traços de Identidade: Destaca-se por conservar no interior os objetos herdados do primeiro proprietário que, como estão dispostos, acabam por formar uma espécie de "mini-museu".

Bibliografia: Objeto do Mês – Câmara Municipal de Odivelas

Informante: Miguel Ferreira

Património Relacionado: Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, Pastelaria Faruque, Jardim do Largo D. Dinis

Autor: Diana Mendes

Data: 15.05.2017

Imagem: Diana Mendes, 2017



ANEXO F – FICHA DE INVENTÁRIO PCIO05

Designação: Quinta na Rua Guilherme Gomes Fernandes/ Casa do Cerrado do Mestre António Lino

Identificador: IPA.00029631 / PCI005

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e estruturas construídas residenciais unifamiliares

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº67; Rua Frei João Turiano. Lat.: 38,790660 Long.: -9,180365

Proteção: Incluído na Zona de Proteção do Memorial de Odivelas

Arquiteto/Construtor/Autor: Desconhecido

Enquadramento: Urbano; isolado; destacado, implantando em zona em declive; abre para a via pública.

Descrição: Planta retangular composta pela casa e amplo jardim e anexo; fachadas em alvenaria, parcialmente rebocadas e pintadas; interior bastante degradado; jardim em L, marcado por vegetação variada, entre a qual se distingue uma palmeira.

Descrição Complementar: -----

Materiais e Técnicas: Estrutura em alvenaria, rebocada e pintada; cantaria de calcário; madeira e vidro simples; telha cerâmica.

Utilização Inicial: Residencial - casa e *atelier*

Utilização Atual: Devoluto

Propriedade: Privada - pessoa singular

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Séc. XVIII (conjetural) / Sécs. XIX/XX?

Estado de Conservação: Ruína

Traços de Identidade: Importante por ter sido a residência e *atelier* de um conhecido pintor português; existe a possibilidade de vir a ser transformada em espaço cultural.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=29631

Informante: SIPA e Miguel Ferreira

Património Relacionado: Memorial, Casa da Juventude, Quinta da Memória.

Autor: Diana Mendes

Data: 20.04.2017

Imagem: Diana Mendes, 2017



ANEXO G – FICHA DE INVENTÁRIO PCIO06

Designação: Centro de Exposições de Odivelas

Identificador: IPA.00029654 / PCI006

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e estruturas construídas de conservação e divulgação

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua Fernão Lopes. Lat.: 38,789188, Long.: -9,179725

Proteção: Inexistente?

Arquiteto/Construtor/Autor: Arquiteto - Pedro Pires (2007)

Enquadramento: Urbano; isolado; em zona de forte pendor de inclinação; junto de um pequeno largo, com parque de estacionamento.

Descrição: Planta retangular irregular; fachadas rebocadas e pintadas de branco; com zona de estar e convívio, bancos de pedra e cadeiras e mesas de madeira; interior com amplo vestíbulo, zona de atendimento, espaço de exposições temporárias, galeria e gabinetes e dependências.

Descrição Complementar: -----

Materiais e Técnicas: Betão e alvenaria; lajes de cantaria; armações da cobertura e pala, guardas em metal.

Utilização Inicial: Cultural e recreativa - edifício multiusos

Utilização Atual: Cultural e recreativa - edifício multiusos

Propriedade: Pública - municipal

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Séc. XXI

Estado de Conservação: Muito Bom

Traços de Identidade: Espaço cultural e de serviços, ao dispor da comunidade.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=29654

Informante: SIPA

Património Relacionado: Jardim da Música, Quinta da Memória.

Autor: Diana Mendes

Data: 13.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2016



ANEXO H – FICHA DE INVENTÁRIO PCIO07

Designação: Chafariz Oitocentista

Identificador: IPA.00029642 / PCI007

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e estruturas construídas de elevação, extração e distribuição

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Travessa Nossa Sra. do Monte do Carmo. Lat.: 38,792048, Long.: -9,181891

Proteção: Incluído na Zona de Proteção do Mosteiro de Odivelas

Arquiteto/Construtor/Autor: Pintor de Azulejo - Carm'Arte (2007)

Enquadramento: Urbano; situado num pequeno largo, pavimentado a calçada, com duas árvores e quatro bancos de jardim.

Descrição: Tanque pouco profundo; lápide com a inscrição "MUNICÍPIO DE BELÉM 1878"; dois painéis de azulejo, com a inscrição "Homenagem da Junta de Freguesia de Odivelas às vítimas das cheias de 1967 - 25.11.07" nas molduras e as inscrições "Nesta casa, num recanto do Páteo do Silvado em Odivelas, morreram 9 pessoas" e "Nas máscaras vincadas pelo desespero está bem patente a tragédia que enlutou a sacrificada Odivelas em 1967", nos painéis do lado direito e esquerdo, respetivamente.

Descrição Complementar: -----

Materiais e Técnicas: Cantaria de calcário; ferro; azulejo industrial.

Utilização Inicial: Hidráulica - chafariz

Utilização Atual: Cultural e Recreativa - marco histórico-cultural

Propriedade: Pública - municipal

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Sécs. XIX e XX?

Estado de Conservação: Razoável

Traços de Identidade: Local onde antigamente era vendido o peixe à população.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=29642

Informante: SIPA e Alice Craveiro

Património Relacionado: Quinta de Nossa Senhora do Monte do Carmo, Igreja Matriz.

Autor: Diana Mendes

Data: 11.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2016



ANEXO I – FICHA DE INVENTÁRIO PCIO08

Designação: Coreto

Identificador: PCI008

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e estruturas construídas de espetáculo e lazer

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Largo D. Dinis, nº1. Lat.: 38.7909663, Long.: -9.1818051

Proteção: Incluído na Zona de Proteção do Mosteiro de Odivelas

Arquiteto/Construtor/Autor: Desconhecido

Enquadramento: Urbano; plataforma artificial; regular; calçada; destacado.

Descrição: Planta circular; simples; acima do solo.

Descrição Complementar: O local de origem não é o atual - existiu um deslocamento para onde este se encontra hoje. Originalmente estava situado onde se encontra atualmente a Estátua da Rainha Santa Isabel.

Materiais e Técnicas: Ferro; pedra.

Utilização Inicial: Coro - local de encontro de bandas.

Utilização Atual: Marco cultural.

Propriedade: Pública - municipal?

Afetação: ?

Cronologia: Séc. XX

Estado de Conservação: Razoável

Traços de Identidade: Local onde a Banda da SMO, dos Bombeiros Voluntários e outras, tocavam e animavam os Odivelenses.

Bibliografia: Henrique Ramos

Informante: Fernanda Moroso, Beatriz Alves e Sebastião Freire

Património Relacionado: Jardim do Largo D. Dinis, Pastelaria Faruque, Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo.

Autor: Diana Mendes

Data: 16.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2016



ANEXO J – FICHA DE INVENTÁRIO PC1009

Designação: Cruzeiro/Memorial

Identificador: IPA.00004813 / PC1009

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Estruturas construídas jurisdicionais

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Largo da Memória. Lat.: 38,790473 Long.: -9,180516

Proteção: MN – Monumento Nacional

Arquiteto/Construtor/Autor: Arquitetos Paisagistas - João Junqueira (2004) e Nélia Martins (2004); Empreiteiro - Adlis Projetos e Construções (2008) e António Ferreira de Almeida (1982).

Enquadramento: Urbano; isolado, na confluência de uma via pedonal; elevado.

Descrição: Estrutura em calcário liós; possui inscrição “1721 – RTF”; tem três pequenos arcos trilobados e quatro pares de colunas lisas com capitéis de decoração vegetalista.

Descrição Complementar: -----

Materiais e Técnicas: Estrutura em pedra liós.

Utilização Inicial: Política e administrativa - marco de couto

Utilização Atual: Cultural e recreativa - marco histórico-cultural

Propriedade: Pública - municipal

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Séc. XIV?

Estado de Conservação: Razoável

Traços de Identidade: Marco histórico para os Odivelenses; local onde antigamente se reuniam; símbolo da cidade de Odivelas – aliás presente no brasão da cidade.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4813

Informante: SIPA e Grupo *Odivelas - a sua história é feita por si*, no Facebook.

Património Relacionado: Quinta da Memória, Casa da Juventude, Casa do Cerrado.

Autor: Diana Mendes

Data: 14.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2016



ANEXO L - FICHA DE INVENTÁRIO PCIO10

Designação: Garagem Auto Odivelense

Identificador: IPA.00029717 / PCI010

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e estruturas construídas industriais de produção

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 7-7A. Lat.: 38,792515, Long.: -9,182904

Proteção: Incluído na Zona de Proteção do Mosteiro de Odivelas

Arquiteto/Construtor/Autor: Desconhecido

Enquadramento: Urbano; adossado; abre para a via pública.

Descrição: Planta retangular simples; estrutura em alvenaria, rebocada e pintada de bege; fachada principal virada a NE; interior com cobertura em vigamento de madeira e pavimento em cimento.

Descrição Complementar: -----

Materiais e Técnicas: Estrutura em alvenaria, rebocada e pintada; cobertura de madeira; portas e caixilharias em alumínio; vidro martelado; cobertura em telha.

Utilização Inicial: Extração, produção e transformação - oficina

Utilização Atual: Extração, produção e transformação - oficina

Propriedade: Privada - pessoa coletiva

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Séc. XX

Estado de Conservação: Razoável

Traços de Identidade: Primeira e mais antiga garagem de Odivelas; negócio de família que passou de geração em geração.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=29717 e Objeto do Mês - Câmara Municipal de Odivelas

Informante: SIPA, Beatriz Alves e Regina Belchior.

Património Relacionado: Palacete Torcato Jorge, Biblioteca Municipal D. Dinis, Chafariz Oitocentista.

Autor: Diana Mendes

Data: 05.04.2017

Imagem: Diana Mendes, 2017



ANEXO M – FICHA DE INVENTÁRIO PCIO11

Designação: Igreja Matriz de Odivelas

Identificador: IPA.00006818 / PCIO11

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e Estruturas Construídas Religiosos

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua Alberto Monteiro; Rua Maria Gomes da Silva Santos. Lat.: 38,791705, Long.: -9,181046

Proteção: IIP – Imóvel de Interesse Público

Arquiteto/Construtor/Autor: Arquiteto - Nuno Arenga (2008); Entalhador - Santos Pacheco de Lima (séc. XVIII); Organeiro - António Xavier Machado e Cerveira (séc. XVIII/XIX); Pintor - Pedro Alexandrino de Carvalho (séc. XVIII).

Enquadramento: Urbano; destacado, em zona elevada; com cruzeiro e cruz latina simples; com edifício de apoio aos serviços paroquiais.

Descrição: Planta retangular, com corpos da nave e da capela-mor; fachadas rebocadas e pintadas de branco; interior com nave parcialmente rebocada e pintada de branco; coro-alto; pia batismal; capelas dedicadas à Virgem e a São Miguel; capelas de Santo António e do Santíssimo Sacramento; capelas do Sagrado Coração de Jesus e de Nossa Senhora de Fátima.

Descrição Complementar: Painéis com o fundo pintado de verde e com molduras rosa; figuras da Fénix renascida, um pelicano e o Maná; a Capela do Santíssimo é mais profunda.

Materiais e Técnicas: Alvenaria, rebocada e pintada; cantaria de calcário; paredes ornadas por estuque; retábulos, portas e caixilharias de madeira; painéis de azulejo; telha.

Utilização Inicial: Religiosa - igreja paroquial

Utilização Atual: Religiosa - igreja paroquial

Propriedade: Privada - Igreja Católica (Diocese de Lisboa)

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Sécs. XVII, XVIII e XX?

Estado de Conservação: Bom

Traços de Identidade: Local de culto; Destaque para os belíssimos azulejos do séc. XVIII no seu interior; Muito acarinhada pelos Odivelenses.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6818

Informante: SIPA e Beatriz Alves.

Património Relacionado: Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, Sociedade Musical Odivelense.

Autor: Diana Mendes

Data: 13.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2016/2017



ANEXO N – FICHA DE INVENTÁRIO PCIO12

Designação: Jardim da Música

Identificador: IPA.00029650 / PCIO12

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Estruturas construídas de exterior

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Largo da Memória / Rua Guilherme Gomes Fernandes. Lat.: 38.7897087, Long.: -9.1799743

Proteção: Incluído na Zona Especial de Proteção do Memorial de Odivelas

Arquiteto/Construtor/Autor: Arquiteto Paisagista - Jorge Cancela (2008)

Enquadramento: Urbano; em zona de encosta; delimitado pela fachada posterior da Quinta da Memória e pela malha urbana.

Descrição: Planta irregular, com diferentes zonas separadas por caminhos pedonais; com antigo poço hoje tapado e ruína consolidada adjacente; anfiteatro com 5 fiadas de bancadas; grande praça; banco corrido duplo, metálico, com costas; espelho de água, de planta triangular; jardim de aromas; zona de olival.

Descrição Complementar: Aqueduto de 20m de comprimento e cerca de 2,5m de altura.

Materiais e Técnicas: Escadaria, bancadas de anfiteatro, muro e espelho de água em betão; tanque em alvenaria; calçada portuguesa miúda ou brita; bebedouro, candeeiros e bancos em metal pintado; material vegetal - árvores.

Utilização Inicial: Recreativa - jardim

Utilização Atual: Recreativa - jardim

Propriedade: Pública - municipal

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Séc. XX?

Estado de Conservação: Bom

Traços de Identidade: Espaço de socialização e lazer; Particularidade: tem sempre música ambiente a tocar.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=29650

Informante: SIPA e Beatriz Alves

Património Relacionado: Centro de Exposições de Odivelas, Quinta da Memória, Casa da Juventude

Autor: Diana Mendes

Data: 13.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2016



ANEXO 0 – FICHA DE INVENTÁRIO PCIO13

Designação: Jardim do Largo D. Dinis

Identificador: IPA.00029647 / PCIO13

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Estruturas construídas de exterior

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Largo D. Dinis. Lat.: 38.7909663, Long.: -9.1818051

Proteção: Incluído na Zona de Proteção do Mosteiro de Odivelas

Arquiteto/Construtor/Autor: Desconhecido

Enquadramento: Urbano; situado no centro histórico; rodeado por casario de 2 pisos e pelo Mosteiro de Odivelas.

Descrição: Planta aproximadamente retangular; com canteiro retangular, cascata de planta circular, coreto e chafariz.

Descrição Complementar: A cascata é constituída por um tanque circular e encontra-se abaixo da cota do pavimento; o chafariz, em lioz, possui a inscrição “M.O.P. 1878”.

Materiais e Técnicas: Chafariz e degraus em lioz; mesas e bancos em pedra calcária e marmorite; alvenaria; vegetal – árvores.

Utilização Inicial: Recreativa - jardim

Utilização Atual: Recreativa - jardim

Propriedade: Pública - municipal

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Sécs. XIX e XX?

Estado de Conservação: Razoável

Traços de Identidade: Espaço de socialização; principal ponto de encontro dos Odivelenses

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=29647

Informante: SIPA e Sebastião Freire

Património Relacionado: Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, Pastelaria Faruque, Coreto

Autor: Diana Mendes

Data: 15.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2016



ANEXO P – FICHA DE INVENTÁRIO PCI014

Designação: Estrutura Torreada/Mirante

Identificador: IPA.00029720 / PCI014

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Estruturas construídas de exterior

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua do Castelinho. Lat.: 38,794313 Long.: -9,181546

Proteção: Sem Proteção?

Arquiteto/Construtor/Autor: Desconhecido

Enquadramento: Urbano; desnivelado relativamente à envolvente – em cota superior; ortogonal; no centro ou limites da parcela; destacado.

Descrição: Ortogonal; acima do solo.

Descrição Complementar: -----

Materiais e Técnicas: Pedra, ferro.

Utilização Inicial: Cultural e recreativa - mirante

Utilização Atual: Desportiva - pista de skate/skate park

Propriedade: Pública - municipal?

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Séc. XIX

Estado de Conservação: Mau

Traços de Identidade: Antigo espaço pertencente à Quinta de Nossa Senhora do Monte do Carmo; atual local de encontro de jovens, ligado à cultura do desporto.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=29720

Informante: SIPA e Beatriz Alves

Património Relacionado: Quinta de Nossa Sra. do Monte do Carmo

Autor: Diana Mendes

Data: 16.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2017



ANEXO Q - FICHA DE INVENTÁRIO PCIO15

Designação: Monumento à Rainha Santa Isabel

Identificador: IPA.00029657 / PCI015

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e Estruturas Construídas Comemorativos

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Largo D. Dinis. Lat.: 38,791172 Long.: -9,181972

Proteção: Incluído na Zona de Proteção do Mosteiro de Odivelas

Arquiteto/Construtor/Autor: Escultor - Álvaro de Bree (séc. XX)?

Enquadramento: Urbano; isolado, num terreno plano; rodeado por reduzido parque de estacionamento e pequeno jardim; num canteiro, rodeado por arbustos.

Descrição: Monumento escultórico composto por alto plinto, em cantaria de calcário; com painel em bronze de moldura saliente, com dois anjos que sustentam o escudo da rainha.

Descrição Complementar: Escultura da Rainha, coroada e a representar o "Milagre das Rosas".

Materiais e Técnicas: Plinto em cantaria de calcário; escultura e painel em bronze.

Utilização Inicial: Comemorativa - monumento escultórico

Utilização Atual: Comemorativa - monumento escultórico

Propriedade: Pública - municipal

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Séc. XX?

Estado de Conservação: Bom

Traços de Identidade: Monumento de exaltação da Rainha Santa Isabel, muito importante também para Odivelas e para a sua história.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=29657

Informante: SIPA

Património Relacionado: Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, Jardim do Largo D. Dinis, Coreto

Autor: Diana Mendes

Data: 13.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2016



ANEXO R - FICHA DE INVENTÁRIO PCIO16

Designação: Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo

Identificador: IPA.00004067 / PCIO16

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e Estruturas Construídas Religiosas

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Largo D. Dinis. Lat.: 38,791290 Long.: -9,182821

Proteção: MN - Monumento Nacional

Arquiteto/Construtor/Autor: Arquitectos - Afonso Martim (séc. XII-XIII), Antão Martim (séc. XII-XIII), Frei João Torriano (1640-1656), José Maria Nepomuceno (1888); Carpinteiro - José de Sousa Camarinha (1940-1942); Construtor Civil - Anselmo Costa (1958, 1974), António Domingues Esteves (1938), António Ricardo Correia, Lda. (1985-1986), Bernardo Rosa (1938), Cândido Patuleia (1966-1969), Domingos Ferreira de Almeida (1961, 1980); Empresa de Desinfecção - Gaso-Esterilizadora, Lda. (1978); Engenheiro - Artur Mendes Magalhães (1946-1950); Mestre - Domingos Domingues (1348); Organeiro - António Xavier Machado e Cerveira (1789); Pintor de Azulejo - Fábrica Viúva Lamego (1946-1952), Jorge Barradas (1945); Pintor de Vitral - Ricardo Leone (1941).

Enquadramento: Urbano; isolado, implantando num vale - o Vale de Odivelas; terreno em ligeiro declive, sobre uma antiga pedreira; junto ao Mosteiro, um monumento alusivo à Rainha Santa Isabel e pequeno jardim, envolvido por construções várias.

Descrição: Planta retangular irregular, com zona monástica e dois claustros quadrangulares; igreja de planta retangular composta por nave simples; interior com as paredes da nave rebocadas e pintadas de branco; túmulos de D. Dinis e D. Maria Afonso; zona monástica com as paredes rebocadas e pintadas de branco; refeitório com azulejos figurados.

Descrição Complementar: Sepultura com a inscrição "CAPELA E SEPULTURA DE NICOLAO RIBEIRO SOAREZ E DE VIUOLANTE RABELA SUA MOLHER E DE SEUS DECEDENTES E HERDEIROS HO QUAL FALECEU AOS 27 DA AGOSTO DE 1557"; na sacristia, a inscrição "AQUI JAZ A SERENISSIMA SENHORA DONA FELIPA FILHA DO INFANTE DOM PEDRO E DE SUA MOLHER DONA ISABEL HE NETA DEL REI DOM IOAO I VIVEO HE MOREO RECOLHIDA NESTE MOSTEIRO"; azulejos das arcadas com a inscrição "ESTA OBRA DE AZULEIO E PINTVRA MANDOV FAZER A SVA CVSTA DONA LOVRENÇA DE MELLO SENDO PRIORA ERA DE ANO DE 1671".

Materiais e Técnicas: Estrutura de alvenaria rebocada e pintada; cantaria de calcário; madeira; azulejos; telha.

Utilização Inicial: Religiosa - mosteiro feminino

Utilização Atual: Cultural e Religiosa - local de culto e visitável

Propriedade: Pública - estatal

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Sécs. XIV, XVII, XVIII, XIX e XX

Estado de Conservação: Razoável

Traços de Identidade: Monumento carregado de história, fundado pelo rei D. Dinis; local que acolheu a Ordem de Cister e, posteriormente, o Instituto de Odivelas.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4067

Informante: SIPA e Maria Máxima Vaz

Património Relacionado: Monumento à Rainha Santa Isabel, Largo D. Dinis

Autor: Diana Mendes

Data: 14.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2016



ANEXO 5 – FICHA DE INVENTÁRIO PCIO17

Designação: Palacete da Rua Dr. Alexandre Braga, nº6

Identificador: IPA.00003121 / PCIO17

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e estruturas construídas residenciais unifamiliares

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua Dr. Alexandre Braga, n.º 6 a 6-A. Lat.: 38,787873, Long.: -9,182775

Proteção: IM - Interesse Municipal

Arquiteto/Construtor/Autor: Desconhecido

Enquadramento: Urbano; isolado; implantando em zona baixa da cidade; junto à via pública; sobre a margem da Ribeira de Odivelas; rodeado por muro em alvenaria, rebocado e pintado de rosa vivo.

Descrição: Planta retangular regular; estrutura em alvenaria de pedra calcária, com as fachadas rebocadas e pintadas de rosa vivo; Interior com vestíbulo que acede a escadaria e ao piso superior, onde se ergue a zona nobre; Jardim com chafariz central, em cantaria de calcário, encoberto de vegetação espontânea e uma mesa circular em cantaria.

Descrição Complementar: -----

Materiais e Técnicas: Alvenaria de calcário; cantaria de calcário liós; azulejos tradicionais; madeira; vidro simples; ferro; telha de canudo.

Utilização Inicial: Residencial - casa

Utilização Atual: Devoluto

Propriedade: Pública - municipal

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Séc. XVIII (conjetural) / séc. XIX?

Estado de Conservação: Ruína

Traços de Identidade: Importante por ter pertencido a uma família bastante influente em Odivelas - os Maria Bravo.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3121

Informante: SIPA e Miguel Ferreira

Património Relacionado: Jardim da Música

Autor: Diana Mendes

Data: 20.04.2017

Imagem: Diana Mendes, 2017



ANEXO T – FICHA DE INVENTÁRIO PCIO18

Designação: Pastelaria Faruque

Identificador: IPA.00033600 / PCIO18

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e Estruturas Construídas Comerciais, Turísticos e de Serviços

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº87, Largo D. Dinis. Lat.: 38.7909594, Long.: -9.1814484

Proteção: Incluído na Zona de Proteção do Mosteiro de Odivelas

Arquiteto/Construtor/Autor: Desconhecido

Enquadramento: Urbano; em zona inclinada, junto ao acesso para o Largo D. Dinis.

Descrição: Planta retangular simples; fachada principal rebocada e pintada a amarelo claro; fachada lateral esquerda adossada; interior com espaço reduzido, balcão central e instalações sanitárias; piso inferior com fábrica de bolos de pastelaria.

Descrição Complementar: Exterior com esplanada – no verão.

Materiais e Técnicas: Alvernaria mista; argamassa e platibanda em alvernaria; janelas com vidro simples; caixilharias de alumínio com gradeamento de aço metalizado; telha cerâmica.

Utilização Inicial: Residencial - casa

Utilização Atual: Comercial - loja

Propriedade: Privada - pessoa singular

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Séc. XIX

Estado de Conservação: Bom

Traços de Identidade: Café “central” de Odivelas; local detentor e fabricante da famosa Marmelada Branca de Odivelas.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=33600

Informante: SIPA e António Coelho

Património Relacionado: Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, Coreto, Jardim do Largo D. Dinis

Autor: Diana Mendes

Data: 13.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2016



ANEXO U - FICHA DE INVENTÁRIO PCIO19

Designação: Recinto do Instituto de Odivelas

Identificador: PCIO19

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Estruturas construídas de exterior

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Largo D. Dinis, nº16. Lat.: 38.79127121, Long.: -9.18193437

Proteção: Incluído na Zona de Proteção do Mosteiro de Odivelas

Arquiteto/Construtor/Autor: Desconhecido

Enquadramento: Urbano; regular; anexo ao Mosteiro de Odivelas.

Descrição: Planta retangular simples.

Descrição Complementar: Encontra-se fechado ao público e só é aberto quando ocorrem festividades nas imediações do Mosteiro, no Largo D. Dinis.

Materiais e Técnicas: Pedra, alvenaria e cantaria de calcário.

Utilização Inicial: Institucional - recinto fechado do Instituto de Odivelas.

Utilização Atual: ?

Propriedade: Pública - municipal

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: ?

Estado de Conservação: Razoável

Traços de Identidade: Antigo espaço que albergava o Quartel dos Bombeiros Voluntários, bem como uma Escola Primária de rapazes e raparigas.

Bibliografia: -----

Informante: Alice Craveiro, Sebastião Freire e Beatriz Alves

Património Relacionado: Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, Estátua da Rainha Santa Isabel, Jardim do Largo D. Dinis.

Autor: Diana Mendes

Data: 15.04.2017

Imagem: Diana Mendes, 2017



ANEXO V - FICHA DE INVENTÁRIO PCIO20

Designação: Quinta da Memória

Identificador: IPA.00006813 / PCIO20

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios de órgãos e serviços das autarquias locais

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua Guilherme Gomes Fernandes. Lat.: 38,790305 Long.: -9,179739

Proteção: Incluído na Zona Especial de Proteção do Memorial de Odivelas

Arquiteto/Construtor/Autor: Arquitetos - Alexandra Duarte Arquitetos, Lda. (2000-2001), Isabel Domingos (2000-2001) e João Appleton (2000-2001); Construtor - Vitor Batista Santos (2000); Empresas - A2P Consult (2000-2001), HCI, Construtores, SA. (2000-2001) e Quanti, Estudos e Realizações de Engenharia, Lda. (2000-2001); Engenheiros - Abel Jorge São Miguel Alves (2000), José Manuel Caeiro Pulido (2000), Luís dos Reis Vaz Pinto (2000) e Margarida Maria Rodrigues de Sousa (2000).

Enquadramento: Urbano, isolado, destacado; em zona elevada do centro histórico de Odivelas; sobre o atual Jardim da Música; zona em declive.

Descrição: Planta retangular; estrutura rebocada e pintada de amarelo; interior com amplo pátio retangular, rebocado e pintado de branco; com balcão corrido para receção, vestíbulo, Salão Nobre, auditório, gabinetes, bar e pátio interno.

Descrição Complementar: Pedra de armas dos Moura, encimado pela coroa condal e pelo chapéu do arcebispo.

Materiais e Técnicas: Alvenaria mista, rebocada e pintada; forro em betão; calcário moleanoso; soalho afagado; tetos de madeira; escadas em betão armado; ferro; aço inox; latão; vidros duplos, simples ou temperados; telha; pinturas murais.

Utilização Inicial: Residencial - paço episcopal

Utilização Atual: Política e administrativa - câmara municipal

Propriedade: Pública - municipal

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Sécs. XVIII e XX?

Estado de Conservação: Bom

Traços de Identidade: Antiga quinta com cavalaria, tanques e ferrador; local onde atualmente se encontram os Paços do Concelho.

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6813

Informante: SIPA, Alice Craveiro e Beatriz Alves.

Património Relacionado: Cruzeiro/Memorial, Jardim da Música, Casa do Cerrado.

Autor: Diana Mendes

Data: 15.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2016



ANEXO X - FICHA DE INVENTÁRIO PCIO21

Designação: Tendinha

Identificador: PCIO21

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Estabelecimento de restauração e similar

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua Alberto Monteiro, nº1. Lat.: 38,79055204 Long.: -9,18058656

Proteção: ?

Arquiteto/Construtor/Autor: Desconhecido

Enquadramento: Urbano; em zona elevada; irregular; abre para a via pública.

Descrição: Planta triangular; acima do solo.

Descrição Complementar: Conserva ainda a placa com o nome do estabelecimento no edifício.

Materiais e Técnicas: Alvenaria e cantaria, ferro, pedra.

Utilização Inicial: Restauração - taberna

Utilização Atual: Devoluto

Propriedade: Privada

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: ?

Estado de Conservação: Devoluto

Traços de Identidade: Antigo espaço de socialização; taberna mais antiga de Odivelas.

Bibliografia: -----

Informante: Beatriz Alves

Património Relacionado: Igreja Matriz de Odivelas, Cruzeiro/Memorial, Casa da Juventude

Autor: Diana Mendes

Data: 14.05.2017

Imagem: Diana Mendes, 2017



ANEXO Y - FICHA DE INVENTÁRIO PCIO22

Designação: Palacete Torcato Jorge

Identificador: PCIO22

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios e estruturas construídas residenciais multifamiliares

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua Combatentes da Grande Guerra, nº5. Lat.: 38.79249107, Long.: -9.18270484

Proteção: ?

Arquiteto/Construtor/Autor: Desconhecido

Enquadramento: Urbano; regular; perpendicular à via pública; situado no centro histórico.

Descrição: Planta retangular simples; frente larga.

Descrição Complementar: A fachada principal, ainda que em parte se assemelhe ao original, encontra-se já muito deteriorada; ainda faz produção de vinhos.

Materiais e Técnicas: Pedra, madeira, ferro, cantaria e alvenaria.

Utilização Inicial: Industrial e Comercial - venda de vinhos e talho

Utilização Atual: Devoluto

Propriedade: Privada

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: ?

Estado de Conservação: Mau

Traços de Identidade: Antiga casa e indústria da Família Torcato Jorge; único edifício de *art deco* da região.

Bibliografia:

Informante: Beatriz Alves, Miguel Ferreira e Regina Belchior.

Património Relacionado: Garagem Auto Odivelense, Quinta de N.ª Sr.ª do Monte do Carmo.

Autor: Diana Mendes

Data: 15.06.2017

Imagem: Diana Mendes, 2017



ANEXO 2 – FICHA DE INVENTÁRIO PCI023

Designação: Sociedade Musical Odivelense

Identificador: IPA.00029721 / PCI023

Categoria de Património (Móvel, Imóvel, Imaterial): Imóvel

Categoria: Edifícios Multiusos

Localização: Lisboa, Odivelas

Acesso: Rua Maria Gomes da Silva Santos, nº7. Lat.: 38,791445 Long.: -9,180726

Proteção: Incluído na Zona de Proteção da Igreja Paroquial de Odivelas.

Arquiteto/Construtor/Autor: Empreiteiro - ACOCIAF, Construção Civil e Obras Públicas (2009).

Enquadramento: Urbano; em zona elevada; pavimentado a calçada e revestido a placas de cantaria; abre para a via pública.

Descrição: Planta retangular simples; fachada principal rebocada e pintada de rosa; rasgado por três janelas; interior tem paredes rebocadas e pintadas de branco e pavimento cerâmico; piso inferior com salão, bar, instalações sanitárias e palco, sala de arrumações, sala de aula e pátio com área descoberta; piso superior com sala da direção, sala da primeira cabine de projeção e sala polivalente.

Descrição Complementar: Emblema circular, com moldura, saliente, com a inscrição "SOCIEDADE MUSICAL ODIVELENSE", com data "29-6-1863" na base.

Materiais e Técnicas: Estrutura em alvenaria; cantaria de calcário; azulejo industrial; telha; mármore; gesso cartonado.

Utilização Inicial: Cultural e Recreativa - associação cultural e recreativa

Utilização Atual: Cultural e Recreativa - associação cultural e recreativa

Propriedade: Privada - pessoa coletiva

Afetação: Sem Afetação

Cronologia: Séc. XX?

Estado de Conservação: Bom

Traços de Identidade: Espaço cultural e de aprendizagem; antigo espaço de socialização (local onde eram visionados filmes).

Bibliografia: SIPA - http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=29721

Informante: SIPA e Fernanda Moroso

Património Relacionado: Igreja Matriz de Odivelas

Autor: Diana Mendes

Data: 14.03.2017

Imagem: Diana Mendes, 2016

